

HOSPITAL DE ALMADA *Privatizar a saúde pública com compadrio à mistura*



A inauguração está anunciada para Julho, mas os fumos do compadrio já pairam sobre o Hospital Garcia de Orta, em Almada. Diz-se que será uma experiência-piloto na área da privatização dos serviços públicos de saúde, mas a concertação UGT/médicos/patronato criada para a gestão privada anda descontente. O Governo quer tirar dividendos políticos da construção do hospital e não se decide no *timing* da entrega à iniciativa privada.

Entretanto vai escolhendo pessoal sem concurso público e favorecendo empresas na compra de equipamento. Ao certo sabe-se o que Arlindo de Carvalho, ministro da Saúde, promete: Pouco vai restar do Serviço Nacional de Saúde (págs. 3 e 4)

Cabeças de lista de Beja, Évora, Guarda e Portalegre

Pág. 5

Juventude em festa na Atalaia

Págs. 16, 20, 30 e 31

À conversa com Álvaro Cunhal

Pág. 19

Fim-de-semana:

Álvaro Cunhal em Beja Carlos Carvalhas em Aveiro

Pág. 27

Artigo de Carlos Carvalhas:

Mas o que o PSD
e Cavaco Silva se
esqueceram de dizer
é que o thatcherismo
apresenta hoje, como
resultados, a recessão
económica,
o desemprego,
a precarização
do emprego
e o aumento
das manchas
de pobreza.



Pág. 18

Questões da hora actual

A menos de quatro meses de um acto eleitoral que pode ter efeitos decisivos imediatos e a prazo mais alongado para os destinos do regime democrático instaurado em Portugal com a revolução libertadora de

Abril de 74 - referimo-nos compreensivelmente às eleições legislativas do próximo Outono - o panorama político-partidário português acusa já a febrilidade que antecede as batalhas políticas capitais.

O povo português vai ser chamado a uma decisão colectiva de grande responsabilidade. Dispõe já, embora num processo de acumulação e de desinformação que irá até aos últimos dias da campanha eleitoral, de suficiente matéria de reflexão e de opção de voto que lhe permitirá, no essencial, determinar uma nova e necessária arrumação de forças no xadrez político nacional.

Para os democratas portugueses mais conscientes dos perigos de uma continuidade cavaquista no poder é imperioso que essa nova arrumação de forças se traduza numa nova maioria parlamentar, na designação de um novo governo de base democrática maioritária, na implementação de uma nova política mais conforme aos interesses básicos da população e do país - numa palavra, que se traduza na formalização de uma alternativa das forças democráticas à direita governante.

No essencial, são já conhecidas as principais forças concorrentes às eleições. Em algumas as peripécias da escolha dos candidatos e a intriga política interna são esclarecedoras e instrutivas. As suas propostas eleitorais já vindas a público têm uma dominante eleitoralista que lhes retira seriedade e lhes encobre a natureza real dos propósitos políticos e das motivações de classe.

No PSD de Cavaco Silva, único detentor actual do poder executivo e da maioria do legislativo, os grupos de pressão movimentam-se para colocar as suas «pedras» nas zonas-chave de influência local, regional e sectorial. A dança das «pastas» e das «postas» ensaia novos passos nos gabinetes ministeriais e dos conselhos de administração dos novos senhores da alta finança como prelúdio do render da guarda. Uma grande operação de branqueamento das mazelas internas e externas do PSD está em curso. Decisões administrativas expressas pela via parlamentar são tomadas para calar situações de escândalo e travar inquéritos parlamentares e judiciais de actos de corrupção do poder que são do domínio público.

A «confissão» pública de Cavaco

da comprovada falta de assiduidade e de operacionalidade dos deputados do PSD e o aveludado «azorrague» com que o chefe «fustigou» os cábulas da sua maioria parlamentar domesticada assim como as tentativas de sacudir a água do capote nas responsabilidades de uma longa e nefasta gestão governativa da direita e directamente do PSD, são declarações gratuitas e eleitoralistas destinadas elas também a branquear uma governação lesiva dos interesses fundamentais do povo e do país.

Quando Cavaco Silva tenta escamotear as responsabilidades do seu partido é útil lembrar que nos últimos 14 anos os partidos da direita, com grande destaque para o PSD, partici-

do CDS - este num evidente processo de desintegração e às voltas com a «quadratura do círculo» de guindar um partido em queda de representatividade à posição de «terceira força» nas próximas eleições (!)

E nesta febricitante conjuntura um partido - o PCP - se distingue pela justeza e objectividade das suas propostas políticas, pelo seu dinamismo, pelos seus persistentes esforços no sentido de congregar uma democracia portuguesa numa convergência democrática para a necessária derrota da direita governante, para a formalização de uma alternativa credível das forças democráticas ao cavaquismo.

A Conferência Nacional do PCP do próximo 26 de Maio insere-se na necessária resposta política dos comunistas portugueses às complexas questões e solicitações da hora actual.

O trabalho da Conferência projecta-se directamente no apetrechamento de todo o nosso Partido para a batalha eleitoral do Outono - tarefa central dos comunistas no momento que passa.

É uma iniciativa de relevo num grande conjunto de outras iniciativas e frentes de acção definidoras da capacidade mobilizadora e organizativa do PCP, da sua elevada sensibilização política, da sua vocação unitária.

Depois do acordo de renovação da CDU, a designação dos cabeças de lista e a escolha em processo dos candidatos do PCP nas listas unitárias que se pretende alargar à participação da UDP ainda em fase de negociação.

Entretanto é essencialmente, na frente de massas em estreita conjugação com a acção institucional nas frentes parlamentar e autárquica e com o debate aberto à participação de todos os democratas e especialistas de problemas dos mais candentes da actualidade que se está forjando aquela necessária resposta dos comunistas portugueses.

É na dinamização da luta contra o pacote laboral, da luta dos agricultores contra a política agrícola do governo, da luta das mulheres e da juventude pelas suas reivindicações específicas, dos reformados e dos deficientes, da frente cultural que estão amadurecendo as condições para a criação de uma alternativa democrática em que os comunistas desempenharão necessariamente um papel insubstituível. Só um grande partido de massas como o PCP pode meter ombros e fazer frutificar nas decisivas batalhas políticas que se avizinham a «defesa dos interesses populares e a construção de um Portugal melhor» como é sublinhado na Nota da Comissão Política.



Multiplicam-se as lutas de trabalhadores (na foto, concentração na AEP contra o despedimento colectivo de 465 pessoas) 2.

RESUMO

8 Quarta-feira

A CDU faz a apresentação pública do seu manifesto eleitoral para as legislativas ■ A Federação da Função Pública acusa o Governo de continuar a perdoar dívidas do patronato à Segurança Social, num montante que seria suficiente para aumentar as pensões de velhice e invalidez e o abono de família ■ Cavaco Silva afirma em Brasília que Portugal vai ser o primeiro país a dar cotação ao cruzeiro ■ Após a divulgação das listas do PS, Marques Júnior é expulso do PRD ■ O exército jugoslavo, em estado de alerta há dias, começa a mobilizar reservistas na Sérvia, Macedónia e Bósnia-Herzegovina ■ No final da sua visita a Londres, Filipe González apela às autoridades britânicas para que seja resolvido o diferendo com Espanha a propósito de Gibraltar.

9 Quinta-feira

A CGTP apresenta um documento sobre Segurança Social, criticando o facto de dinheiros disponíveis estarem a ser utilizados para interesses privados ■ Por iniciativa do PRD, o Governo é interpellado na AR acerca da política de cooperação externa ■ Com aplicação condicionada pelo acordo futuro do patronato, o Conselho de Ministros aprova um novo estatuto da pré-reforma ■ Pinochet, agora comandante-chefe do exército chileno, é autorizado pelo Governo a sair do país em trabalho ■ A Presidência jugoslava define um plano para solucionar a crise interétnica ■ O ministro da Defesa soviético apela às repúblicas federadas para que deixem de formar milícias ou exércitos próprios ■ Na Coreia do Sul têm lugar grandes manifestações exigindo a demissão do Presidente da República ■ O ANC e o governo sul-africano retomam as negociações para acabar com a violência nos bairros negros.

10 Sexta-feira

Chega a Lisboa o Papa João Paulo II ■ Trabalhadores da AEP protestam nas ruas contra mais um despedimento colectivo ■ Cavaco Silva afirma à Lusa que se tem contido bastante para evitar conflitos com Mário Soares ■ As FP-25 entregam um lote de armas à polícia ■ Helmut Kohl é recebido com apupos e ovos podres em Halle, no sudoeste da ex-RDA ■ Em protesto contra o regime sul-coreano, imola-se mais um estudante, o quinto desde há duas semanas.

11 Sábado

O PCP realiza no Porto o seminário nacional «Participação das mulheres em igualdade - uma condição de progresso, um desafio à sociedade» e em Loures o 1º Encontro Nacional sobre os problemas dos deficientes ■ Terminam na Universidade do Porto as Jorna-

das de Timor ■ O MNE soviético, Aleksandr Bessmertnikh, sublinha no Egipto a necessidade de uma conferência de paz para resolver a situação no Médio Oriente ■ O grupo parlamentar do MLSTP/PSD suspende o seu mandato alegando falta de regras mínimas de convivência democrática na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

12 Domingo

Álvaro Cunhal participa na «Em Festa», iniciativa promovida no fim-de-semana pela JCP na Quinta da Atalaia ■ Os trabalhadores do hotel Sheraton decidem suspender a greve que mantinham há 13 dias ■ Só um sétimo dos fogos previstos em 1990 foram construídos pela Fenache, afirma o presidente da Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica na abertura de uma reunião em Lisboa da Aliança Cooperativa Internacional ■ O Iraque aceita o reforço dos mecanismos de socorro das Nações Unidas no Norte do Iraque ■ O doutoramento *honoris causa* de George Bush na universidade de Hampton é recebido pelos estudantes em silêncio e com punhos no ar ■ Em Krajina, na Croácia, realiza-se um referendo em que a esmagadora maioria dos eleitores vota pela ligação à Sérvia ■ Gorbachov e Ieltsin reúnem com dirigentes das 14 repúblicas autónomas da Federação Russa ■ Após 32 anos de monarquia, realizam-se no Nepal eleições democráticas.

13 Segunda-feira

João Paulo II termina a sua visita a Portugal ■ A União dos Sindicatos de Lisboa anuncia que vai promover uma semana de acções de protesto contra o pacote laboral, entre 20 e 24 de Maio ■ Num tribunal de Joanesburgo, Winnie Mandela é considerada cúmplice do rapto e agressão de quatro jovens em Dezembro de 1988 ■ Inicia-se no Luxemburgo o 7º Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos.

14 Terça-feira

Vitor Dias divulga em conferência de imprensa conclusões da reunião de ontem da Comissão Política do PCP ■ Entram em greve os trabalhadores do Centro de Identificação Civil e Criminal e do Registo Nacional de Pessoas Colectivas. Faz greve igualmente o pessoal auxiliar do Hospital Distrital de Évora ■ Basílio Horta renuncia a todos os seus cargos no CDS ■ Demite-se a Concelhia de Castelo Branco do PS, contestando a forma como foram elaboradas as listas para as legislativas ■ Robert Gates é nomeado pelo presidente dos EUA para o cargo de director da CIA ■ O parlamento alemão aprova aumentos maciços da carga fiscal ■ Greves com forte adesão perturbam o tráfico ferroviário em França e os transportes aéreos e ferroviários em Barcelona.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059 NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's CDL, Central Distribuidora Livraria, SA Serviços centrais - Av. Santos Dumont, 57, 2º, 1000 Lisboa - Telef. (01) 793 22 75/795 02 10.
Alterações de última hora: Até às 17 horas - Telef. (01) 97 39 65
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto - R. Miguel Bombarda, 57B, 4000 Porto - Telef. (02) 69 99 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra - R. Fernandes Tomás, 55-A, 3000 Coimbra Telef. (039) 20753
— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Ld., Sector de Distribuição
Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
Composto e impresso na Haska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Hospital de Almada ... aqui há mistério!

Quem paga a gestão privada dos serviços públicos de saúde?

■ Anabela Fino

O Hospital Garcia de Orta, mais conhecido por Hospital de Almada, está a dar que falar. Enquanto a nível oficial se anuncia para Julho a inauguração parcial dos serviços, nos órgãos de comunicação social multiplicam-se as informações sobre os privados interesses que se agitam em torno do Hospital.

Dividido num *trilema*, o PSD não sabe se há-de inaugurar o hospital e pô-lo a funcionar, chamando a si os louros na campanha eleitoral que se avizinha; se há-de entregá-lo desde já de bandeja à iniciativa privada; se chegar a uma solução de compromisso que lhe permita agradar a gregos e troianos. Ninguém duvida de que esta última seria a fórmula desejada; o pior é que se compromissos há muitos os palermas são cada vez menos, e as dúvidas grassam até mesmo no espírito do PSD de Setúbal que teme ver repetida em Almada a escandaleira do S. Francisco Xavier.

De concreto, o que se sabe é que o Hospital de Almada - fruto de longa e persistente luta da população do distrito de Setúbal, apoiada pelas respectivas autarquias - é declaradamente encarado pelo Poder central como um futuro tampão de toda a zona sul; a palavra de ordem é que «nem uma ambulância passe a ponte». Ou seja, um hospital central, o que deixa em aberto a satisfação das necessidades quer a nível local quer distrital.

Se isto já seria motivo bastante para polémica, a situação agrava-se com as primeiras notícias quanto à privatização do hospital.

Tudo começou em meados do ano passado, quando dirigentes da UGT, do Sindicato Independente dos Médicos (ligado àquela organização sindical) e da Confederação de Organizações Empresariais Portuguesas se juntaram para discutir a formação de uma sociedade comercial, vocacionada para a exploração do Hospital Garcia de Orta.

A paternidade da ideia é reivindicada pelo presidente da UGT, Pereira Lopes, que, com o dirigente do SIM, Caldeira Fradique, e o líder do patronato, Rocha de Matos, chegou à conclusão de que a saúde pode ser um negócio rentável.

A possibilidade desta «concertação» privada foi aberta pela nova Lei de Bases da Saúde, oportunamente aprovada pela maioria PSD na Assembleia da República.

Um negócio obscuro

Como de costume, a «iniciativa» privada à portuguesa prefere apoiar as suas experiências em terreno seguro. Ou seja, como claramente

afirmou Rocha de Matos, já lá vai quase um ano, a gestão privada dos serviços de saúde pode ser muito interessante, com o Estado a investir nas infra-estruturas e os interesses privados a retirar daí dividendos.

O ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, gostou da ideia: **Vejo com muito agrado - disse - o interesse dos privados pela gestão dos hospitais.**

Mas os privados são exigentes. **Sou favorável - afirmou Rocha de Matos em declarações ao Expresso - à experiência nas novas unidades, mas não nas velhas, que enfermam de muitos vícios.** Daí que o Governo se tenha prontificado a investir os dinheiros públicos em novas unidades, ao mesmo tempo que prepara a legislação necessária à sua passagem para a iniciativa privada.

Numa palavra, o Estado - todos nós - paga a construção de hospitais e outros serviços de saúde, entregando-os depois para exploração particular.

Ao contrário do que possa pensar-se, o PCP nada tem contra a iniciativa privada no sector da saúde. Com o que não concorda, isso sim, é que se alienem os serviços públicos de saúde para os privatizar e entregar a objectivos que nada têm a ver com o direito à saúde constitucionalmente consagrado.

Esclarecido este ponto, importa analisar onde quererá o Governo chegar com o seu projecto de **privatização da gestão dos serviços públicos de saúde**, que, como se sabe, **não são rentáveis em parte nenhuma do mundo.**

Uma questão se coloca de imediato: quem aceitará gerir um hospital público em termos privados e com que objectivos? Para perder dinheiro? Não há ingenuidade que acredite nisso. Logo, se o interesse existe, é porque se pensa que o negócio pode ser rentável. Mas como? Prestando serviços a quem? A que preços?

Mistério!
Quem já viveu a experiência de passar por um hospital ou clínica particulares sabe que os preços *doem*; não é certamente por masoquismo que a esmagadora maioria da população portuguesa se sujeita aos serviços públicos de saúde, por mais deficientes que sejam; é por falta de meios

mesmo para outras alternativas. Assim sendo, e a menos que o Estado se proponha participar - o que é mais do que duvidoso - as tarifas praticadas pela gestão privada, não se vislumbra como resolver a contradição de um serviço público com gestão privada.

Como se afirmou num debate sobre a matéria realizado a semana passada em Almada, no âmbito das Jornadas Parlamentares do PCP no distrito de Setúbal, é de recear que na mente dos candidatos a gestores privados esteja a institucionalização dos famigerados seguros de saúde. Uma invenção que tem que se lhe diga.

Seguros de saúde — quem quer saúde, paga-a

No debate sobre saúde realizado recentemente em Almada, foram divulgados alguns dados que vale a pena reter. Ajudam, por um lado, a perceber a mecânica dos seguros de saúde e, por outro, a esclarecer sobre o seu verdadeiro alcance.

Os seguros de saúde são, antes do mais, um negócio. Como todos os negócios, visam o lucro - lógica sagrada da iniciativa privada.

Explorando o descontentamento suscitado na população pelas graves deficiências dos serviços públicos, os seguros de saúde são apresentados como a fórmula milagrosa para resolver as necessidades de assistência

neste domínio. Acontece, porém, que se trata de uma fórmula enganosa, como de resto estão a descobrir as populações dos países pioneiros nesta matéria, onde os referidos seguros se encontram já em recessão.

Tome-se o exemplo dos Estados Unidos da América, paladino dos seguros neste ramo. Segundo um documento divulgado o ano passado pela Ordem dos Médicos norte-americana, as despesas estatais com a saúde não têm parado de aumentar nas últimas décadas: 75 biliões de dólares em 1970; 248 biliões de dólares em 1980 e 600 biliões de dólares em



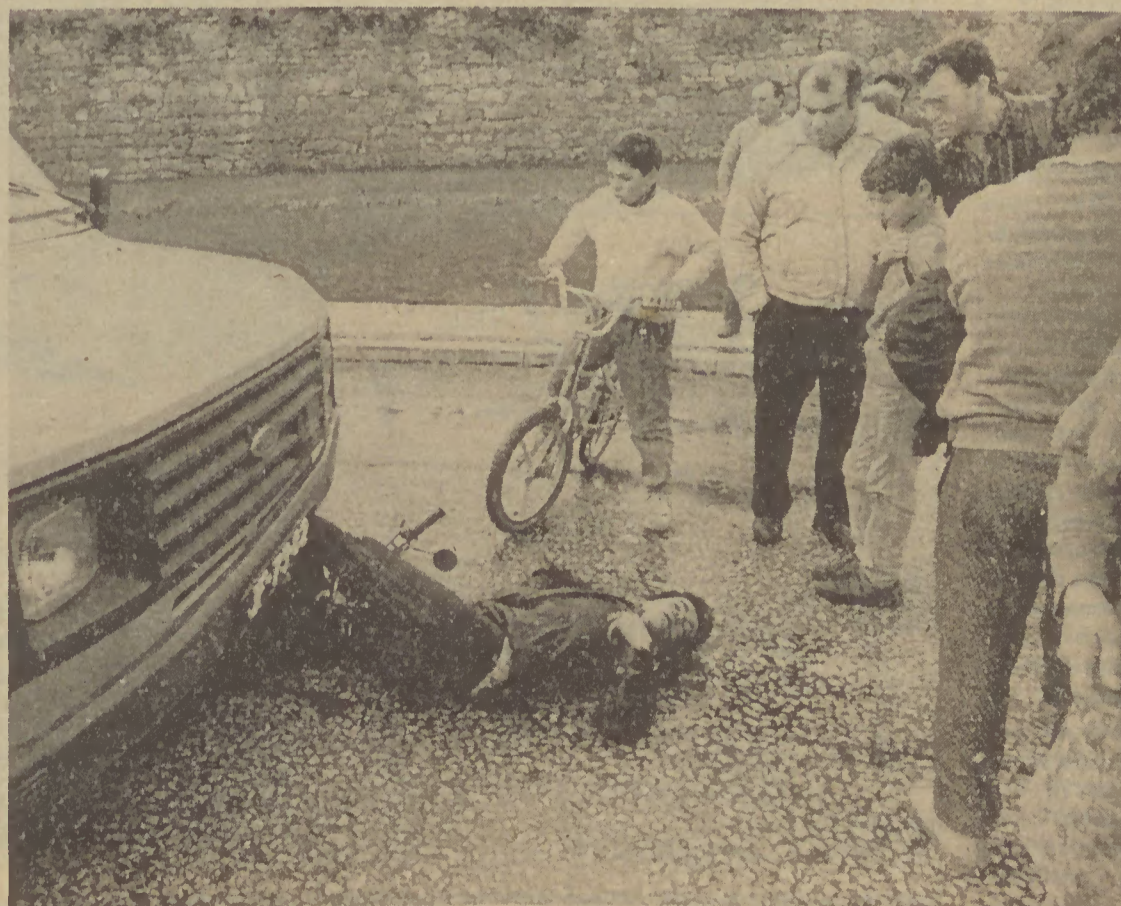
Não pode tirar fotografias. Isto aqui é propriedade privada - palavras de um *segurança* do Hospital Garcia de Orta ao fotógrafo do Avante! na passada segunda-feira. Excesso de zelo ou informação fidedigna?

1989. Entretanto, segundo a mesma fonte, a falência dos seguros de saúde não podiam ser maior; graças a tal sistema, 39 milhões de pessoas não dispõem actualmente de acesso a quaisquer cuidados de saúde; 45 milhões com doenças crónicas não tiveram qualquer consulta nos doze meses anteriores; 38 milhões necessitando de cuidados só com muita dificuldade conseguem obtê-los.

Entretanto, a esperança de vida em Harlem (bairro de Nova Iorque bem conhecido pelas suas degradadas condições de vida) é de 35 anos para os homens e de 40 para as mulheres - inferior à esperança de vida no Bangladesh!

Para quem pense que o seguro lhe vai garantir assistência gratuita, ou quase, nada melhor do que atentar na experiência dos outros. Na Argentina, por exemplo, os gastos com os serviços prestados chegam a ascender a 30 e 40 por cento do preço dos mesmos. E de uma forma geral, tais despesas rondam os 20 e 25 por cento dos custos. Para além do seguro, claro.

Já agora, vale a pena recordar uma frase célebre de Nixon, quando ainda era presidente dos EUA, ao responder a questões sobre o papel do Estado no domínio



A saúde é um direito que o Governo vem desrespeitando por vias cada vez mais sinuosas

Gestores públicos para gestão privada?

Se a privatização da gestão dos serviços públicos de saúde é preocupante do ponto de vista do utente, não o é menos da perspectiva dos trabalhadores da saúde.

Várias vezes anunciada como «praticamente pronta», a legislação que irá reger esta salsada público/privada continua ainda a aguardar publicação, embora do gabinete do ministro Arlindo de Carvalho já tenham saído muitas pistas. Uma das mais polémicas e contraditórias diz

respeito aos vínculos laborais.

Segundo notícias vindas a público, o concessionário estabelecerá com o pessoal vínculos laborais ao abrigo do regime jurídico do contrato individual de trabalho ou de emprego público.

Ora, se o Estado nada terá a ver com tais contratos, qual será a situação desses trabalhadores uma vez terminada a concessão, seja por rescisão ou termo da mesma?

E os que têm vínculo à Função Pública? Como se vai

processar a progressão nas carreiras? Quem vai responder pelos direitos adquiridos?

E se o Estado nada terá a ver com este aspecto, como se justifica então que o Hospital de Almada esteja a preencher paulatinamente os seus quadros, sem concurso público e muitos convites a amigos dos amigos e afilhados dos padrinhos?

Vale a pena, a propósito, lembrar que o nome mais proeminente já ligado ao Hospital Garcia de Orta é o de Rui Freitas, ex-cessor de Costa Freire, antigo secretário de Estado de Leonor Beleza que, diz quem sabe, de gestão hospitalar entende pouco, mas de negócios percebe muito. Rui Freitas preside à comissão instaladora do hospital e o seu nome é dado como certo no cargo de director do Garcia de Orta, lugar que detinha no velho hospital de Almada.

A confusão é tanta que, a fazer fé no *Independente* do passado dia 10, o consórcio privado candidato à gestão do hospital está prestes a sair da corrida, alegadamente por não encarar com bons olhos a aparente decisão do Governo de instalar e ocupar primeiro o Garcia de Orta e só depois se dispor a entregá-lo «já com tudo a funcionar» à iniciativa privada.

A confirmarem-se as notícias veiculadas por aquele semanário, os quadros superiores do novo Hospital de Almada estão a ser preenchidos por pessoas oriundas de hospitais escolares (Coimbra, Santa Maria, entre outros), o que desagradará à iniciativa privada pela sua presumível falta de capacidade de gestão adequada aos objectivos de rentabilização dos serviços de saúde.

Mas este aspecto da questão coloca um outro, bem

mais candente: o de retirar pessoal de um lado para o colocar noutra, sem que qualquer investimento seja feito na preparação e formação de quadros. A falta de visão do Governo - que diz ter pensado o hospital de Almada com toda a ponderação - faz com que no distrito de Setúbal continue a não existir uma Escola de Enfermagem, por exemplo, o que significa que se continua a praticar a velha técnica de tapar o tronco e deixar os pés



de fora. Se se atender a que só no distrito de Setúbal faltam 200 médicos de família (segunda dados do próprio Ministério) e se se pensar que cada médico desses tem uma média de 1500 utentes, verifica-se que há neste distrito 300000 pessoas sem cobertura médica. A isto o Governo responde - como fez em Outubro último - abrindo 49 vagas para clínica geral, a nível nacional.

Entretanto, a privatização continua à espera da respectiva legislação. E não será de estranhar que, em período eleitoral, o Governo venha a inaugurar com pompa e circunstância o Garcia de Orta como prestimoso serviço prestado à população, enquanto nos bastidores lima as arestas do chorudo negócio que se prepara para fazer com a iniciativa privada.

Experiência-piloto em Portugal *Expresso* - 9-2-91 Hospital de Almada vai ter gestão privada

• COEP, UGT, SIM e Bonança no projecto

O Hospital Garcia de Orta, em Almada, terá a primeira experiência-piloto de gestão privada em Portugal. O acordo de gestão de acordo com um modelo que nasceu no contexto da respectiva experiência de gestão privada em Espanha, através do Hospital Garcia de Orta, em Almada, em 1987.



Saúde em privado

Arlindo Carvalho já tem pronta a lei da privatização da Saúde. Só a gestão dos serviços é que vai ser contemplada. O ministro compromete-se a entregar o todo ou as partes. E quer privilegiar grupos de médicos.

O que se pretende, diz o ministro, é garantir a continuidade dos serviços de saúde. Para isso, o Estado vai recorrer a grupos de médicos, que vão assumir a gestão do hospital. O modelo prevê a criação de uma entidade pública, que vai gerir o hospital, e a contratação de um grupo de médicos, que vai assumir a prestação dos serviços.

Hospital de Almada discutido ao almoço

Ministro, médicos e parceiros sociais discutiram a gestão do Hospital Garcia de Orta. O ministro da Saúde, Arlindo Carvalho, reuniu-se com representantes dos sindicatos e dos médicos para discutir a proposta de gestão privada do hospital.

Experiência piloto em Almada

Trabalhadores e sindicatos vão gerir hospital estatal. O acordo prevê a criação de uma entidade pública, que vai gerir o hospital, e a contratação de um grupo de médicos, que vai assumir a prestação dos serviços.

PSD/Setúbal teme a repetição do «caso» S. Francisco Xavier

Ministro garante decorrer tudo nos prazos. O ministro da Saúde, Arlindo Carvalho, garantiu que a gestão privada do Hospital Garcia de Orta decorrerá dentro dos prazos estabelecidos.

Entretanto, o Hospital de Almada já está a levantar suspiros

Gestão do Hospital de Almada. UGT com médicos e empresários. O acordo prevê a criação de uma entidade pública, que vai gerir o hospital, e a contratação de um grupo de médicos, que vai assumir a prestação dos serviços.

Na comunicação social a privatização da saúde é um dado adquirido. Tal como o interesse da UGT, do Sindicato Independente dos Médicos e do patronato representado por Rocha de Matos na exploração da saúde. E dos com-patrios que já transpiram da negociata com o Hospital de Almada

Seguros de saúde

(Continuação da pág. 3)

da assistência social: Não perguntes o que o Estado pode fazer por ti, mas o que tu podes fazer por ti mesmo».

Uma filosofia que o Governo PSD adoptou como sua.

É assim, de resto, que Portugal aparece como o país da CEE com as mais baixas despesas públicas com a saúde - 3,9 por cento do Produto Interno Bruto. É também o que cobre menor fatia das despesas nacionais com a saúde - 53 por cento. Enquanto isso, a França participa em 78 por cento das despesas, a Espanha em 72 por cento e a Grã-Bretanha em 87 por cento.

Elucidativo também é que em 1987 apenas 16 por cento dos cuidados dentários, 48 por cento dos exames radiológicos, 30

por cento dos exames laboratoriais, 48 por cento das consultas de especialidade tenham sido prestadas pelo sector público.

Constatar que o Serviço Nacional de Saúde funciona mal para assim justificar a sua liquidação, não é certamente a solução para garantir aos portugueses o direito à saúde. Sobretudo quando a alternativa é a privatização, que é como quem diz quem quer saúde, paga-a.

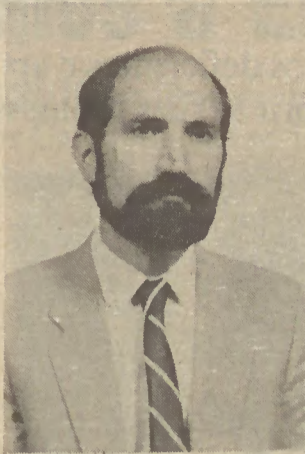
Como ainda recentemente revelava um estudo à viabilidade do Hospital da Barra, em Oeiras - uma iniciativa privada, com verbas norte-americanas - na área da grande Lisboa apenas 17 por cento da população terá capacidade para fazer um seguro de saúde e, desses, quase metade só muito dificilmente o poderão fazer.



O IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado) parece anunciar a política governativa - gere pouco mas aliena muito

CABEÇAS DE LISTA PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Évora



Lino de Carvalho, 44 anos. Membro da Assembleia Municipal de Évora. Vice-presidente da FENCA - Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção. Deputado à Assembleia da República e membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP. Membro do Executivo da Direcção Regional de Évora do PCP e membro do Comité Central.



João Carlos Saraiva, 47 anos. Engenheiro agrónomo. Presidente da Assembleia Municipal de Mora e ex-presidente da Câmara Municipal de Mora. Ex-presidente do Conselho Regional do CCR do Alentejo. Candidato às eleições para o Parlamento Europeu. Chefe de gabinete do Grupo Parlamentar do PCP.



Abílio Fernandes, 53 anos. Economista. Presidente da Câmara Municipal de Évora e presidente da Assembleia Distrital de Évora. Membro suplente do Conselho Distrital da Associação dos Municípios Portugueses. Membro suplente do Comité Central do PCP.

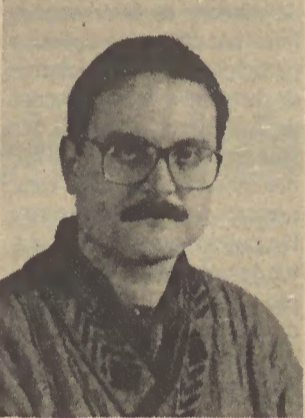
Beja



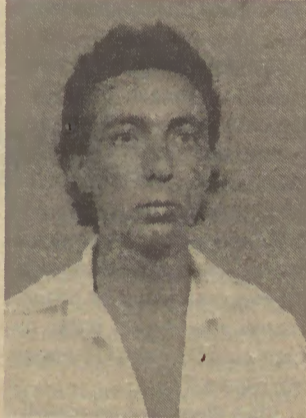
Maria de Lourdes Espanhol, 40 anos, residente em Ferreira do Alentejo. Professora. Foi presidente da Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo de que é actualmente vereadora. Pertence à direcção do Movimento Democrático de Mulheres/MDM. É membro da Direcção da Organização Regional de Beja e deputada do PCP na Assembleia da República.



Miguel Urbano Rodrigues, 61 anos, natural de Moura. Jornalista. Foi director de «O Diário», redactor do «Diário de Notícias» e chefe de redacção do «Diário Ilustrado». Foi presidente da Assembleia Municipal de Moura e é deputado do PCP à Assembleia da República.



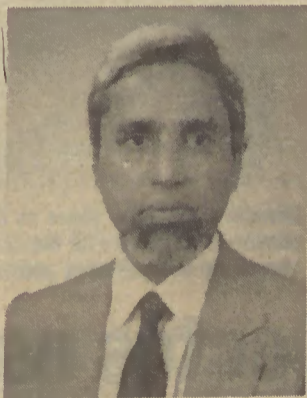
José Jorge Munhoz Frade, 36 anos, residente em Beja. Médico no Hospital Distrital de Beja. Membro da Direcção da Organização Regional de Beja do PCP.



António Murteira, 43 anos, residente em Beja. Engenheiro técnico agrário. Antes do 25 de Abril foi activista do MDP/CDE, do Movimento da Juventude Trabalhadora e membro da Comissão Nacional do III Congresso Democrático de Aveiro. Foi responsável pelo trabalho na área da Reforma Agrária no Alentejo e director do jornal «Reforma Agrária». Eleito deputado à Assembleia da República em 1985. Candidato ao Parlamento Europeu em 1989. Membro da Associação de Defesa do Alqueva. Coordenador da Direcção da Organização Regional de Beja e membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP.

Portalegre

Casimiro Menezes, 46 anos. Médico no Hospital Distrital de Portalegre. Membro da Assembleia Municipal de Portalegre. Foi mandatário distrital da candidatura de Carlos Carvalhas à Presidência da República. Membro da Direcção da Organização Regional de Portalegre e da Comissão Concelhia de Portalegre do PCP e responsável pelo organismo distrital de saúde da DORPOR.



Guarda

José Manuel Costa, 36 anos. Professor do Ensino Preparatório na Escola Preparatória de Pinhel. Foi membro da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo. Membro do Executivo Distrital do Sindicato dos Professores da Região Centro. Foi membro da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes e da Comissão Distrital de Bragança do PCP. Membro do Secretariado da Direcção da Organização Regional da Guarda.



Informações segundo telegramas da LUSA

Basílio Horta demite-se

Basílio Horta, vice-presidente do CDS, demitiu-se, por alegada «falta de confiança» da direcção do partido, disse à agência Lusa fonte centrista.

A mesma fonte acrescentou que «a gota de água que fez transbordar o copo» foi uma reunião em que estiveram presentes três elementos da comissão directiva, na qual Basílio Horta foi criticado por «afirmações que nunca proferiu».

«Todas as críticas à entrevista de Freitas do Amaral na televisão não foram feitas por Basílio Horta. Foram sim provocadas pela comunicação social e por elementos do partido», disse à Lusa outra fonte democrata-cristã.

Na carta que escreveu a Freitas do Amaral, Basílio afirma-se vítima de uma conspiração e alude a atitude de pessoas que se escondem fazendo afirmações provocatórias para atingir os seus objectivos, acrescentou a fonte dos democratas-cristãos.

A tomada de posição do vice-presidente demissionário está também de acordo com fonte dos democratas-cristãos, relacionada com a «insatisfação» de várias distritais do CDS quanto à elaboração das listas de candidatos a deputados.

Basílio Horta terá «abusado da sua posição» no partido para colocar elementos que lhe são próximos nos melhores lugares das listas, acrescentou outra fonte.

Problemas no PS

Vítor Brás confirmou hoje (terça-feira, 14), à agência Lusa que vai retirar-se da lista de candidatos a deputados do PS pelo círculo de Coimbra nas próximas eleições legislativas.

O ex-deputado entendeu acatar a sugestão da Comissão Política Concelhia da Figueira da Foz, que na semana passada voltou a manifestar o seu descontentamento face à constituição da lista de candidatos, ao mesmo tempo que reclamou a demissão dos órgãos distritais do partido.

Vítor Brás, incluído em sétimo lugar na lista de Coimbra, declarou à Lusa que o processo da candidatura do PS foi «mal conduzido desde o início pela comissão política da federação» e considerou que «a futura equipa de deputados não está em condições de garantir uma ligação eficaz» ao município da Figueira.

Conversações PCP-UDP

A reunião hoje (terça-feira, 14) realizada entre delegações do PCP e da UDP serviu para «começar a trabalhar na elaboração do acordo eleitoral», disse o dirigente comunista Domingos Abrantes.

A partir deste encontro, acrescentou, «vão realizar-se reuniões mais formais para tratar no concreto do relacionamento entre os dois partidos», nomeadamente o «tipo de campanha e o posicionamento dos elementos da UDP nas listas» da CDU.

Contudo, Abrantes recusou-se a referir quantos membros da UDP vão integrar as listas do seu partido nas legislativas.

O dirigente da UDP, Mário Tomé, afirmou, por seu lado, no final da reunião de duas horas e meia, que, depois do entendimento geral conseguido na semana passada, os dois partidos «avançaram para um aprofundamento do acordo eleitoral».

A agência Lusa apurou junto de uma fonte ligada as negociações que vão ser assinadas entre os dois partidos, antes do final de Maio, dois acordos: um de âmbito parlamentar e outro eleitoral.

A hipótese do ex-candidato a Belém, Carlos Marques, incluir as listas do PCP em lugar imediatamente a seguir aos considerados elegíveis foi admitida como «forte» pela mesma fonte.

Marques deverá regressar à UDP durante o conselho nacional do partido, no próximo fim-de-semana, referiu à Lusa uma fonte partidária.

VIII SONETOS de ARY DOS SANTOS

um texto de Manuel Gusmão
e
um desenho de Rogério Ribeiro

500 FAMÍLIAS PARA O DESEMPREGO

A Comissão Distrital da DORL do PCP manifestou a sua solidariedade com a luta na AEP contra a ameaça de despedimento colectivo de 465 trabalhadores, na sua maioria mulheres, e reclama do Governo medidas que impeçam que cerca de 500 famílias sejam atiradas para o desemprego. O comunicado divulgado faz ainda referência às lutas nos hotéis Tivoli, Ritz, Sheraton, Lutécia, Torralta, da Segurança Social, do Arquivo de Identificação, dos Museus e Palácios, do DGCI, dos Técnicos Auxiliares Sanitários, dos Administrativos da Saúde, do Iroma, dos Enfermeiros, da Metalomecânica Pesada, da EDP, dos CTT, entre outros, salientando que constituem «um exemplar desmentido da tão propagandeada estabilidade que o Governo PSD/Cavaco Silva pretende exigir como valor absoluto da sua governação».

PALMELA E A FORD/ VOLKSWAGEN

O impacto da possível instalação da fábrica da Ford/Volkswagen no concelho de Palmela foi tema de um debate público promovido na terça-feira, na colectividade «Os Loureiros», integrado nas jornadas legislativas do PCP no distrito de Setúbal. Na sessão esteve presente Octávio Teixeira, da Comissão Política do PCP e cabeça de lista da CDU pelo distrito nas próximas legislativas, e foram analisados os reflexos ambientais e sociais resultantes da concretização do projecto que poderá garantir cinco mil postos de trabalho, e a incorporação de elementos nacionais produzidos pelas unidades fabris já instaladas. Recorde-se que no âmbito das jornadas foram efectuados mais de cem contactos e iniciativas regionais, estando previsto o seu termo no próximo sábado, com uma visita à zona dos barris, na serra da Arrábida e um almoço com a comunicação social, em Palmela, na Casa do Lavrador.

REFORMA CURRICULAR

«Os professores e conselhos directivos têm empenhado o melhor do seu esforço e da sua imaginação para minorar as consequências nefastas da forma impensada, descoordenada e irresponsável como o Ministério da Educação decidiu implementar a Reforma Curricular nos Ensinos Básico e Secundário». Esta conclusão foi confirmada pela Direcção da Organização de Professores do Porto do PCP, após as visitas de deputados comunistas, nos dias 2 e 3 de Maio, às quatro escolas do distrito, em que está a ser aplicada a Reforma Curricular. Oito meses decorridos sobre o arranque da «experiência», constata-se a ausência de informação prévia, desequilíbrios e desajustamentos já detectados na nova organização curricular que são ignorados pelo Ministério da Educação, falta de formação adequada dos professores e falta de meios inicialmente prometidos. Na nota enviada, salienta-se que em relação a estes e outros aspectos, «verifica-se a total indiferença do Ministério, como que a confirmar que de facto o importante foi o efeito

político do anúncio do lançamento da reforma».

ONZE PROPOSTAS PARA A JUVENTUDE

A JCP/Madeira realizou recentemente o II Encontro Regional dos Jovens Comunistas Madeirenses, onde além da análise crítica à política do Governo de Alberto João Jardim e de um balanço da actividade associativa juvenil, foram apresentadas «onze propostas para uma política global de juventude». Numa região em que cerca de 40 por cento da população tem menos de 20 anos, a JCP propõe medidas concretas que abarcam áreas como o turismo e o intercâmbio juvenil, a defesa do meio ambiente e a protecção da natureza, a informação e atendimento, o ensino secundário e superior, a formação profissional, o emprego e valorização profissional, habitação, fruição e criação culturais, património cultural, desporto, ocupação, dos tempos livres e associativismo juvenil. O encontro aprovou ainda a criação de um novo organismo de direcção, denominado Comissão Política Regional.

QUEM É AFINAL BOATEIRO?

Na sequência de notícias vindas a público, onde Alberto João Jardim acusa o PCP de estar envolvido numa alegada «central de boatos», o executivo da DORAM do PCP emitiu uma nota onde lamenta que aquele político tenha feito tais afirmações «na qualidade de Presidente do Governo Regional». Segundo se afirma, «este comportamento não dignifica o Governo regional e introduz no debate político o elemento da guerra psicológica, dificultando o livre e saudável debate de ideias». «O PCP não está preocupado com boatos, mas sim com os problemas que afectam a população madeirense», como por exemplo a inexistência de «uma rede de frio que dê resposta ao esforço de milhares de pescadores, o aumento brutal das rendas sociais, ou o aumento do custo de vida». O Executivo da DORAM convida ainda o governante a visitar a sede do PCP, onde não encontrará centrais subversivas mas militantes comunistas empenhados na luta por uma vida melhor para a população da Madeira.

1.º Encontro Nacional do PCP sobre os deficientes

O Estado tem de cumprir

Os comunistas discutiram os problemas dos deficientes e apontam medidas urgentes. O Estado terá de cumprir as suas promessas.

«Os cerca de um milhão de deficientes existentes em Portugal (10 por cento da população segundo a Organização Mundial de Saúde e a CEE) na sua grande maioria são forçados a viver em condições de pobreza e enfrentar no quotidiano enormes barreiras (sociais, arquitectónicas, etc.)». Uma situação descrita na Resolução aprovada por unanimidade no 1.º Encontro Nacional do PCP Sobre os Problemas dos Deficientes, iniciativa que decorreu no fim-de-semana passado em Loures sob o lema: *Rumo à Integração Social dos Deficientes com o PCP no caminho da Alternativa Democrática*.

Repartidos por três secções para discussão de três temas específicos (prevenção; as condições de vida dos deficientes no limiar do século XXI e reabilitação, integração/reintegração do deficiente) os cerca de 250 participantes analisaram os problemas que afectam esta área populacional, manifestando-se conscientes de que as soluções apontadas não se esgotam no debate efectuado sendo «necessário um empenhamento maior por parte de cada cidadão e dos Governos em especial».

No Plenário foram realizadas intervenções diversas, de que se destacam as de Maria do Carmo Tavares, da CGTP, sobre o deficiente e o mundo do trabalho; Demétrio Alves, Presidente da Câmara Municipal de Loures que falou sobre os deficientes e as autarquias; o deputado Manuel Filipe sobre a actividade parlamentar na área, e o eurodeputado Barros Moura que fez uma intervenção sobre o tema no contexto da comunidade europeia.

Em declarações ao «Avante!», um dos organizadores do Encontro, Carlos Chaparro, destacaria o gran-



de número de intervenções feitas nas diversas secções e a participação nesta iniciativa de dirigentes de associações de deficientes, «pessoas que não sendo membros do PCP não quiseram deixar de estar presentes», numa iniciativa tão importante para este sector da população. Um exemplo referido foi o presidente da União Coordenadora Nacional das Organizações dos Deficientes - UCNOD.

Para além disso estiveram presentes deputados, autarcas, médicos, sindicalistas, técnicos de segurança social e deficientes vindos de todo o país ao pavilhão Paz e Amizade em Loures.

Na resolução aprovada no final deste Encontro denuncia-se o facto de «o Estado não dar cumprimento ao prescrito na Constituição da República» não implementando nos períodos previstos o Plano Orientador da Reabilitação.

Os efeitos negativos da política do Governo de Cavaco Silva fazem-se sentir espe-

cialmente neste heterogéneo grupo social. Os participantes neste Encontro lembram que o censo 91 «não fez mais uma vez o levantamento desta importante camada social» apesar de existirem compromissos do Governo nesta matéria.

Por outro lado o Executivo não regulamenta a Lei de Bases, faz sair leis e despachos que se opõem completamente ao espírito da Constituição e da Lei de Bases, «faz aumentos percentuais nas pensões e subsídios» com base «em montantes baixíssimos», dificulta as ajudas médicas e medicamentosas diminuindo as comparticipações e permitindo o «aumento galopante» dos preços.



Durante o Encontro sobre os deficientes, José Soeiro, da Comissão Política do PCP mostrou que também aqui se vê a necessidade de uma nova política democrática para o País

Comunistas desafiam PSD a votar favoravelmente

PCP apresenta projectos na AR

A intervenção final deste 1.º Encontro Nacional do PCP sobre os problemas dos deficientes, a cargo do membro da Comissão Política, José Soeiro, anunciou em primeira mão a elaboração de um projecto de Lei Quadro de Higiene e Segurança no Trabalho a apresentar pelos comunistas na Assembleia da República, ainda esta semana, e que José Soeiro qualificou de «novo, audacioso e importante repto a Cavaco Silva e à sua maioria».

O PCP propõe, entre outras coisas, a existência de Serviços de Higiene, Segurança de Saúde Ocupacional em todas as empresas tornando obrigatório a existência de Serviços de Saúde Ocupacional próprios nas empresas com mais de 100 trabalhadores, podendo esta obrigação alargar-se a empresas de menores dimensões em condições a regulamentar.

O projecto de Lei dos comunistas prevê ainda a obrigatoriedade da existência de Centros de Higiene e Segurança no Trabalho nas empresas com direitos especiais para os representantes dos trabalhadores, institui a criação do Instituto Nacional de

Higiene e Segurança no Trabalho e do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, «ambos com a participação de representantes dos trabalhadores», realçou José Soeiro.

Também a votação favorável pelo PSD de dois projectos dos comunistas que estão no parlamento sobre Segurança Social foi exigida por este dirigente do PCP, um sobre aumentos de pensões, abonos, subsídios e salário mínimo nacional e outro sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais que exige a publicação pelo Governo da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

Propostas numa área que «é uma preocupação contante na vida do PCP», diria José Soeiro que contrapõe este facto à política do PSD de Cavaco Silva.

No final, José Soeiro desafiaria «cada militante comunista» e todo o Partido para que «na base de uma nova consciência colectiva» todo o material saído deste Encontro se transforme «num importante instrumento de trabalho, de acção na nossa luta rumo à integração social dos deficientes».

para os filhos dos homens que nunca foram meninos

ESTEIROS

Uma das mais importantes obras do neo-realismo
Agora em 4.ª edição, com introdução de Isabel Preis de Lencastre
Um livro indispensável na sua biblioteca

Soeiro Pereira Gomes

edições
Gedrag

Com o ritmo de crescimento cavaquista Só daqui a 20 anos atingiremos a Espanha de hoje

A 1ª Assembleia da ORVIC realizou-se no passado sábado e contou com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, e de Henrique de Sousa, do Secretariado do CC

O secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, participou, sábado último, na 1ª Assembleia de Organização de Viana do Castelo, onde afirmou que a «vizinha Espanha, que conta com um rendimento *per capita* duplo do nosso, tem vindo a modernizar e reforçar o seu aparelho produtivo». Carvalhas, que discursava no Salão dos Bombeiros Voluntários de Viana do Castelo, apontou o facto de o país vizinho, «face ao Mercado Único e querendo conservar centros de decisão e alavancas fundamentais da economia em Espanha ter decidido formar a maior *holding* bancária nacional, integrando seis bancos públicos espanhóis». Ao contrário, segundo referiu, «o governo

português, na ânsia de satisfazer a sua clientela, multiplica o leilão de riquíssimo património público, abrindo as portas de empresas básicas e estratégicas ao domínio do capital estrangeiro. Por isso o «El País» ainda recentemente titulava «Portugal en almonada» e em subtítulo «La gran subasta!» Duas palavras (almonada e subasta) que se podem traduzir em português por leilão». Como sublinhou o dirigente comunista, «o Governo diz que são privatizações, economia de mercado, etc.» mas o citado jornal espanhol que não está preocupado com o eleitoralismo diz mais simplesmente «o que o Governo faz: pôr Portugal em leilão».

O secretário-adjunto do

PCP deixou claro que «Cavaco Silva, com a zelosa televisão, pode continuar nas múltiplas inaugurações a tecer loas às privatizações e ao crescimento verificado com o seu Governo, mas não altera a realidade dos factos. As transnacionais vão-se apoderando de importantes empresas e quanto ao crescimento, a manter-se a evolução verificada nos últimos anos cinco anos do produto interno bruto *per capita*, Portugal precisaria de 20 anos para atingir o nível actual da Espanha». Sem negar o crescimento económico registado, Carlos Carvalhas sublinhou que «este crescimento tem sido não só insuficiente como não se traduziu na diminuição das vulnerabi-

lidades da nossa economia, nem numa especialização produtiva mais valorizada». Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo são neste sentido um exemplo da política governamental, uma vez que «têm tido uma boa carteira de encomendas e têm tido bons resultados». Por isso mesmo o Governo resolveu passá-los «a sociedade anónima, afastando os representantes dos trabalhadores da Comissão de Fiscalização da empresa, para num dia destes a entregar ao capital laranja». A «história do sucesso» do cavaquismo traduz-se assim em «dinheiro fácil, fortunas de um dia para o outro, em paralelo com milhares de portugueses excluídos de um nível de vida digno».



IV Assembleia da Amadora aprova Carta dos direitos do cidadão

No passado sábado realizou-se nas instalações da S. F. Recreio Artístico da Amadora, a IV Assembleia da Organização Concelhia da Amadora do PCP, no final da qual o secretário-geral, Álvaro Cunhal, interveio na sessão pública de encerramento, a que assistiram cerca de quinhentas pessoas.

A assembleia aprovou dois documentos dirigidos ao povo do concelho, «Carta dos direitos do cidadão» e um «Manifesto à população». No primeiro são apresentadas 13 reivindicações da população ao Poder Central, onde se abordam importantes questões como as acessibilidades, exigindo-se a rápida execução da CRIL, CREL e radial da Pontinha, ou a melhoria das condições de transporte, com especial incidência na linha ferroviária de Sintra.

Os 235 delegados presen-

tes debateram e aprovaram a Resolução Política, que define como áreas prioritárias o trabalho nas empresas, o poder local, a juventude e o movimento associativo. No sentido do reforço do trabalho de direcção, foram criados dois novos organismos virados respectivamente para o trabalho local e para o trabalho nas empresas, assim como foram criadas duas comissões destinadas ao trabalho com a juventude e com o movimento associativo, o qual, refira-se, conta no concelho com um universo de 50 mil associados. A assembleia que fez o balanço da actividade dos últimos três anos, elegeu a nova comissão concelhia, composta por 75 membros, 25 dos quais pela primeira vez, e definiu como objectivo central do trabalho imediato o reforço eleitoral do PCP na próxima batalha eleitoral das legislativas.

«Diálogos com o PCP»

Democracia e direitos laborais

Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e deputado à AR, esteve no passado fim-de-semana no distrito de Aveiro, onde participou num ciclo de iniciativas promovidas pela DORAV, denominado «Diálogos com o PCP».

«Os direitos dos trabalhadores e o regime democrático» foi o tema do debate realizado no sábado em Ovar, onde Domingos Abrantes esteve acompan-

hado na mesa por Sérgio Teixeira, da Comissão Executiva Nacional, Joaquim Almeida da Silva, do CC, e pelos membros da DORAV Fernanda Duarte, José Costa e José Manuel Amaro, cabeça de Lista da CDU do círculo de Aveiro às próximas eleições legislativas.

Participaram na iniciativa várias dezenas de pessoas interessadas nas propostas do PCP sobre os problemas e questões da área do

trabalho, que denunciaram algumas situações gritantes no distrito de Aveiro, caracterizado por Domingos Abrantes como «o segundo do País no que diz respeito às violações dos direitos dos trabalhadores».

Na sua intervenção, aquele dirigente do PCP referiu que «os direitos dos trabalhadores são direitos fundamentais dos cidadãos» e que no seu conteúdo mais profundo, «são inseparáveis das transformações socioeconómicas, da natureza do regime democrático». O orador demonstrou que a restauração dos grupos monopolistas se processa «no quadro de uma crescente limitação e violação dos direitos dos trabalhadores e de degradação da democracia política. Dificilmente poderá compatibilizar-se a «promoção da melhoria das condições de vida, o direito ao lazer e à cultura, à segurança no emprego» com «a acentuação das desigualdades sociais, dos despedimentos, da precarização do emprego e do agravamento das condições de trabalho».

Fica também esvaziada, perante o enorme número de violações e impunidades, a garantia legal do direito de exercício da actividade sindical e da protecção adequada aos representantes eleitos dos trabalhadores. Os condicionamentos sociais e económicos levam muitas vezes a que o trabalhador não exerça os direitos ou os «venda a troco de duvidosas compensações imediatas».

Mais adiante, Domingos Abrantes qualificou de «antidemocrática» uma política que «em nome da produtividade, da concorrência, da flexibilização do emprego, dá cada vez mais poderes ao patronato». Sobre o *pacote laboral*, considerou que «prolonga e aprofunda a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores», sendo necessário partir das conquistas democráticas para perceber que a sua revisão «foi sempre contra os trabalhadores, sempre para reforçar os poderes do patronato, para quebrar e enfraquecer o poder dos trabalhadores e das suas organizações».

CAMARADAS FALECIDOS

DOMINGOS PAULINO

Com 72 anos, faleceu no passado dia 5 de Maio Domingos Fernandes Paulino. Natural de Ovar, em cuja organização militava, distinguiu-se quer pela sua actividade recente quer pela coragem com que enfrentou a prisão nos duros tempos do fascismo.

EUCLIDES DA SILVA

Faleceu recentemente na Freguesia da Parede Euclides Rodrigues da Silva. Membro do Partido, era dirigente do MURPI e da URPIP, e dirigente da Cooperativa «Linha do Estoril» na Parede. O funeral teve lugar no passado dia 9 de Maio e foi acompanhado por elevado número de pessoas.

JOÃO SILVA

João Belmiro Coentro Silva faleceu na passada quinta-feira, dia 5. Era um destacado militante do Partido, que passou vários anos da sua vida nas prisões fascistas. Militava na Concelhia de Portalegre do PCP, em cujo centro de trabalho o seu corpo esteve em câmara ardente.

MÁRIO FURTADO

Mário de Freitas Furtado, natural da Freguesia de N. S.ª da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo, faleceu com 85 anos, no passado dia 13. Simpatizante do Partido desde há 60 anos, só se inscreveu formalmente em 1975, quando passou a existir uma estrutura do PCP na Ilha Terceira. Apesar da sua idade avançada, participou nas obras de reconstrução do CT em Angra, na sequência do sismo de 1980. O funeral realizou-se terça-feira passada.

PEDRO QUINTILIANO

Faleceu com 72 anos de idade Pedro Quintiliano, natural de Amareleja. Desde longa data ligado ao Partido, filiou-se em 1974 e pertencia ao colectivo da Freguesia da Falagueira/Venda Nova - Amadora.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Para uma reflexão aberta

A problemática do crescimento e do desenvolvimento económico foi tema, na passada semana, de um encontro-debate realizado no Hotel Roma em Lisboa, em que participaram Octávio Teixeira, Carlos Corvelo e Sérgio Ribeiro. A iniciativa abriu um ciclo de debates públicos organizados pelo PCP, sobre importantes problemas e questões da vida nacional, que visam auscultar e promover o intercâmbio diversificado de opiniões, no âmbito da elaboração do programa eleitoral do Partido.

Neste primeiro debate, pretendeu-se discutir os **objectivos do desenvolvimento**, os quais, para Octávio Teixeira, que introduziu a temática, «são o equilíbrio e coerência sectorial da estrutura produtiva e do crescimento económico, a sua orientação espacial e ecologicamente equilibrada e fundamentalmente, a distribuição dos benefícios do crescimento pelas

diversas classes e camadas sociais, visando a redução das desigualdades, a melhoria progressiva das condições de trabalho e do nível de vida das populações, e o desenvolvimento harmonioso de todos e cada um dos cidadãos». Por isso «o Estado não pode renunciar a nenhum dos instrumentos que lhe permitam a regulação económica tendo em vista a prossecução dos objectivos do desenvolvimento».

O tema não foi no entanto esgotado, prevendo-se para dia 25 de Junho a continuação do debate, que versará desta vez sobre a **estratégia para atingir os objectivos do desenvolvimento**. Para hoje, dentro do programa do ciclo, está marcado para as 21 horas um colóquio sobre «Direitos económicos, sociais e culturais e a responsabilidade do Estado», que decorrerá no Hotel Roma, na Sala Roma.

com o PCP, com a CDU
A Alternativa
para um Portugal Melhor

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP SOBRE AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

PCP

26 MAIO 1991
COVA DA PIEDADE
ALMADA

Conferência Nacional sobre legislativas

O PCP promove no próximo dia 26 de Maio, na Cova da Piedade, em Almada, uma Conferência Nacional sobre as eleições legislativas. São objectivos da iniciativa aprofundar, debater e aprovar as orientações e tarefas relativas à participação do Partido no próximo acto eleitoral. Os trabalhos têm início às dez horas, no pavilhão gimnodesportivo da SFUAP, e decorrem sob o lema «Com o PCP, com a CDU - a alternativa para um Portugal melhor».

TRABALHADORES

Construção civil

Iniciativas de luta
contra os baixos salários

Uma paralisação no segundo turno de trabalho no dia 7 de Junho próximo, antecedida de outras iniciativas de luta contra os baixos salários e pela redução do horário de trabalho foram anunciadas em 8 do corrente pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore, organização intermédia da CGTP-IN.

A precarização do emprego e o Pacote Laboral contam-se entre os objecti-

vos das formas de luta anunciadas pela Federação.

No plenário de sindicatos desses sectores efectuado em 8 do corrente, além da contratação colectiva (contrapropostas patronais nas madeiras e nas cortiças consideradas insuficientes) foi tratada a questão premente dos acidentes de trabalho.

De acordo com a Federação, a falta de segurança deve-se em grande parte ao emprego precário e ainda à «falta de penalizações do patronato».

A Federação acrescenta que, se os patrões «fossem responsáveis pelas mortes de dezenas de trabalhadores e pelo elevado grau de incapacidades provocadas a outros milhares de trabalhadores, certamente que eles recorreriam menos ao trabalho precário e criariam condições de higiene e segurança».

Para melhorar a situação quanto a acidentes, a Federação e os sindicatos dizem que «só há um caminho a seguir: é o de processar

criminalmente cada empresário que não cumpra as regras de segurança» e em cujas empresas se verifiquem acidentes.

No que respeita à contratação colectiva, os sindicatos e a Federação, que marcaram um plenário em Lisboa para o próximo dia 4, rejeitam completamente os aumentos salariais propostos que, nas cortiças não vão além dos 12 por cento, com um aumento de 20 escudos no subsídio de almoço.

Fenprof mantém
manifestação
de amanhã

Embora o Governo tenha recuado em algumas matérias alvo de reivindicações, os professores têm motivos para fazer valer os seus direitos publicamente

Embora tenha reunido com o Ministério da Educação, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) não pôs de parte qualquer das eventualidades de luta sindical que entretanto tinha anunciado.

Contudo, a Fenprof assinava em 9 do corrente, através do seu secretariado nacional, que o Governo «recuou nos seus objectivos», embora de «uma forma muito tímida e insatisfatória».

Esse recuo em matérias reivindicadas pelos professores, verificado na reunião de 29 de Abril findo, tem a ver com «a antecipação do processo imposto pelo Governo para pagamento dos escalões»; com a reafirmação de que «os escalões devidos aos professores abrangidos pela portaria de recuperação do tempo de serviço serão pagos desde 1 de Janeiro»; e com «a clarificação de que os professores que, por tempo de serviço, deveriam mudar de escalão em 1990, serão posicionados nos novos escalões em 1 de Janeiro de 1991».

O pagamento das horas extraordinárias devidas aos professores desde Outubro de 1990, bem como «a suspensão da Circular 16/91, até ficarem esclarecidas todas as dúvidas por ela levantadas», são também as-

suntos que, segundo a Fenprof, se incluem no recuo do Ministério face a atitudes anteriores.

Apesar de o Governo ter aceitado voltar a reunir-se com a Fenprof, em 15 e 20 do corrente, esta Federação sindical afirmava quinta-feira passada que o Ministério da Educação mantém, no entanto, uma «atitude de confronto com os professores».

Além das questões de ordem salarial, ou semelhantes, a Federação nacional destaca — quando fala em manter o calendário de acções previstas — «o direito a uma gestão democrática, recusando o modelo de gestão autocrático que impõe novos reitores nas escolas, defendido pelo ME e recentemente promulgado».

É esse direito, entre outras reivindicações, que os professores devem defender amanhã, 17, num plenário previsto para o Campo Pequeno, em Lisboa, que coincidirá com uma manifestação nacional no mesmo dia, marcada sob o lema fortemente alusivo à escassez de verbas e que se resume, segundo a Fenprof na expressão: «Se a educação é cara, experimentem a ignorância», numa alusão clara aos atrasos no «efectivo pagamento dos escalões» e dos respectivos juros de mora devidos pelo Governo aos professores.

Greve na enfermagem
perto da adesão total

As várias delegações do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), incluindo a dos Açores, anunciaram percentagens de adesão à greve dos enfermeiros superiores a 80 por cento. A nível nacional, a paralisação deve ter atingido valores muito próximos dos 100 por cento. A greve encerrou, em 7 do corrente, centros de saúde, escolas de enfermagem, blocos operatórios, um pouco por todo o País.

Fontes sindicais citadas pela Lusa, no próprio dia da greve, acrescentavam que a forma de luta encabeçada pelo SEP «deixou a maioria dos hospitais portugueses e centros de saúde sem serviço de enfermagem».

Recorde-se que os enfermeiros pretendem a revalorização económica da car-

reira, a reforma aos 30 anos de serviço, regime de exclusividade para todos, a ad-

missão na Função Pública e a aplicação do estatuto da carreira do ensino superior

politécnico aos professores de enfermagem.

A não serem satisfeitas essas reivindicações, os sindicatos admitem recorrer novamente à greve.

A Fenprof — Federação Nacional dos Professores — manifestava entretanto a sua solidariedade com a forma de luta adoptada naquele sector.

Sexta-feira passada, no Porto, a presidente do SEP, Maria Augusta Sousa, dizia entretanto, segundo a Lusa, que a actual Lei de Bases da Saúde faz «tábua rasa» das reivindicações profissionais dos enfermeiros.

A dirigente sindical recordou, entre outras circunstâncias e factos que levaram à greve, que «actualmente existem cerca de três mil tarefeiros nos hospitais portugueses, todos eles em situação de precariedade profissional».

Greve em Évora

Visto o horário de trabalho de 36 horas semanais não ter sido posto em prática, como superiormente foi ordenado, a partir de finais de 1990, o pessoal auxiliar do Hospital de Évora fez anteontem uma greve de 24 horas.

O Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, que emitiu um comunicado sobre o assunto, afirma que a Direcção-Geral dos Hospitais e o Departamento de Recursos Humanos esclareceram em devido tempo o assunto, pelo que os órgãos gestores do Hospital de Évora devem largas centenas de horas extraordinárias aos trabalhadores abrangidos.

A greve foi decretada depois de uma reunião com o conselho de administração do Hospital. Segundo aquele Sindicato, verificou-se nessa reunião «a falta de empenho dos órgãos gestores na solução do problema».

A greve foi anunciada juntamente com uma concentração junto à entrada do Hospital Distrital de Évora.

Tolerância de ponto

A tolerância de ponto para a Função Pública em 10 e 13 do corrente não foi acatada em todo o lado.

A resolução do Conselho de Ministros, publicada no «Diário da República» de 6 de Maio, foi contrariada pelo vice-presidente dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa.

Numa nota à Imprensa com a data de sexta-feira passada, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com sede em Lisboa, revelava que trabalhadores daquele Serviço Público eram discriminados relativamente à resolução.

A nota do STFPSA não precisa as razões invocadas para a atitude que revela alguma perplexidade. Não se entende como é que uma decisão ministerial, uma atitude do Governo, pode ser motivo de «discriminação».

O Sindicato, no curto texto que enviou aos órgãos de comunicação social, sublinha, além do «claro e inequívoco desrespeito» pela decisão do Conselho de Ministros, a atitude «discriminatória» daquele vice-presidente.

Na verdade, segundo o STFPSA, a «tolerância (de ponto) foi concedida aos trabalhadores administrati-

vos» daqueles serviços e não aos outros.

Estes «outros» são os «trabalhadores das cantinas e residências» dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa.

Como se depreende da nota do Sindicato, nada justifica a atitude do responsável ao impedir o cumprimento de uma disposição legal.

O Sindicato e a respectiva Federação aconselhavam por isso os trabalhadores atingidos a não respeitarem a resolução do vice-presidente dos Serviços Sociais da UL e a gozarem a tolerância como o resto do pessoal.

Critificada avaliação
no Politécnico

A última proposta de avaliação apresentada pelo Governo para os professores do ensino superior politécnico foi criticada no III Encontro Nacional daquele ramo do Ensino. Os participantes não concordaram com a proposta, porque não define os objectivos da mesma avaliação.

Em declarações à agência Lusa, Mário Carvalho, dirigente da Fenprof, organizadora do Encontro, disse que uma das muitas dificuldades que o ensino superior politécnico encontra tem a ver com o seu relacionamento com as

universidades, «até porque é muito difícil definir quais as diferenças que existem entre os dois tipos de ensino superior».

O 3.º Encontro, que decorreu em 10 e 11 do corrente e foi promovido pela Fenprof, tinha três questões centrais para debater: «1. Tendências de desenvolvimento do ensino politécnico; avaliação e financiamento das instituições; 2. Autonomia e gestão das instituições do ensino superior politécnico; 3. Estatuto de carreira — proposta de alteração».

TRABALHADORES

Hotelaria suspende greves

«Houve alguma abertura das administrações, e decidiu-se dar-lhes o benefício da dúvida» - disse ao «Avante!» o coordenador do Sindicato da Hotelaria do Sul, Rodolfo Caseiro sublinhou a firme

disposição para voltar à luta, se for necessário, manifestada pelos trabalhadores daquelas unidades hoteleiras em plenários realizados no domingo.

No Ritz, depois de 6 dias de

greve (com a repetida intervenção da polícia, solicitada pela administração), os trabalhadores conseguiram obter o compromisso de aplicação imediata e generalizada do horário máximo de 40 horas semanais e o alargamento da proposta patronal de aumentos salariais a todo o clausulado de expressão pecuniária, o que é encarado como um ponto de partida para iniciar o processo de negociação do caderno reivindicativo apresentado há mais de um ano.

Ao fim de 13 dias de greve, foi suspensa igualmente a greve no hotel Sheraton. Na sexta-feira a administração tinha-se disposto a aplicar os valores da tabela salarial ao clausulado de expressão pecuniária, a aumentar de 7

para 11 os dias de descanso a que os trabalhadores têm direito pela Páscoa e a pagar os dias de greve; só que, revelou o coordenador do sindicato, no dia seguinte os responsáveis do hotel deram o dito por não dito. A greve só foi suspensa devido às dificuldades financeiras que muitos trabalhadores estavam a sentir após quase duas semanas de greve. «Mas mesmo estes disseram que estavam dispostos a retomar a greve se outras formas de luta não resultarem» - sublinhou Rodolfo Caseiro.

Também na cadeia dos hotéis Tivoli os trabalhadores se movimentam por melhores salários e condições de trabalho, enquanto todo o sector da hotelaria prepara uma acção junto à Assembleia da República, no dia 22.



Trabalhadores do Ritz e do Sheraton concentram-se nos Restauradores, enquanto uma delegação era recebida na Secretaria de Estado do Turismo

Lutas na Função Pública podem convergir em Junho numa grande acção nacional

Ao mesmo tempo que continuam por solucionar numerosos conflitos em locais de trabalho da Administração Central, os sindicatos da Função Pública, incluindo o STAL, anunciam esta semana novas greves ou movimentam-se nesse sentido, sem perder a iniciativa do diálogo, prevenido-se para a terceira semana de Junho (17 a 21) uma grande acção nacional, que pode incluir uma manifestação.

Voltavam entretanto à greve (14 a 17 do corrente) os trabalhadores do Registo Nacional de Pessoas Colectivas. Na Segurança Social houve greve em 8 do corrente a nível nacional. No Centro de Identificação Civil e Criminal era anunciada em 9 do corrente uma paralisação que deve coincidir com a do RNPC.

O Stal — Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, com sede em Santarém, anunciou em entretanto em Lisboa um plenário nacional de trabalhadores para o próximo dia 22.

Outros sectores recentemente em greve: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, designadamente o pessoal da Informática, técnicos sanitários, e trabalhadores (operários, motoristas e apoio geral) da Maternidade Alfredo da Costa.

O fundamento de todas estas lutas é, com algumas variantes, praticamente comum. O NSR (Novo Sistema Retributivo) não tem sido aplicado em muitos locais de trabalho e diversas categorias profissionais sentem-se muitos lesadas.

Conforme já noticiámos, o Governo é devedor de

quantias muito avultadas a várias categorias de trabalhadores, designadamente dos Serviços de Saúde e com incidência maior na zona do Grande Porto.

A RTP, através do seu director de Informação do Canal 1, José Eduardo Moniz, era entretanto o destinatário de uma carta do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com conhecimento para a Alta Autoridade para a Comunicação Social.

A direcção do STFPSA afirma a dado passo:

«Não esperávamos que a RTP noticiasse estas lutas sindicais» (nessa qualidade: refere-se nomeadamente às últimas greves em Serviços Públicos). «Entendemos, no entanto, que é exigível a este» (RTP: noticiários) «que é o principal órgão de

informação que, pelo menos, mantenha informada a população e a comunidade empresarial de alterações extraordinárias aos funcionamentos dos Serviços Públicos, que podem afectar os seus interesses».

Desconhece-se a atitude perante a carta da parte do director da Informação do Canal 1.

Emprego feminino no BCP Ministro questionado pelo Provedor de Justiça

O Provedor de Justiça, Mário Raposo, enviou em 8 do corrente ao ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, um despacho destinado a averiguar, no prazo de quinze dias, a situação em que se encontra a questão do emprego feminino no Banco Comercial Português (BCP).

No texto do Provedor (a que a Lusa teve acesso), recentemente solicitado a intervir no caso pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), ressalva-se o facto de essa entidade jurídica não poder interferir na gestão de empresas privadas.

Fez-se, no entanto, notar que, havendo legislação aplicável, o Governo deve saber que «medidas têm sido tomadas» — perguntou-se no despacho do Prove-

Luta na AEP-Centrel contra mais 465 despedimentos

Os trabalhadores da AEP-Centrel reúnem hoje em plenário para discutir uma acção de luta, com recurso à greve, na segunda-feira, prosseguindo assim o combate contra o despedimento colectivo de 465 pessoas, anunciado na semana passada pela administração.

Na sexta-feira, dia 10, os trabalhadores efectuaram uma concentração de protesto junto das instalações da AEP em Cabo Ruivo. Foram recebidas mensagens de solidariedade de organizações de trabalhadores de outras empresas do sector e da UTIC, da União dos Sindicatos de Lisboa e do Grupo Parlamentar do PCP (através do deputado João Camilo), da célula do PCP na empresa e do organismo de empresas da zona oriental de Lisboa, entre outras.

Os trabalhadores deslocaram-se depois para o Marquês de Pombal, onde assistiram à passagem do Papa, exibindo faixas que chamavam a atenção para a situação na empresa.

Além da greve para dia 20, a partir das 14 horas, a proposta em discussão no plenário de hoje aponta ainda para a deslocação de trabalhadores e seus representantes às sedes do IPE (que detém 48 por cento do capital) e da holding do grupo Centrel, à Assembleia da República e à residência oficial do Primeiro-Ministro.

A lista das 465 pessoas que a Automática pretende despedir inclui os trabalhadores que são membros da Comissão de Trabalhadores, da Comissão Intersindical e dirigentes sindicais, com apenas uma excepção, segundo refere uma nota do SIESI, distribuída à imprensa no dia 7 e que denunciava a intenção da administração da AEP de reduzir para cerca de 40 os postos de trabalho na empresa.

A política de desmantelamento da empresa e redução de pessoal, levada a cabo a pretexto da falta de mercado para o sistema telefónico electromecânico, levou à diminuição do número de trabalhadores de 3500, em 1985, para menos de 700, actualmente, e tem sido fortemente contestada pelo pessoal da AEP, constituído maioritariamente por mulheres.



Depois da concentração em Cabo Ruivo (na foto) os trabalhadores da AEP foram ao encontro do Papa

PME's em seminário

O Mercado Único Europeu foi o tema central do seminário organizado no sábado em Guimarães pela Confederação das Pequenas e Médias Empresas (CPME) juntamente com o Movimento dos Pequenos e Médios Empresários do Distrito de Braga.

O tema central do encontro, além do Mercado Único Europeu, tratou dos apoios comunitários às PME's e da política económica portuguesa.

Segundo o gabinete de Imprensa da CPME, com sede em Lisboa, «os pequenos e médios empresários do distrito de Braga têm no horizonte o Mercado Único, futura realidade jurídico-económica no seio dos Doze».

A mudança de 1993 exige dos PME's «novas formas de intervir», pois «os pequenos e médios empresários têm que estar preparados para o impacto do Acto Único».

Além das personalidades

mais responsáveis no âmbito da organização do Seminário de Guimarães, o gabinete de Imprensa da CPME anunciava em 7 do corrente a presença de representantes do IAPMEI, do Euro-Gabinete do Banco de Fomento e Exterior e do Banco Português do Atlântico.

Segundo a mesma fonte, estava prevista uma intervenção da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Iniciativas
legislativas
do PCP

Apoio ao associativismo

Ultrapassar a lacuna criada pela falta de apoio do Estado às associações populares, definindo simultaneamente um quadro legal de ajuda ao associativismo capaz de reunir os esforços da Administração Central aos das autarquias, associações e comunidades locais na dinamização da cultura e recreio, tal é o objectivo de um projecto de lei do PCP entrado há dias na Mesa da Assembleia da República. Na base desta iniciativa está a necessidade de alterar o actual quadro de dificuldades por que passam os muitos milhares de associações populares, designadamente colectividades de cultura e recreio, a braços com problemas de diversa ordem, desde a escassez de receitas e financiamentos, até à carência de instalações, passando pelas dificuldades de natureza técnica e material.

Nesse sentido, o diploma agora elaborado propõe a criação de um Instituto dotado de autonomia administrativa e financeira, com a participação de representantes das associações na respectiva direcção, o qual terá como atribuições o incentivo ao associativismo e a coordenação do quadro de apoios a conceder.

No seu articulado, o projecto salvaguarda, porém, a existência da Direcção Geral de Acção Cultural, a quem competirá a execução e concretização dos apoios estabelecidos e que deve ser dotado dos meios que de há vários anos lhe têm sido sistematicamente negados.

A atribuição às Câmaras Municipais da competência para declarar a utilidade pública das associações que desenvolvem actividades culturais ou recreativas de reconhecido mérito, constitui outra das medidas preconizadas no projecto, que prevê ao mesmo tempo a possibilidade de através de protocolos gerais, o Instituto do Associativismo assegurar às associações apoio técnico, cedência de materiais e equipamentos, apoio a transportes em grupo e apoio à aquisição, construção, reparação ou manutenção de instalações.

PCP propõe OID para distrito de Évora

A ligação permanente com os eleitores foi um traço forte do estilo de trabalho dos deputados comunistas na actual Legislatura, concluíram as Jornadas de Évora

O Grupo Parlamentar do PCP vai propor a criação de uma Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) para o distrito de Évora, com financiamentos negociados com a Comunidade no âmbito do quadro comunitário de apoio, proposta que a ser aceite poderá constituir um importante instrumento de desenvolvimento para a região.

Esta é pelo menos a convicção dos seus autores, deputados comunistas que no final da passada semana participaram nas Jornadas Legislativas de Évora do PCP, acto que culminou um extenso e permanente trabalho de contacto directo com as populações, órgãos de Poder Local e agentes da vida económica, social e cultural do distrito, de ligação com os eleitores e que durante os últimos quatro anos constitui um traço forte de identificação de actividades dos deputados comunistas na actual Legislatura.

Durante dois dias, a delegação parlamentar comunista, constituída por oito deputados e pelo Chefe de Gabinete, acompanhada de dirigentes regionais e locais do PCP, visitou os concelhos de Borba, Estremoz, Évora, Montemor e Vila Viçosa, contactou e reuniu com mais de 30 entidades e realizou três debates sobre transportes urbanos, política de habitação e desenvolvimento regional.

Este vasto conjunto de encontros permitiu um levantamento bastante largo da situação, problemas e perspectivas destes cinco concelhos, o que a somar às visitas anteriormente realizadas aos restantes concelhos se traduz numa significativa radiografia do Distrito que nenhum outro Partido até agora realizou e que será levada à Assembleia da República.

Na área do desenvolvi-

mento económico, de acordo com as conclusões das Jornadas, apresentadas em conferência de imprensa os deputados puderam confirmar e aprofundar o conhecimento de que o Distrito, apesar dos recursos e das dinâmicas locais existentes, continua a defrontar obstáculos que travam o necessário e urgente processo de desenvolvimento.

Neste âmbito foi destacado o facto de o Distrito, no seu conjunto, apesar do Programa Operacional para o Centro e Baixo Alentejo, não estar abrangido por qualquer Operação Integrada de Desenvolvimento que crie um quadro de apoios financeiros e benefícios fiscais promotores do investimento, agravado pelo facto de o Governo continuar a recusar apoio ao Plano Integrado de Desenvolvimento que a Associação de Municípios está a elaborar com a larga participação de todos os agentes locais.

Na área da agricultura, a delegação parlamentar comunista foi confrontada com o persistente subaproveitamento da terra; da água (empreendimentos como Alqueva e a Barragem dos Minutos continuam por realizar) e dos recursos humanos, seriamente agravado com a destruição da Reforma Agrária, e as crescentes dificuldades dos pequenos agricultores, a ausência de um quadro integrado de orientação e fomento da produção agro-pecuária e florestal para o Alentejo a que se soma a insuficiência de apoios existente e o elevado custo do crédito e dos factores de produção.

As Jornadas tiveram ainda oportunidade de contactar múltiplos outros sectores e problemas que o Grupo Parlamentar irá abordar na Assembleia da República através dos di-



Ausência deliberada de apoio à conservação e recuperação do valioso património histórico monumental de Évora constitui um paradigma do modo como o Governo encara a política cultural

versos instrumentos regimentais ao seu dispor.

É o caso do ambiente, nomeadamente da situação calamitosa a que foi conduzida, por uma eucaliptização desenfreada, a Zona da Serra d'Ossa que abrange já cerca de 7000 ha, sobre a qual o Grupo Parlamentar do PCP irá questionar o ministro do Ambiente e Recursos Naturais com vista à adopção de medidas que permitam sustentar e corrigir este processo bem como sobre o novo projecto de eucaliptização da CELBI para Estremoz.

Na área da Saúde, o destaque vai para o arrastamento da situação do Hospital do Patrocinio, cujas obras estão de novo paralisadas depois de nele estarem já investidos cerca de 1 milhão de contos e após um atribulado e obscuro processo conduzido pelo Governo do PSD que está a pôr em causa os objectivos que deram lugar à sua doação ao Hospital Distrital de Évora, prejudicando assim as populações necessitadas de cuidados médicos desig-

nadamente na área da oncologia.

Quanto à educação, a questão principal realçada no decorrer das Jornadas prende-se com o facto escandaloso das escolas estarem a funcionar com duodécimos e na base do Orçamento de 1990, quando o Orçamento de Estado para 1991 está de há muito aprovado e em execução nos restantes sectores da Administração Pública.

A delegação de deputados e dirigentes comunistas teve ainda oportunidade de verificar o importante e positivo esforço feito pelas autarquias e o movimento cooperativo no sentido de darem resposta ao problema da habitação, designadamente da habitação social.

Tais esforços, porém, estão a ser seriamente prejudicados com a ausência de uma política nacional de habitação e a crescente dificuldade de acesso tanto a casa própria (com o elevadíssimo preço do crédito) como ao mercado de arren-

damento que praticamente não existe.

Na área social, as reuniões efectuadas tanto com o movimento sindical como com os reformados vieram confirmar, segundo foi dito, a justeza das posições e iniciativas do PCP tanto em relação à rejeição do Pacote Laboral como quanto às propostas recentemente apresentadas na Assembleia da República sobre acidentes de trabalho e o aumento intercalar das pensões de reforma e outras prestações sociais.

As Jornadas dedicaram também particular atenção aos problemas da política cultural, designadamente quanto à defesa e salvaguarda do património histórico monumental, tendo sido vincado o seu alto apreço pela obra de apoio e dinamização da vida cultural e da valorização do património prosseguida pelas autarquias do Distrito e por múltiplos agentes regionais, como o CEN-DREV, reconhecida, aliás, em todo o País e em instâncias internacionais como a UNESCO.

Privatizações

Mais alterações anticonstitucionais

As alterações propostas pelo Governo à Lei de delimitação dos sectores, inseridas no seu plano de entrega de empresas estratégicas ao sector privado, com destaque para as principais empresas do sector financeiro, foram consideradas por Octávio Teixeira como susceptíveis de ferir profundamente os interesses de Portugal, colidindo frontal-

mente com o normativo constitucional que impõe a obrigatoriedade de proibir o acesso do capital privado aos sectores básicos da economia.

Esta questão esteve recentemente em debate a propósito da proposta de lei que alarga à iniciativa privada a exploração de aeroportos, além de liberalizar os transportes aéreos inter-

nacionais e ferroviários, alargamento que o deputado comunista considerou estar inserido na estratégia do Governo de «criar condições irreversíveis deformadoras do regime democrático-constitucional».

Para o PCP, que defendeu um combate inequívoco «nas palavras e nos actos» a esta estratégia do PSD, numa crítica implícita

ao PS que mantém em relação a este assunto uma posição dúbia, a abertura ao sector privado dos transportes aéreos visa criar condições para a privatização da TAP e não a eventual criação de novas empresas, como alegadamente é invocado.

A transferência para o sector privado das linhas

ferroviárias rentáveis, mantendo o Estado todos os sectores que dão prejuízo, foi igualmente criticada por Octávio Teixeira que lembrou que se a actividade da CP sempre dará lugar a prejuízos, como sucede com as suas congéneres na generalidade dos países, é «lógico e natural que igualmente explore os segmentos de transporte lucrativos».

Pacote laboral



A CGTP solicitou à Comissão Parlamentar do Trabalho o alargamento do prazo de discussão pública do projecto de lei de autorização legislativa relativa ao «pacote laboral», dado que a separata do Diário da República onde estão contidas as matérias mais polémicas dos diplomas só foi posta à venda depois do dia 29 de Abril.

Este pedido foi feito após um ciclo de contactos com os grupos parlamentares que culminou com uma reunião com a referida Comissão Parlamentar, a quem foi dada conta das preocupações existentes relativamente à revisão da legislação laboral.

A CGTP solicitou ainda que a este órgão de soberania que não aprove a autorização legislativa por considerar que ela «contém matérias desumanas, injustas e altamente polémicas para os trabalhadores e para o País e que pertencem à exclusiva competência da Assembleia da República».

IROMA no Parlamento



Os trabalhadores do Instituto Regulador e Orientador do Mercado Agrícola (IROMA) concentram-se hoje, pelas 14.30 horas, junto à Assembleia da República, em apoio a uma sua delegação que contactará com a Comissão Parlamentar de Trabalho.

No decorrer da audiência, solicitada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, serão expostas algumas das grandes preocupações dos trabalhadores, nomeadamente as que se prendem com o seu futuro e com as alterações de prestação de trabalho sem qualquer processo negocial prévio.

Em causa estão, designadamente, a formação profissional, a majoração do tempo de serviço para efeitos de aposentação, a aplicação do Novo Sistema Retributivo, os quadros de pessoal, as carreiras profissionais e os horários de trabalho.

Recorde-se que o Governo adoptou sempre uma postura de indefinição relativamente ao futuro deste Instituto, arrastando para a instabilidade os cerca de quatro mil trabalhadores: primeiro, com a não publicação dos quadros de pessoal; depois, com o esvaziamento de competências, transferindo-as para o sector privado sem salvaguarda dos interesses do trabalhador.

Aljezur quer melhores serviços de saúde



A má qualidade dos serviços prestados à população do concelho de Aljezur, facto que não mereceu até agora qualquer espécie de atenção por parte das entidades responsáveis, voltou a ser objecto de um requerimento da bancada comunista no qual se questiona o Governo sobre as medidas que este pensa adoptar no sentido de obviar à situação existente.

Subscrito por Carlos Brito, o requerimento alerta nomeadamente para a necessidade de serem adoptadas medidas urgentes que atenuem a gravidade da situação criada, medidas tanto mais necessárias quanto é certo que se aproxima o Verão e com ele a habitual vaga de turistas própria da época.

Em causa está sobretudo a degradação do centro de saúde, problema agravado com a falta de pessoal médico e paramédico, prejudicando uma população, na sua maioria idosa e sem recursos, em muitos casos obrigada a percorrer dezenas de quilómetros para, depois, não ser atendida, exactamente devido à inexistência de clínico.

Mercado do vinho e da carne em crise



O Grupo Parlamentar do PCP apresentou recentemente na Mesa da Assembleia da República um projecto de deliberação no qual se chama a atenção do Governo para a grave crise que estão a atravessar os mercados do vinho e da carne bovina, nele se inscrevendo simultaneamente medidas de apoio com vista à sua superação.

Na origem da presente crise, responsável pela grave quebra de rendimentos dos agricultores, estão as enormes baixas de preços pagos ao produtor no mercado da carne bovina, que atingem reduções nominais de mais de 25 por cento em relação a 1990, enquanto que no caso do vinho de consumo as quebras de preço no produtor oscilam entre os 40 e os 60 por cento, sem qualquer repercussão no consumidor.

Em face deste quadro, o projecto defende a reabertura do processo de intervenção para destilação dos vinhos de baixa qualidade e a adopção de medidas especiais de vigilância sobre eventuais exportações de vinho de Espanha, preconizando igualmente a concessão de apoios compensatórios às regiões vitivinícolas com vinhos de baixa graduação e elevados custos de produção.

No que diz respeito ao mercado da carne bovina, o projecto pronuncia-se pela urgente aplicação dos Mecanismos Complementares de Trocas e por uma acção de intervenção do IROMA neste mercado, acompanhada do recurso a ajudas à armazenagem de carne.

A cooperação exige nova ordem económica

Somente uma nova ordem económica internacional poderá eliminar o abismo existente entre a teoria e a prática da cooperação externa

«Uma cooperação externa que nos torne merecedores do respeito dos povos mais carenciados dela implica uma rejeição clara dos mecanismos de exploração dos fracos pelos poderosos», afirmou Miguel Urbano Rodrigues durante a interpelação parlamentar, suscitada pelo PRD, no dia 9. «Somente uma nova ordem económica internacional poderá eliminar o abismo existente entre a teoria e a prática da cooperação externa», sublinhou.

O deputado comunista começou por questionar a oportunidade da iniciativa dos renovadores, pouco tempo depois da assinatura dos acordos de paz para Angola, pois «tal coincidência tende a polarizar a discussão em torno de aspectos conjunturais».

Recusando fazer «a exigência da cooperação concebida na perspectiva do Governo Cavaco Silva», Miguel Urbano Rodrigues centrou a sua intervenção em «princípios e questões de actualidade permanente» e na «necessidade de desmascaramento da falsa cooperação no relacionamento entre os povos».

Começou por recordar que pelo seu relacionamento antigo e complexo com po-

vos de outros continentes e pela sua posição mundial no limiar do século XXI, Portugal está numa postura favorável para compreender um dos problemas mais dramáticos que a humanidade enfrenta hoje: a desigualdade crescente entre países ricos e pobres, entre o reduzido grupo de nações de economia desenvolvida e os estados do Terceiro Mundo.

Actualmente, referiu o deputado do PCP, apenas um quinto da população da Terra consome ou controla 80 por cento da riqueza produzida no planeta. «Não é a solidariedade, mas sim o egoísmo, que caracteriza hoje, mais e mais, as relações Norte-Sul» - afirmou Miguel Urbano Rodrigues. «A cooperação autêntica emerge como excepção. O que se desenvolve, o que cresce, são sistemas de dominação e espoliação sob a máscara da ajuda económica solidária», disse, lembrando depois que «na última década, somente em África, morreram de fome milhões de pessoas, enquanto dezenas de milhões de toneladas de cereais se acumulavam nos silos americanos e europeus, como excedentes, por falta de mercados compradores».

Miguel Urbano Rodrigues acusou a «nova ordem internacional» do presidente Bush de apresentar «contornos de uma ordem imperial», criticando-a por excluir «a componente económica, que deveria contribuir decisivamente para a humanização da vida de milhares de milhões de pessoas».

Para o deputado comunista, a política africana de sucessivos governos portugueses foi durante anos assinalada por «atitudes equívocas que desceram com frequência à cumplicidade com o governo da África do Sul, no auge do *apartheid*», enquanto a mudança da situação na África Austral «somente se tornou possível porque o Governo de Angola, tão insultado e caluniado, e o seu partido, o MPLA (que levou o povo à independência) estiveram, nas circunstâncias mais difíceis, à altura dos desafios da História».

Lembrando a «importância prioritária» da cultura na «aventura humanista da cooperação», o deputado do PCP criticou o «pouco, quase nada» que tem sido feito nesta área. Condenou o facto de as relações com o Brasil não terem saído até agora «do

pântano de uma hibernação identificável no discurso oficial das pompas e do formalismo estéril, recheado de solenes promessas de mudança», e o «tratamento de cidadãos de segunda classe» que é dado aos milhões de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo.

«A responsabilidade por esse estado de coisas não é somente do actual Governo, vem de muito longe» - afirmou Miguel Urbano Rodrigues. «Portugal não elaborou uma estratégia da cooperação. Não dispomos, nunca dispusemos, de uma política de cooperação autêntica, planificada. Não temos sequer uma política de cooperação para médicos, para professores. Num momento em que tanto se fala das oportunidades oferecidas aos empresários portugueses nos PALOP, impõe-se também uma evidência: não existe nada que se assemelhe a uma estratégia de cooperação para o sector empresarial. É suficiente comparar o que nesse campo realizaram e continuam a realizar países como a Itália e a Espanha, para se avaliar o abandono das comunidades e dos cooperantes portugueses».

Combate à droga

Prevenção e reinserção social defendidas em diploma do PCP

Aperfeiçoar o sistema normativo aplicável ao combate à droga, por forma a adaptá-lo às realidades e às exigências que delas decorram, tal é o que propõem os deputados do PCP no projecto de lei que elaboram, visando a adopção de medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicodependentes.

Agendado para a próxima terça-feira, dia 21, o projecto contempla diversas vertentes do combate à droga, assentando na premissa de que a questão essencial é a adopção de uma política mais coerente e mais eficaz de prevenção primária e de tratamento e reinserção social de toxicodependentes.

Resultado em larga medida da reflexão que sobre esta questão tem sido feita pela JCP, o projecto preconiza a execução de um pla-

no de prevenção em meio escolar abrangendo todos os graus de ensino — no quadro do reforço das medidas de prevenção primária —, apoiando e incentivando, por outro lado, a realização de estudos e trabalhos de investigação, designadamente sobre a incidência do consumo de drogas, as tendências de prescrição médica de estupefacientes e a interacção do consumo de drogas e outros fenómenos sociais.

Por outro lado, o projecto garante a articulação dos esforços desenvolvidos por entidades públicas e privadas em domínios relacionados com a prevenção das toxicodependências, com vista a garantir a coerência das políticas prosseguidas e a eliminar os vazios e conflitos de competências.

Particular atenção é também prestada à questão dos meios humanos e materiais

das instituições e entidades que actuam no domínio da prevenção, pelo que é proposta a inscrição orçamental, em rubricas próprias, das verbas afectadas ao combate à droga nas suas diversas vertentes.

Destaque merecem ainda

no articulado do projecto as disposições que aumentam a eficácia dos mecanismos existentes de combate ao tráfico de drogas e os relativos ao procedimento criminal e à execução de penas decorrentes do consumo de drogas.

Jornadas em Viseu

Sindicatos, associações patronais, hospitais e centros de saúde, cooperativas agrícolas, direcções de baldios, grupos de teatro e autarquias, eis algumas das entidades e organizações que constam da vasta lista de contactos e visitas que preencherão o programa das Jornadas Parlamentares do PCP no distrito de Viseu.

Com início amanhã, prolongando-se durante o dia de sábado, as Jornadas contam com a presença dos deputados Júlio Antunes, João Camilo, Miguel Urbano Rodrigues, Álvaro Brasileiro e António Filipe.

Importamos mau vinho com produção no armazém

No Terreiro do Paço vai beber-se bom vinho português e entornar-se zurrapa espanhola. São os viticultores que protestam.

Viticultores de todo o país vão estar na próxima segunda-feira no Terreiro do Paço em Lisboa, a partir das 15 horas, em protesto contra as dificuldades vividas no sector. Prometem oferecer aos presentes um copo de «bom vinho português» tendo a CNA-Confederação Nacional da Agricultura anunciado hoje que irá despejar e inutilizar um casco com mil litros de «zurrapa espanhola», forma simbólica de protestar contra o excesso de importação de vinho e a falta de apoios à produção nacional.



Enquanto isso sucede sem qualquer controlo sanitário, já que ele não existe para as importações (ao contrário das exportações), a Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho dá conta que as adegas da região «estão cheias e com grandes dificuldades de escoamento». O uma situação «criada pelas entidades competentes» que

destrói uma das maiores riquezas do Minho.

Também a Associação Distrital dos Agricultores da Guarda dá conta de uma situação similar. Num inquérito às adegas cooperativas da região constata-se que a maior parte «tem os armazéns a abarrotar» enquanto os preços desceram 30 a 40 escudos por litro.

Os viticultores que se manifestarão em Lisboa exigem do Governo a criação de condições para o escoamento do vinho a preços compensadores, a anulação das sanções aos viticultores, a baixa dos preços dos factores de produção até níveis da CEE, a aplicação do Regulamento 768/CEE de ajudas transitórias à quebra de rendimentos dos agricultores, a não liberalização das importações, ajudas à gamentação de dívidas em atraso aos agricultores.

Entretanto a CNA entregou na Assembleia da República uma petição com mil e 550 assinaturas que pede a intervenção do parlamento junto do Governo e do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação que se têm recusado a dialogar com a confederação e a reconhecer-lhe como parceiro social de pleno direito.

A Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa é uma das entidades que convoca esta concentração, tendo como causa próxima o facto de 300 viticultores do Concelho de Alenquer terem sido chamados a Tribunal acusados de crime contra a economia, por entrega da declaração de produção com alguns dias de atraso.

«Este excesso de zelo, é uma tentativa de fazer dos viticultores o bode expiatório do marasmo que se instala no sector», diz a organização, para acrescentar: «se há crime contra a economia, vai ser necessário bater a outras portas. É que enquanto a nossa produção não encontra escoamento, o país encharca-se de vinho importado».

Vinho importado de França e Espanha que, inclusivamente, têm servido para produzir uma grave fraude ao património vinícola nacional: a produção de vinho rotulado de verde. Trata-se nada mais nada menos que vinho maduro estrangeiro martelado em vinho verde.

Novidades de Santana Lopes

Feiras do livro sem pavilhão da SEC

A Secretaria de Estado da Cultura (SEC) não vai participar este ano na 61ª Edição das Feiras do Livro de Lisboa e Porto que amanhã se inauguram. Na capital o espaço reservado ao pavilhão da secretaria de Estado da Cultura será ocupado pela Câmara Municipal de Lisboa e segundo a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) a situação prende-se com exigências feitas pelos

organizadores das Feiras sobre a utilização desse espaço.

Em declarações à agência LUSA, Nelson de Matos diria que o ano passado, sem consultar a APEL, a SEC incluiu iniciativas como concertos de rock e, até, pistas de skate, consideradas deslocadas na Feira do Livro.

Por outro lado, o vice-presidente da APEL acrescentaria que «por incúria, após o encerramento da feira lisboeta, em Agosto de 1990, a SEC conservou montado no Parque Eduardo VII o seu pavilhão, orçado em 40 mil contos, e esse excessivo período acabaria por causar danos irreparáveis nas estruturas».

«Parte desse pavilhão, quase totalmente apodrecido, foi utilizado para fazer divisórias nas novas instalações da SEC no Palácio Nacional da Ajuda», diria ainda Nelson de Matos.

ADL contra Governo

A Assembleia Distrital de Lisboa exigiu o apuramento de responsabilidades quanto à tentativa governamental de se apoderar dos bens imóveis deste órgão autárquico que se congratulou, por outro lado, com a intervenção do Presidente da República no sentido de anular a rectificação governamental ao decreto-Lei sobre o regime jurídico das Assembleias Distritais.

A rectificação agora anulada transferia para o Governo, através dos governadores civis, o controlo dos bens

imóveis das Assembleias Distritais.

Entretanto o Governo Civil de Lisboa, apesar desta anulação, continua a não entregar à Assembleia Distrital a relação dos bens que lhe pertencem o que tem impedido o pagamento dos ordenados dos funcionários da ADL que, segundo o vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Vasco Franco, terão sido «convidados pelo Governo Civil para irem para o quadro de excedentes» e ainda não receberam os ordenados de Abril.

Para resolver o problema destes funcionários, os presidentes de Câmara desta assembleia decidiram avançar com 20 mil contos distribuídos em função da percentagem do Fundo de Equilíbrio Financeiro que recebem.

Câmara de Lisboa subsidia ambiente

O vereador do Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Lisboa, Vítor Costa, atribuiu subsídios a diversas associações de defesa do ambiente que apresentaram projectos de sensibilização e educação ambiental.

A Associação Portuguesa de Biólogos, o Corpo Nacional de Escutas, a Associação Guias de Portugal, a Quercus, o Instituto Superior de Agronomia e o GEOTA foram as organizações que receberam subsídios que variam entre 237 e cinco mil e 300 contos.

Poder Local em perigo de asfixia

Governo quer «dar» estradas a câmaras

O Presidente da Associação Nacional de Municípios (ANMP) alertou a semana passada para «o risco de asfixia do Poder Local» caso as autarquias assumam novas competências «sem as correspondentes transferências financeiras» estando em risco, sobretudo, «as futuras gestões autárquicas». As declarações de Mário de Almeida foram proferidas no final de uma reunião do Conselho Directivo da ANMP onde se discutiu uma proposta do Governo que dava competências às câmaras para passarem a ser responsáveis pela recuperação e conservação das estradas nacionais da rede secundária. A ANMP reivindica uma verba anual de 900 contos por quilómetro para as edilidades assumirem esta nova competência. O Governo ainda não respondeu.

Covilhã deve um milhão

«Um milhão e cem mil contos» é quanto ronda a dívida da Câmara Municipal da Covilhã segundo denúncia feita pelos autarcas do PCP na edilidade, que acusam o executivo de não ter apresentado no relatório e contas da gerência de 1990 «a realidade das dívidas». Isaura Reis, vereadora da bancada comunista, desmente os números apresentados pelo presidente da Câmara que apontam para uma dívida de, somente, 300 mil contos. Para além disso, o Plano de Actividades do ano passado só foi cumprido em 50 por cento. O relatório e contas só foi aprovado com o voto de qualidade do presidente, já que os três vereadores do PS e PCP votaram contra e os três vereadores do PSD e CDS votaram a favor.

Empresas na Beira Interior

Covilhã, Guarda, Castelo Branco e Fundão subscreveram a criação na Beira Interior de um Centro Europeu de Empresa e Inovação, iniciativa que visa mobilizar interesses públicos e privados para a concretização de novas empresas. O acordo conta com o apoio da CEE, Universidade da Beira Interior, Institutos Politécnicos da Guarda e Castelo Branco, dos núcleos empresariais dos dois distritos e ainda da Comissão de Coordenação da Região Centro. O centro ficará sediado na Universidade da Covilhã e nele vão aplicar-se 300 mil contos, 150 mil vindos da CEE. «Seleção e guia de empresários e projectos destinados a criar e desenvolver novos negócios independentes e inovadores» será como o dinheiro se gastará, nas palavras dos promotores da iniciativa.

Nisa em Azay-Le-Rideau

Uma delegação do município de Nisa regressou na segunda-feira passada de uma visita às vilas de Azay-Le-Rideau e Saché onde participaram em visitas no âmbito de um acordo de geminação que o concelho português tem com a primeira das localidades gaulesas. Foi para aí que na década de sessenta muitos nisenses emigraram,

daí o natural acordo de geminação agora firmado.

PDM de Almada

Os progressos do Plano Director Municipal de Almada foram dados a conhecer aos membros da Assembleia Municipal daquela localidade no sábado passado numa reunião realizada no Convento dos Capuchos com a presença de Maria Emília Sousa, presidente do executivo camarário. Aos membros da Assembleia Municipal e aos vereadores da câmara foi também dado a conhecer o documento intitulado «recomendações dos 17 municípios para a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa».

Desemprego juvenil na Madeira

Na Região Autónoma da Madeira, 31,9 por cento dos desempregados têm entre 25 e 29 anos, 30,4 por cento entre 20 e 24, 20,4 dos 15 aos 19 e 7,4 dos 30 aos 34. Em termos globais o desemprego é de cerca de cinco por cento, a taxa de actividade global no arquipélago é de 48,3 por cento. A população total é de 283 mil e 200 habitantes, o que significa uma subida de dois por cento em relação ao ano anterior. Os números foram esta semana fornecidos pelo Serviço Regional de Estatística.

400 mil casais com problemas de fertilidade

O número de casais portugueses com problemas de esterilidade deverá rondar os 400 mil, segundo afirmações do presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução, Agostinho de Almeida Santos, que falou no decorrer de um encontro internacional realizado a semana passada no Algarve sobre «endocrinologia ginecológica», manifestou particular preocupação quanto à situação demográfica em Portugal, agravada por razões habitacionais e precariedade económica de muitas famílias. A principal causa da infertilidade resulta da contracção de doenças venéreas, responsáveis pela infertilidade de cerca de 25 por cento das mulheres.

Reformados de Lisboa querem descontos

Um Encontro de Reformados da cidade de Lisboa, iniciativa do MURPI, Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos, reuniu quinta-feira passada na Casa do Alentejo em Lisboa 500 pessoas que discutiram e aprovaram um caderno reivindicativo e um programa de acção desta associação. Foi também eleita a nova Comissão de Cidade.

A situação política e social foi amplamente debatida com críticas à política governamental e a aprovação no caderno reivindicativo de um imediato aumento das pensões, a reestruturação dos serviços sociais, descontos nos transportes públicos para este sector populacional independentemente do horário e zona bem como descontos em espectáculos, cinemas e teatros, entre outras exigências.

No final realizou-se uma sessão cultural e de convívio com a participação de Maria Guinot, o actor Daniel Garcia, o duo João Teixeira e Maria Idalina, António Cabral e um grupo musical do Sindicato da Função Pública.

CEE deve apoiar paz em Angola

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu - Barros Moura, Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro - apresentaram esta semana em Estrasburgo uma proposta de resolução sobre os acordos do Estoril tendentes ao cessar-fogo e ao estabelecimento da paz em Angola.

O texto, que se congratula com o sucesso das negociações e felicita por isso o povo angolano, defende a necessidade de a Comunidade e os Estados membros apoiarem a execução dos acordos, nomeadamente, em condições aceites pelo governo angolano e a Unita, quanto «à recon-

versão para actividades civis dos militares a desmobilizar, e apoiar as tarefas de reconstrução intensificando a cooperação para o desenvolvimento no quadro do SADCC». A Comunidade deverá ter em conta que a guerra em Angola causou destruições enormes, prejudicou o desenvolvimento, provocou milhares de mortos e sofrimentos humanos sem conta, para além de ter impedido o povo angolano de beneficiar da sua independência nacional. Solicita-se, para o efeito, que a Comissão elabore propostas de medidas financeiras e outras.

A proposta, que recorda o

complexo processo negocial conduzido sob mediação do Governo português, com a participação dos EUA e da URSS, como observadores, sublinha o facto de os acordos preverem o cessar-fogo fiscalizado sob a égide das Nações Unidas, a criação de umas forças armadas nacionais e a realização de eleições pluripartidárias entre 1 de Setembro e 30 de Novembro de 1992. A propósito, manifesta a esperança de que as «hostilidades cessem de facto no terreno e que o cessar-fogo seja aplicado quanto antes» de forma a abrir caminho à execução de todos os acordos, e lamenta o pro-

guimento «por uma das partes» de acções militares ofensivas em Luena.

Na opinião dos eurodeputados, é indispensável fazer cessar os fornecimentos de armas às partes em confronto, bem como qualquer ingerência ou intervenção externa em Angola, designadamente a partir de países limítrofes, susceptíveis de prolongar o conflito.

Recorda-se, a propósito, que os acordos do Estoril deverão ser ratificados pelas duas partes até 15 de Maio, após o que se seguirá a sua assinatura formal, entre 29 e 31 de Maio.

Agrava-se a crise na indústria automóvel

A indústria automóvel na CEE, que emprega cerca de 7 por cento dos assalariados na indústria, está em crise e o espectro do desemprego ameaça um número crescente de trabalhadores.

A recessão no sector, devida em parte à invasão do mercado comunitário por carros japoneses, levou à tomada de medidas de reestruturação que, na generalidade dos casos, se vem fazendo com a redução drástica dos postos de trabalho, com investimentos em novas técnicas de flexibilização e automatização, novos materiais, novas técnicas de gestão, sem medidas de acompanhamento e formação do pessoal.

Também a indústria de pneumáticos está em crise. A direcção da Michelin acaba de anunciar a supressão de 4 900 postos de trabalho em França, no âmbito de um plano que não poupa nenhuma categoria de assalariados: 2 830 operários, 1 870 empregados e 200 quadros. O plano de reestruturação da Michelin será também aplicado em outros países, estando para já prevista a supressão de 2 000 postos de trabalho em Espanha. A aplicação do plano levará ainda ao encerramento de fábricas e a reformas antecipadas.

A Ford, por seu turno, anunciou o despedimento de

8 000 empregados e quadros em Inglaterra e na Alemanha, ao mesmo tempo que surgem ameaças de despedimentos na Peugeot e na Renault.

A nível europeu, as taxas de desemprego no sector automóvel voltaram a registar um novo agravamento em Fevereiro e Março.

Esta uma situação que está a preocupar os eurodeputados da Coligação de Esquerda, que esta semana levaram o problema à sessão plenária do Parlamento Europeu. Entendem os deputados que a indústria automóvel europeia necessita de um período transitório suficiente

para estar em condições de enfrentar a livre concorrência com o Japão, pelo que pedem à Comissão «o prolongamento do regime transitório limitando as importações de veículos japoneses por um período fixado de acordo com as empresas e as organizações sindicais do sector, com reciprocidade no acesso ao mercado japonês, que tenha em conta os veículos japoneses fabricados na Europa e as importações de viaturas japonesas fabricadas nos Estados Unidos e nos países de Leste.

Os deputados do Grupo Coligação de Esquerda condenam ainda o tipo de rees-

truturação que está a ser levado a cabo no sector em causa e que «consiste exclusivamente na supressão massiva de empregos e no encerramento de unidades de produção, sem um plano global de reestruturação do sector, negociado com os parceiros sociais e que tenha em conta os interesses dos trabalhadores». Na proposta de resolução apresentada ao PE sobre esta matéria, os deputados pedem ainda à Comissão que apresente, no mais breve prazo possível, uma proposta de directiva que complete e reforce a directiva respeitante aos despedimentos colectivos.

Livre circulação de trabalhadores na CEE

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou a seguinte nota sobre a livre circulação dos trabalhadores na CEE:

1. Foi tornada pública uma proposta da Comissão da CEE visando antecipar a plena liberdade de circulação dos trabalhadores portugueses (e espanhóis) encurtando os períodos de transição fixa-

dos no Tratado de Adesão: de 1.1.93 para 1.1.92 e, no caso especial do Luxemburgo, de 1.1.95 para 1.1.93.

2. O PCP congratula-se com esta proposta que corresponde, embora incompletamente, às suas reclamações. Com efeito, desde o início se manifestou contra a imposição de um período transitório e, nomeadamente através das iniciativas dos seus deputados no Parlamento Europeu, defendeu a imediata aplicação da igualdade de tratamento.

3. A discriminação contra os nossos compatriotas tornou-se ainda mais inadmissível com a unificação alemã já que os 17 milhões de originários da ex-RDA passaram a beneficiar de imediato da plena circulação. Com esse fundamento, os deputa-

dos do PCP no Parlamento Europeu apresentaram, em meados de Novembro de 1990, um proposta de resolução subscrita por todos os deputados portugueses e por cerca de meia centena de deputados de todas as nacionalidades e dos principais partidos, no sentido de o período transitório cessar logo em 1 de Janeiro do corrente ano, admitindo-se uma dilatação do prazo para o Luxemburgo.

4. A plena liberdade de circulação corresponde assim a um objectivo nacional que contou com o apoio relevante do PCP e que já deveria ter sido consagrado há mais tempo, sendo de lamentar que, por falta de empenho do governo do PSD, se tenha perdido um ano.

10.5.91

O Gabinete de Imprensa do PCP

Alqueva é importante

A Comissão Europeia «está claramente consciente da importância do projecto de barragem do Alqueva para o desenvolvimento da região do Alentejo», afirma o comissário Millan em resposta a uma questão do deputado Sérgio Ribeiro sobre a matéria. Quem não pensava assim era o Governo português para quem, segundo aquele responsável comunitário, o projecto não estava «amadurecido» na época em que o quadro comunitário de apoio para Portugal para o período de 1989/93 foi negociado. Ao que parece, a situação alterou-se agora, sendo reconhecido «o interesse de uma análise dos aspectos globais e das conclusões operacionais da barragem do Alqueva», pelo que está a ser considerado «o lançamento de um estudo que sirva de base para as decisões a tomar». Recorde-se que o PCP defendeu desde sempre o Alqueva como de importância vital para o Alentejo, designadamente como travão ao processo de desertificação que se está a verificar nalgumas zonas, não obstante as suas potencialidades.

FORD em Portugal

A instalação da FORD/Wolkswagen em Portugal, dependente de uma participação comunitária, significará na prática um «desvio de verbas» destinadas a outros projectos ou programas de desenvolvimento. Isso mesmo foi confirmado pelo comissário Millan, em nome da Comissão, em resposta às perguntas sobre a matéria formuladas pelos eurodeputados Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro. Segundo o comissário, as autoridades portuguesas informaram a Comissão da possibilidade de realização do projecto de investimento FORD/VW, da ordem dos três mil milhões de dólares, para o que seria solicitada a participação financeira da Comunidade Europeia. A Comissão, que está ainda a estudar o assunto, afirma desde já que «qualquer auxílio financeiro comunitário ao projecto seria concedido no âmbito dos limites existentes no quadro comunitário de apoio a Portugal». Ou seja, dos 400 milhões de contos com que o Governo se propõe financiar o projecto, a maioria (cerca de 70 por cento) será de verbas comunitárias desviadas de outros projectos ou programas de desenvolvimento do país.

Têxteis em dificuldades

Nos finais do ano passado, na sequência da reunião do Conselho de ministros da Indústria, o ministro português, a propósito do impacto industrial das negociações do «Uruguay Round», referiu-se ao dossier dos têxteis e à defesa, por Portugal, de uma série de medidas de defesa deste sector (um período de transição de 15 anos para a liberalização do comércio mundial daqueles produtos, o reforço das regras e disciplinas do GATT, a institucionalização de um mecanismo eficaz de controlo). Segundo o ministro, o documento aprovado pelo Conselho contemplava as principais reivindicações portuguesas. Acontece porém que o referido documento não faz qualquer referência à questão dos têxteis, pelo que se ficou sem saber se foi o ministro que falou de mais, ou o documento que diz de menos. Interrogado o Conselho sobre o assunto, pelo deputado Sérgio Ribeiro, a dúvida mantém-se. Para além de afirmar que, na referida reunião, «o Conselho tomou nota» de uma exposição sobre o impacto do «Uruguay Round» na indústria europeia, a resposta nada esclarece sobre a matéria em epígrafe. Prefere lembrar que o Conselho «lançou um apelo a todos os parceiros» para que façam o possível «por assegurar o sucesso» das negociações do GATT. Resta saber se com ou sem o sacrifício dos têxteis portugueses.



Pesca portuguesa

A CEE vai conceder cerca de 363 mil milhões de contos a Portugal para financiamento de 20 projectos de modernização da frota pesqueira e nove programas de desenvolvimento da aquacultura. Do total atribuído a Portugal, cerca de 75 mil contos destinam-se à modernização da pesca e os restantes 288 mil ao sector da aquacultura. No primeiro caso, sete dos projectos localizam-se na região de Lisboa e vale do Tejo, seis no norte, quatro no Alentejo, dois no centro e um nos Açores.

Açorianos em Estrasburgo

Um grupo de 35 açorianos de várias ilhas da Região está esta semana em Estrasburgo, a convite dos deputados do PCP.

O grupo, que integra sindicalistas, jornalistas, intelectuais e quadros técnicos, assistirá a uma sessão plenária do PE, terá encontros com o responsável do serviço de visitas do PE, com o deputado relator do POSEIMA (Programa Comunitário Específico para os Açores e Madeira) e com os deputados do Grupo Coligação de Esquerda.

Guerra do Golfo

Balanco provisório

É ainda cedo para um balanço dos custos directos e indirectos da guerra do Golfo, mesmo abstraindo a gravidade e acutilância dos problemas humanos, políticos e sociais, pendentes, o drama de povos privados de autonomia ou de pátria. Mas é desde já bem claro que o seu preço foi muito elevado e que o seu financiamento terá consequências sérias sobre a evolução da economia mundial.

Aqui se esboça uma pequena síntese, avançada nos «flashes» da Federação Sindical Mundial, sobre o que se calcula terem sido os custos da guerra, nomeadamente no plano humano. Sem ignorar que também houve quem ganhasse com a morte alheia, as destruições, os desastres ecológicos cujas consequências não são ainda previsíveis.

• Quanto custaram as operações militares:

— O montante total do armamento transportado para o Golfo pelo conjunto dos países que participaram na guerra foi calculado em 1000 mil milhões de dólares, o equivalente à dívida externa dos países do Terceiro Mundo;

— o custo quotidiano das operações aéreas das forças da coligação anti-iraquiana foi avaliado em 500 milhões de dólares por dia, o que representa o custo de 10 hospitais de 1000 camas, completamente equipados;

— cada raid aéreo contra

o Iraque e o Koweit custou em média 5 milhões de dólares, ou seja o preço de uma escola secundária para 500 crianças. Ora, durante toda a guerra, contaram-se mais de 80 000 ataques aéreos;

— cada tiro do míssil Patriot custou 700 000 dólares, o preço de mais de 8 habitações sociais; desconhecem-se os custos dos mísseis Scud lançados pelo Iraque;

— as despesas com a deslocação do dispositivo militar «Escudo do deserto» (de 2 de Agosto a 15 de Janeiro) e as operações aéreas e terrestres integradas na «Tempestade no deserto» (de 16 de Janeiro a 1 de Março) foram avaliadas respectivamente em 10 e 56 mil milhões de dólares, e o custo total da guerra em 100 mil milhões de dólares. Desconhecem-se os custos da guerra para o Iraque.

• Perdas humanas:

Segundo estimativas do Comité Internacional da Cruz e do Crescente Vermelhos (CICR), a guerra do Golfo terá custado a vida a cerca de 140 000 pessoas. A supremacia aérea da coligação anti-iraquiana e o prolongamento da fase de bombardeamentos sobre o Iraque e o Koweit, explicam a enorme desproporção entre as perdas militares dos dois campos: 147 mortos e 65 desaparecidos para a coligação e entre 60 mil a 80 mil mortos para o

Iraque. Um dramático balanço a que há que somar as mortes civis, que o CIRC calcula em 60 000, sobretudo no Iraque.

• Destruições e perdas materiais:

Estão calculadas em 200 mil milhões de dólares para o Iraque e em 100 mil milhões de dólares para o Koweit, a que haverá que somar os gastos necessários para extinguir o fogo que consome os poços de petróleo, que continuam a arder.

Quanto às destruições ecológicas provocadas pela vasta maré negra nas águas do Golfo e o fumo dos poços a arder, não é possível para já avaliá-las.

A estas destruições directas haverá que acrescentar as perdas indirectas:

— perdas económicas (calculadas em 18,5 mil milhões de dólares), sofridas pelos países que aplicaram as sanções económicas contra o Iraque;

— perdas da entrada de divisas para os países que tinham emigrantes a traba-



Na sequência da guerra do Golfo, os problemas humanos agudizaram-se ainda mais. Entre eles, o drama do povo curdo.

lhar no Iraque ou no Koweit (centenas de milhões de dólares para países como o Egipto, a Jordânia, a Índia, o Iémen, o Paquistão, as Filipinas, o Sri Lanka);

— a queda dos rendimentos do sector turístico de vários países (Egipto, Israel, Tunísia, Marrocos, etc.).

• Quem pagará a factura?

Os Estados Unidos, cujas forças armadas constituíram o essencial do arsenal militar desloçado contra o Iraque, irão pagar apenas uma pequena parte (15 mil milhões de dólares) do custo total da guerra, que

será essencialmente suportado pelo Koweit, Arábia Saudita, Alemanha e Japão.

Com uma contribuição total de cerca de 20 mil milhões de dólares, a Arábia Saudita aparece como o principal pagador, seguida do Koweit, Japão e RFA.

Jugoslávia

Mantém-se situação de crise

A Jugoslávia vive momentos particularmente difíceis, com o agudizar dos conflitos entre nacionalidades, assumindo o carácter dramático de confrontos sangrentes. Na Croácia a situação é particularmente grave, e dezenas de pessoas morreram já neste mês de Maio. O Exército está em estado de alerta e a tensão mantém-se, mais aguda ainda nos enclaves sérvios em território croata, como a aldeia de Kijevo ou na Slavonia. O exército é confrontado com grupos armados organizados. Mulheres e crianças de origem sérvia têm vindo a ser evacuadas das zonas de conflito, gerando paralelamente o problema dos refugiados internos.

Sobre este fundo de graves antagonismos, a presidência jugoslava, que reúne representantes das diferentes Repúblicas, tem vindo a tentar uma solução política, afirmando que «os problemas políticos devem ser resolvidos por meios democráticos e não pela força». Parece entretanto haver quem esteja exactamente empenhada em apostar na força e na criação de uma situação de

guerra civil. O governo federal de Ante Markovik alertou recentemente os jugoslavos contra «as provocações dos que tentam atizar os ódios nacionalistas».

Já há alguns meses que a crise que se vive na Jugoslávia entrou numa nova fase, transformando-se em conflito aberto entre as duas mais fortes Repúblicas do país: a Sérvia, com 9 700 000 habitantes e a Croácia, com 4 600 000.

O confronto entre nacionalismos tem vindo a assumir um carácter cada vez mais perigoso.

Na Croácia, as forças de direita de Franjo Tudjman venceram as primeiras eleições pluralistas (uma realidade comum em momentos de crise profunda). Entretanto, num claro desafio à Constituição jugoslava, o novo governo criou estruturas militares próprias, um facto bem pouco favorável à procura de soluções e consensos políticos.

Na Sérvia, a Liga dos comunistas, hoje Partido socialista sérvio, ganhou as eleições. Mas também aqui se manifestam sentimentos e problemas de cunho nacionalista. O actual presi-

dente, Slobodan Milosevic, pretendendo voltar a dar à nação sérvia um lugar que na sua opinião lhe foi retirado com a Constituição de 1974, tomou medidas que podem vir a gerar novos conflitos. Foi suprimida toda a autonomia real às duas províncias autónomas situadas em território sérvio: o Kosovo, com uma população 80% albanesa, e Vojvodine, a nordeste.

Num quadro de profunda crise económica e social, há repúblicas que colocam explicitamente a pretensão a uma separação da Jugoslávia, como é o caso da Croácia e da Eslovénia, pequena república setentrional, de dois milhões de habitantes, mas que goza do mais elevado nível de desenvolvimento, e com grande homogeneidade étnica.

Uma situação bem diversa da Croácia, que conta com 12% de sérvios concentrados fundamentalmente em enclaves, nomeadamente nas regiões de Knin e na Slavónia. Mistura de populações que, em momentos de atizar de nacionalismos, geram inúmeras vítimas humanas e situações profundamente

dramáticas, só politicamente solúveis na base da consideração dos interesses de todos.

Mais um factor agravante neste já complexo quadro: o peso da história, opondo croatas, que pertenceram ao império austro-húngaro, aos sérvios, ocupados durante cinco séculos pelos turcos. Acresce que a resistência ao fascismo foi bem mais forte entre os sérvios, que sofreram o genocídio por parte do regime pró-nazi da Croácia e do seu *fuhrer* local, Ante Pavelic.

Neste momento ninguém saberá dizer qual vai ser o futuro da Jugoslávia. Aos esforços no sentido de soluções políticas opõe-se o atizar dos nacionalismos, que contam com bandos armados para impor (ou tentar impor) situações de facto. A situação é suficientemente grave para ter mesmo gerado também já reacções de países fronteiriços. Questão de fundo — nem todos na Jugoslávia apostam nos meios democráticos para dar resposta aos problemas políticos, como se apela no documento da presidência que atrás referimos.

Quem lucrou

Do petróleo às armas, passando pelo sector da construção — houve quem ganhasse com esta guerra.

As sociedades petrolíferas contam-se entre os principais «ganhadores» da guerra do Golfo, com aumentos recorde dos lucros em 1990, na sequência do aumento dos preços do petróleo (de 21 a 40 dólares), resultante do embargo sobre os produtores.

Também as grandes empresas multinacionais da construção civil tiram lucros da guerra. Neste momento estão empenhadas na batalha comercial para conseguir para si os contratos para a reconstrução do Koweit e do Iraque, devastados pelas bombas fabricadas por outras multinacionais.

Calculada em 300 mil milhões de dólares, a reconstrução desses dois países interessa muito especialmente às multinacionais norte-americanas, que a administração Bush abertamente apoia face à concorrência das empresas dos outros países da coligação anti-iraquiana, esforçando-se por manter afastadas as sociedades japonesas e alemãs.

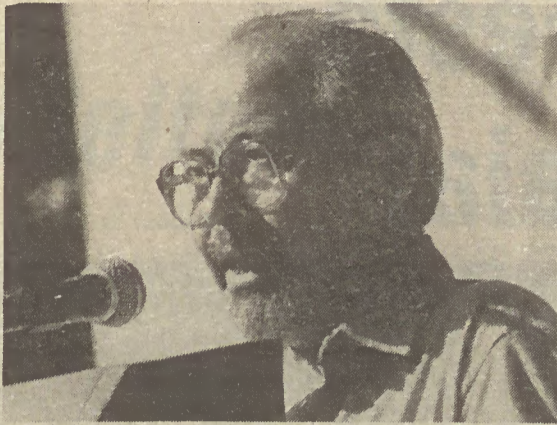
Quanto às grandes empresas ligadas ao complexo militar-industrial (principalmente americanas), a guerra do Golfo foi-lhes benéfica sob todos os pontos de vista: depois de ter testado as suas novas armas «no terreno», embolsando de passagem lucros substanciais, irão agora utilizar os sucessos tecnológicos para exigir a adopção de novos programas de armamentos, nomeadamente no quadro da iniciativa de defesa estratégica (a «guerra das estrelas»).

Carlos Costa na China

Carlos Costa, membro da Comissão Central de Controlo e Quadros do Comité Central do Partido Comunista Português visitou a República Popular da China de 18 de Abril a 4 de Maio.

Carlos Costa encontrou-se com Song Ping, membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista da China e da sua Comissão Permanente, Zhu Liang, membro do CC e Chefe do Departamento de Relações Internacionais, Li Shuzheng, membro do CC e Vice-Chefe do Departamento de Relações Internacionais, assim como com outros altos responsáveis políticos das cidades visitadas: Pequim, Xangai, Dalian e Tiangjin.

Nos encontros realizados foram trocadas informações e opiniões sobre a situação em Portugal e na RP da China, sobre a actividade dos respectivos partidos e aspectos de actualidade da situação internacional e tratadas questões relativas à cooperação entre o PCP e o PC da China.



A visita de Carlos Costa à RP da China confirma as relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os dois partidos que representam uma importante contribuição para o desenvolvimento das relações entre os dois povos e os dois países.

África do Sul

Centenas de mortos em cinco meses

A violência na África do Sul, que já fez quase 700 mortos desde o início do ano, constitui hoje um obstáculo sério ao próprio processo de transformação do país, e é motivo de profunda preocupação, quer para o movimento popular e de libertação na África do Sul, quer no continente africano.

Esta foi uma questão central nos debates da Cimeira dos chefes de Estado dos sete países da Linha da Frente (Angola, Botswana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), agora realizada em Lusaca. Participaram na reunião o vice-presidente do ANC, Nelson Mandela, representantes do Congresso Pan-Africano (PAC) e do Inkhata.

No final de uma reunião de seis horas com líderes do ANC e do Congresso Pan-

-Africano, o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, que preside à organização dos países da Linha da Frente, responsabilizou elementos clandestinos de extrema-direita das forças de defesa sul-africanas pela violência.

Kaunda apelou ao presidente sul-africano, Frederik De Klerk, para intervir, afirmando que «é impossível que um governo tão poderoso em questões de defesa e segurança não seja capaz de conter uma situação como esta». O presidente da Zâmbia disse ainda que «De Klerk tem de controlar os elementos de extrema-direita» e apelou ao governo sul-africano para tomar medidas que ponham fim aos confrontos.

Praticamente em vésperas da cimeira de Lusaca,

realizou-se um encontro entre Nelson Mandela e o presidente sul-africano, tendo como pano de fundo a mesma preocupação de pôr termo à onda de violência no país. Segundo declarações da responsável da Liga das Mulheres do ANC, Feroza Adam, De Klerk aceitou duas exigências importantes do Congresso Nacional Africano. Concretamente o encerramento das residências utilizadas por trabalhadores sazonais nos bairros periféricos, e a sua transformação em habitações familiares, e a proibição de armas em reuniões públicas, à excepção de zagaias e bastões (de referir que o Inkhata recruta gente exactamente nas residências de trabalhadores, que deverão ser encerradas).

Já depois deste encontro, a condenação de Winnie Mandela, por alegada cum-

plicidade no rapto e agressão de quatro jovens, em Dezembro de 1988, num processo bem controverso, pode vir a constituir novo factor de confrontos.

A grande violência que lavra na África do Sul tem antes do mais a ver, sem dúvida, com os ódios gerados pela própria realidade do *apartheid*. Os atrasos e distorções no processo de transformação da sociedade sul-africana não podem deixar de estimular essa violência.

Ainda no princípio deste mês, Nelson Mandela denunciava, num comício, o não respeito, por parte do governo de Pretória, do prazo de 30 de Abril (fixado em 6 de Agosto do ano passado) para a libertação de todos os presos políticos e o regresso dos exilados. As libertações têm vindo a processar-se a conta-gotas, e ainda há mais de um milhar de presos políticos.

Outra questão, é o prosseguimento da repressão. A Liga da Juventude, organização ligada ao ANC, anunciou que 350 militantes foram presos em acções de protesto pela libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados.

Num recente comunicado conjunto do ANC, COSATU (a principal central sindical do país) e SACP (partido comunista), defende-se a constituição de uma comissão internacional de inquérito, sob a égide da ONU, para pôr fim à violência.

No mesmo comunicado salienta-se um outro elemento fundamental da realidade sociopolítica sul-africana — o agravamento da crise económica. Prevê-se que nos próximos doze meses a África do Sul contará — entre outros problemas — com mais 120 000 desempregados.

ISRAEL - CONTRADIÇÕES

Não cederemos, não somente quanto a Jerusalém mas também quanto à menor parcela de Eretz-Israel (o território de Israel mais a Cisjordânia ocupada e a faixa de Gaza), afirmou o primeiro-ministro israelita Ytzhak Shamir, na cerimónia de abertura das festividades do «Dia de Jerusalém» no centro espiritual dos religiosos ultranacionalistas do «Gush Enumin» (o «Bloco da Fé»).

Entretanto, esta aposta do governo israelita em recusar o direito do povo palestino a uma pátria, o prosseguimento de uma política repressiva e de facto consumado, que passa pela implementação de novos colonatos, também sofre críticas dentro de Israel.

Recentemente, o movimento pacifista israelita «Paz agora» pediu ao ministro da Justiça para agir contra o ministro da Habitação, Ariel Sharon, por este ter insultado o movimento pacifista e outras organizações de oposição à construção de novos colonatos. A oposição de esquerda no Parlamento denunciou igualmente as afirmações de Sharon.

«GUERRA-FRIA»

Se os EUA e a URSS deixarem as suas relações deteriorarem-se haverá «uma nova guerra-fria, ou pelo menos o tempo será chuvoso», afirma Mikhail Gorbachov em entrevista ao «Sunday Times». Gorbachov denuncia o papel que está a ser desempenhado pela direita americana, e refere as restrições e proibições à exportação de cereais ou material informático para a URSS.

Referindo-se aos problemas económicos, o presidente soviético adverte que «o caos pode ser facilmente criado», porque «estamos em vias de abandonar o velho sistema de uma economia dirigista e o novo sistema ainda não está montado».

Referindo-se a uma próxima cimeira soviético-americana, Gorbachov afirmou ser «preferível que ela não se realize, se só um campo a deseja».

LEI ISLÂMICA

O primeiro-ministro paquistanês e a sua coligação governamental, de direita, apresentou ao Parlamento uma proposta de lei para a implementação da lei islâmica no Paquistão.

A proposta prevê a introdução do código do «Shariat», ou leis do livro sagrado muçulmano, o Corão, e do «Sunnah», os ensinamentos do profeta Maomé.

«Na prática, esta iniciativa significa que os paquistaneses não-muçulmanos terão de escolher entre viver de acordo com a lei islâmica ou deixar o Paquistão», afirmou recentemente Ahsan Rizvi, especialista em direito constitucional.

Na opinião de uma outra especialista, Christine Anjum Ali, «a introdução desta lei significará uma interpretação medieval do «Shariat» e do «Sunnah».

«Serão os clérigos muçulmanos a interpretar a lei e eles são contra as minorias, contra as mulheres, contra o progresso», sublinhou.

PRESOS POLÍTICOS

A organização marroquina dos direitos do homem (OMDH) denunciou a existência de 226 presos políticos nas cadeias do país.

Dos detidos políticos marroquinos, 5,3 por cento estão condenados à morte, 14,6 por cento a prisão perpétua, 19,9 por cento a 20 anos de prisão e 3,1 por cento a 30 anos, desconhecendo-se a situação de alguns presos. Estas informações foram divulgadas em véspera do primeiro congresso desta organização, que irá também debater os direitos da mulher.

SPD ULTRAPASSA CDU

O Partido Social-Democrata (SPD) ultrapassa largamente a CDU (União Democrata-Cristã) do chanceler Helmut Kohl numa sondagem de intenções de voto no território da ex-RDA, publicada na revista «Der Spiegel». A sondagem, realizada no princípio do mês pelo Instituto «Amnid», atribui 38 por cento ao SPD e 28 por cento à CDU.

Projectados para toda a Alemanha, os resultados da sondagem transformariam o SPD no mais forte partido se as eleições gerais tivessem agora lugar.

A sondagem traz a profunda desilusão e descontentamento que grassa no território da ex-RDA, à medida que se fazem sentir os efeitos práticos da política de acelerada privatização da vida económica.

PLURIPARTIDARISMO

O Parlamento guineense aprovou, a semana passada, a lei dos partidos políticos, instrumento que vai permitir a legalização de novas formações partidárias. A proposta, apresentada pelo governo, foi aprovada por maioria.

A partir de agora, cada partido político em formação, e desde que corresponda aos requisitos legais, poderá desenvolver livremente as suas actividades, dando-se a conhecer e aos seus objectivos, «com acesso aos órgãos de informação, como afirmou o porta-voz da Assembleia. A revisão global da Constituição, anunciada nas resoluções finais da sessão parlamentar, decorrerá ao mesmo tempo que o processo de inscrição dos partidos políticos.



Violência de bandos armados e violência policial conjugam-se a semear a morte nos subúrbios negros gerados pelo *apartheid*

Milhares de jovens usaram em pleno e em festa a Quinta da Atalaia no passado fim-de-semana, numa iniciativa promovida pela JCP e designada, precisamente, «Em Festa!». Houve concertos e debates, desporto e vídeo-gigante e, sobretudo, muito convívio no magnífico terreno da festa do «Avante!», reunindo jovens vindos do Minho ao Algarve (só no acampamento estavam mais de 1000) e atraindo, naturalmente, muitos outros da região de Lisboa. Está a cumprir-se a vocação do terreno da Festa, e com protagonistas de eleição — os jovens.

A iniciativa começou no sábado de manhã com a recepção dos participantes e a instalação do acampamento, mas seria ao princípio da tarde que a animação tomaria conta do recinto, com um concerto de bandas jovens num palco que teve muito que «fazer», do ponto de vista dos espectáculos. À noite, por exemplo, encerraria a jornada de sábado com um animado baile popular. Mas, entretanto, ocorreram outras e participadas coisas, nomeadamente simultâneas de xadrez e damas e um debate de Solidariedade com a Palestina, que contou com a presença de um representante da OLP no nosso país, além dos convidados José Goulão e Helena Rato. A festa de sábado terminaria com um belo fogo de camp.

No domingo, o desporto acordou cedo, com competições de futebol, ténis de mesa e novas simultâneas de xadrez e damas — uma diversidade de oferta que dava para muitos gostos. E dava gosto ver aquele pessoal, de sangue na guelra e mexendo-se por tudo o que era sítio (mesmo à torreira do sol), animando ou participando nas competições. Sucesso particular para a pista de «skate», onde dezenas de malabaristas pintaram a manta em volteios de animar os mortos e a multidão se apinhou permanentemente a vibrar com os artistas.

O encontro-debate subordinado ao lema «Transformar» encheu o recinto onde se realizou e contou com um convidado especial — o secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal, que fez uma intervenção final, de improviso, que condensamos noutro local. Perante diversos dirigentes da JCP que presidiam à sessão, as intervenções dos jovens sucederam-se às dezenas e deram nota das muitas e variadas questões que preocupam a nossa juventude, desde as dificuldades no ensino e no trabalho, à realização profissional ou à obtenção de habitação.

Refira-se ainda um interessante painel pintado por jovens artistas durante a Festa e, é claro, o espectáculo de despedida que abriu com os «Quadrágésima Vez» e encerrou com os «Rádio Macau», um sucesso, como sempre.

Com milhares de jovens Houve Festa na Atalaia!



Ver extractos da intervenção de Alvaro Cunhal na página 20, e reportagem fotográfica nas páginas 30 e 31.

Manifesto da juventude

No encontro-debate realizado no domingo sob o lema «Transformar» e com a presença de Alvaro Cunhal, foi aprovado, por aclamação, um «Manifesto» que transcrevemos na íntegra.

«Somos jovens! Estamos conscientes que a política de juventude existente, da responsabilidade do actual Governo, não serve, antes contraria os nossos direitos, interesses e aspirações. «Confrontamo-nos quotidianamente com as consequências lesivas e prejudiciais dessa política, que em troca de alguns brindes procura adormecer o nosso espírito crítico, a nossa consciência e a nossa indignação.

«Temos como necessária e absolutamente imprescindível, na transformação deste estado de coisas, a tua participação ao nosso lado.

«Dizemos não ao Pacote Laboral, ao trabalho precário e sem direitos, aos despedimentos arbitrários, às discriminações nos salários e no acesso ao emprego. Recusamos uma política de horários desumanos de trabalho, desprotecção social no desemprego e geradora de uma situação laboral onde se pratica a exploração infame do trabalho de crianças.

«Estamos empenhados em pôr em prática uma política onde os empregos estáveis com direitos e regalias sociais sejam uma realidade. Onde haja igualdade no acesso ao emprego, salários dignos, redução do horário de trabalho, aplicação do estatuto dos trabalhadores-estudantes, protecção social dos jovens desempregados, e onde se ponha fim ao trabalho infantil.

«O teu contributo e empenhamento são indispensáveis, para a construção de uma sociedade mais justa e humana, que respeite os direitos e aspirações dos jovens trabalhadores.

«Repudiamos uma política de educação arbitrária, e uma reforma educativa contra os estudantes e contra o direito de todos à educação, uma política que não tem em conta as necessidades reais daqueles que estudam, e em que as propostas e ideias dos estudantes são igualmente marginalizadas.

«Consideramos essencial o empenhamento de todos os jovens, na condenação de uma política de Governo que lança as

escolas na penúria e na degradação, que diz ter como prioridade a educação, mas que acentua as injustiças no acesso ao ensino, em benefício dos interesses ligados ao ensino privado, que impede o acesso a milhares de jovens ao ensino superior, e que nada faz contra o abandono e o insucesso escolar, ao contrário, favorece-o transformando as escolas em instituições de ministração de conhecimentos, negligenciando a imaginação, a vontade e a inteligência dos jovens para aprender, e os meios que estas qualidades requerem para se desenvolver.

«Apelamos à participação de todos os jovens na construção de uma política de educação, onde todos tenham acesso ao ensino, onde exista uma real igualdade de oportunidades, sem «numerus clausus» e sem PGA. Queremos uma política de educação que dê lugar à participação dos estudantes na gestão das escolas, ao direito à qualidade do ensino, a um apoio social verdadeiro que introduza a justiça social no sistema educativo.

«Queremos ver salvaguardado o direito à habitação, como um dos direitos humanos fundamentais. Consideramos que a política do Governo é em tudo contrária à concretização desse direito.

«O teu empenhamento, bem como o de todos os jovens, é igualmente necessário para concretizar o direito a uma habitação digna, e o apoio do Estado à aquisição e ao arrendamento de casas aos jovens.

«Perante a realidade da política de direita afirmamos a nossa disposição para agir em defesa dos direitos e aspirações juvenis, fazendo frente às tentativas do Governo para as diminuir e comprometer.

«Afirmamos a nossa determinação de intervir de forma aberta e criativa para a dinamização da Juventude CDU, como movimento e espaço de participação juvenil que contribua para que nas eleições legislativas do próximo Outono se abra o caminho para uma nova política de juventude e um governo que a concretize.

«Afirmamos a nossa ambição e empenhamento na transformação do mundo, na construção de uma sociedade mais justa que reconheça os direitos e aspirações juvenis e em que seja possível uma vida mais feliz e humanamente realizadora para os jovens.

Participação das mulheres em igualdade Propostas do seminário são contributo para o Programa Eleitoral

As propostas aprovadas por aclamação no final do seminário nacional do PCP «Participação das mulheres em igualdade — uma condição de progresso, um desafio à sociedade», que teve lugar no Porto sábado passado, vão ser apresentadas à comissão que está a preparar o Programa Eleitoral do Partido para as eleições legislativas.

O único problema...

«Concorrer àquele emprego, do placard da Faculdade? Era exactamente o tipo de trabalho que gostaria de fazer. Os meus colegas também vão concorrer? E depois? Se até tenho melhor média e não tenho o problema da tropa?...

A entrevista correu bem até ao momento em que aquele senhor engenheiro simpático me diz, envergonhadamente: *Sabe, o seu currículo é óptimo, mas... compreende... o único problema é ser mulher.*»

(Uma engenheira recém-formada)

Saber sem saber

«Há quem saiba e sabe que sabe; há quem não saiba e pense que sabe; há quem não saiba e sabe que não sabe; e há quem saiba e não sabe que sabe. Naturalmente, há mulheres repartidas por todos estes grupos. Não duvido, porém, que a grande maioria das mulheres integre o último.»

(Margarida Folque, da comissão junto do CC para os problemas e a luta das mulheres)

Do linho e da lã no Ave

«Fiar, tecer, cortar, coser, tingir, engomar são palavras familiares e saberes de mulheres, saberes do linho e da lã que da casa agrícola milhares de mulheres levaram consigo para as fábricas algodoeiras, de vestuário e de malhas que, como cogumelos, ano após ano cresceram nas margens do Ave.

As mulheres do Vale do Ave são hoje, elas também, as principais vítimas sobre quem o Governo e o patronato se preparam para fazer cair os custos e sacrifícios de uma situação de crise de que são os únicos e principais culpados.»

(Fátima Neves, da DOR de Braga)

O coração da minha aldeia

«Sou da freguesia de Pias e tive o privilégio de saber quanto valeu a presença amiga de uma cooperativa como a *Esquerda vencerá*. Ela foi destruída, acabou, foi interrompido o caminho do futuro. A UCP era o coração da minha aldeia. Havia abundância, unidade e confiança. Hoje a situação é diferente... As mulheres foram as primeiras a pagar as consequências da política injusta e desumana da destruição da reforma agrária.»

(Maria José Borralho)

A dinâmica das frentes de trabalho

Extractos da intervenção de Luísa Araújo

Com este trabalho o Partido fica mais apetrechado para dar respostas, e dá-las mais rápido, em vários aspectos sectoriais. A dinâmica desta linha de trabalho resulta do envolvimento conjunto das estruturas do trabalho central e do trabalho das Direcções das Organizações Regionais e de outros organismos do Partido de níveis de direcção diferentes.

Esta linha de trabalho tem contribuído para a especialização de quadros e para o desenvolvimento de acções altamente enriquecedoras para o prestígio do Partido junto dos sectores a que cada temática se dirige.

As iniciativas valem sobretudo pelo que conseguem ir além do espaço que elas próprias abrangeram. Levantar à prática as suas decisões depende das estruturas do Partido, depende de cada quadro, depende de cada militante.

Sendo essencial para o desenvolvimento do trabalho o papel activo e permanente e a disponibilidade do camarada responsável por uma área específica da intervenção do Partido isto não dispensa, pelo contrário exige a preocupação dos organismos do Partido e de cada camarada para aplicar de forma criativa e adequada as orientações, de encontrar as formas para transmitir a mensagem e as propostas do Partido.

A problemática feminina tem uma base profundamente ideológica, liga-se a vários aspectos da vida, apresenta-se por vezes com características de enorme subtilidade e de descoberta difícil. Ainda hoje, encontramos muitos camaradas, homens e mulheres, com uma profunda ignorância sobre esta temática.

A discriminação da mulher é uma realidade na sociedade portuguesa. Um dos grandes objectivos do nosso trabalho nesta frente é de informar, alertar, ajudar a conhecer quais são as formas, os factores de discriminação, seja ela visível ou invisível.

O seminário reuniu cerca de 400 participantes de 15 distritos, entre os quais os camaradas Luís Sá, da Comissão Política e cabeça-de-lista da CDU pelo Porto, e Luísa Araújo, do Secretariado, da Comissão Executiva Nacional e da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC.

Uma das propostas aprovadas aponta para que o objectivo de assegurar a participação, a igualdade e os direitos das mulheres esteja presente na própria estruturação de um governo democrático que resulte das próximas eleições, concretamente na criação de uma Secretaria de Estado da Igualdade e Direitos da Mulher, sem prejuízo da necessidade de tal objectivo estar presente como uma das prioridades noutros departamentos ministeriais.

O PCP lançou um desafio à sociedade, às mulheres e a si próprio, ao considerar que o exercício da igualdade é uma pedra essencial na construção do desenvolvimento e do aprofundamento da democracia; à sociedade, que se deve orientar política, económica e culturalmente de modo a incorporar o potencial criativo e produtivo das mulheres, as suas capacidades, saberes e experiência num processo dinâmico virado para o desenvolvimento e o progresso; às mulheres, para que afirmem o valor da sua participação, como protagonistas de um processo de mudança social em que a diferença não seja encarada como razão de desigualdade, mas antes como factor de enriquecimento e humanização; e a si próprio, partido que se assume como protagonista político essencial e indispensável para a constituição de uma alternativa política, para mobilizar e integrar as mulheres na construção dessa alternativa, convicto de que tal corresponde à satisfação dos seus anseios mais profundos e à efectivação dos seus direitos.

Cerca de trinta intervenções, umas de carácter mais técnico e aprofundado, outras em jeito de testemunho, abordaram esta importante e complexa problemática da participação feminina, culminando um intenso trabalho preparatório. Neste se incluíram o questionário dirigido às estruturas sindicais e comissões de trabalhadores e a recolha de histórias de vida, contadas por 250 mulheres de diferentes regiões, actividades e estratos sociais.

Destas histórias falou Ana

Vale, membro da comissão para os problemas e as lutas das mulheres junto do Comité Central, ressaltando a credibilidade possível do universo envolvido: «A maioria das mulheres não está satisfeita com a vida que tem, não considera que as suas energias e capacidades sejam plenamente aproveitadas pela sociedade, acha que o seu trabalho profissional é visto de uma maneira positiva pelos outros e avalia também positivamente o seu trabalho, gostaria de mudar de profissão, mas não muda por falta de oportunidades, se mudasse, escolheria uma profissão tradicionalmente feminina.»

Uma das ideias que marcou os trabalhos do seminário foi a do subaproveitamento das

qualificações das mulheres. Números ali referidos revelam que 4,9 por cento de mulheres têm diploma de ensino médio ou superior, sendo 4,3 a percentagem de homens nesta situação; no entanto, só 1,6 por cento de mulheres são quadros médios e superiores, enquanto para os homens o índice é de 4,9. Estes e outros dados sobre a participação da mulher, especialmente no campo do trabalho, reflectindo um estudo base actualizado e novas abordagens, fazem parte do documento-base do seminário.

Na iniciativa participaram ainda, com a beleza das palavras ditas e cantadas, a actriz Júlia Correia e um grupo de mulheres de Campo Maior.



O seminário do PCP reuniu no Porto 400 participantes

Seminário não só definiram linhas estratégicas em relação à política da igualdade como constituiu um ponto de partida para um debate mais aprofundado nas Organizações Regionais, tendo sido os exemplos mais directos os encontros distritais de Évora e Lisboa.

(...) Estamos num processo dinâmico. A dinâmica gera avanços e cria perspectivas de trabalho.

Na preparação deste Seminário e na discussão travada hoje, foram levantadas questões que nos deixaram novos desafios e novas pistas de trabalho. Assim, ficou-nos a vontade de novos desafios, por exemplo:

— aprofundar mais as questões ideológicas desta problemática;

— aprofundar o conhecimento sobre diferenças de vida das mulheres do Norte e do Sul, do Litoral e do Interior do país;

— aprofundar o conhecimento da vida, dos problemas, dos anseios, das minorias étnicas femininas;

— aprofundar o conhecimento sobre a forma de estar e de interpretar a igualdade pela juventude.

Neste último caso o desafio vai mais longe: a Comissão Junto do CC para o Problemas e a Luta das Mulheres propõe à Comissão do Partido para as Questões da Juventude e à JCP a promoção de uma iniciativa conjunta para aprofundamento desta problemática.

Queremos mais, sempre mais. Também uma forma de desafiar.

(...) O PCP só tem a ganhar com a participação empenhada e militante das mulheres. As mulheres têm ganho neste grande colectivo partidário.

(...)

* Contamos com a participação das mulheres na construção da sociedade que elas desejam, a sociedade mais democrática, mais fraterna, mais justa, mais humanizada, a sociedade que só admite uma democracia, a participada entre homens e mulheres em igualdade.



O PCP — o Partido do combate às discriminações

Extractos da intervenção de Luís Sá

Este Seminário é mais um passo na preparação do Programa Eleitoral do PCP, que marca profundas diferenças.

Enquanto para alguns a política se centra nas guerras em torno de listas e lugares, o PCP orienta a sua actividade para os problemas reais das mulheres e dos homens de Portugal.

Enquanto para alguns a política é o triste espectáculo das deslocações pelo País à procura dos votos e apoios perdidos, o PCP procura analisar com profundidade as situações existentes e definir com rigor e seriedade os caminhos para uma sociedade de igualdade, participação, justiça e bem-estar.

Nenhum outro partido está neste momento a trabalhar tão intensamente no programa eleitoral. E sobretudo nenhum está a trabalhar de forma participada, em iniciativas como esta, com uma intervenção aberta e qualificada.

Dentro de cinco meses vamos ter eleições. As mulheres vão votar, como votam desde o 25 de Abril e esse facto parece tão natural como o sol nascer. Por isso, é oportuno lembrar que esse direito foi conquistado duramente. Nas eleições da 1.ª República só votavam cerca de 1/8 dos portugueses, e entre estes não se contavam as mulheres.

Este facto mostra que as aquisições democráticas que hoje nos parecem naturais ainda não o eram há bem pouco tempo. A participação das mulheres em igualdade conquistada no voto não existe em muitos outros domínios, a começar pelo acesso aos órgãos do poder: o direito das mulheres elegerem não tem contrapartida, por exemplo, nas possibilidades práticas de serem eleitas. E, no entanto, é bem valioso o trabalho realizado pelas nossas deputadas e eleitas nas autarquias e em muitos outros cargos de grande responsabilidade. É triste que tenha que ser dito o que deveria ser uma elementar evidência.

(...) Para o PCP, o bem de resto para a Constituição da República, os direitos sociais têm que ser tomados a sério. Em vez do individualismo desenfadado e da ganância do lucro de um pequeno número, têm que predominar os interesses da grande maioria.

O Estado tem que assumir as suas responsabilidades. Não se pode demitir transformando os direitos à educação, ao trabalho e à segurança no emprego, ao apoio à maternidade, em mercadorias em vez de obrigações do Estado e direitos dos cidadãos.

É falsa a ideia de que o Governo fez tudo, a legislação é boa, e o problema só está nas mentalidades que não cabe ao poder político alterar.

O Governo Cavaco Silva tem que ser sentado no banco dos réus e punido eleitoralmente também pelas acções e omissões em relação aos direitos das mulheres.

O PCP, afirmando-se como Partido das trabalhadoras e dos trabalhadores de Portugal, tem que ser o Partido do combate às discriminações das mulheres no trabalho, lado a lado e apoiando o Movimento Sindical Unitário neste objectivo central.

O PCP, como Partido de luta pela justiça social, terá que ser cada vez mais o Partido da igualdade das mulheres e dos homens a todos os níveis.

Assumiremos na Assembleia da República esta luta, tal como a assumimos, no actual mandato.

Mas temos a consciência de que há objectivos essenciais que não se cumprem com a apresentação de projectos e iniciativas a partir da oposição.

Queremos integrar uma solução democrática alternativa e é fundamental para o País que tal aconteça.

A «imperfeição do mercado político» ou o perfil ético do Primeiro-Ministro

As denúncias feitas, por exemplo, sobre a multiplicação de custos com o Centro Cultural de Belém, em que os desvios entre o projectado e o realizado são na ordem de várias dezenas de milhões de contos, ou sobre as inaugurações de estradas que são atrasadas ou acabadas à pressa, com horas extras e trabalho nocturno, ao sabor das conveniências do calendário eleitoralista do Governo, têm sido vistas por alguns como maledicência da oposição em ano de eleições. Será assim? Será que o Primeiro-Ministro se inibe de prejudicar o País com escolhas de investimento que se afastam dos critérios de eficiência económica, para obter efeitos eleitoralistas? Os dados objectivos e os factos falam por si.

Mas para melhor juízo dos leitores, o melhor será conhecer-se o pensamento do economista Cavaco Silva que em 1978, antes de entrar para o Governo, escrevia numa revista de economia: «O horizonte temporal dos políticos é mais curto do que o da sociedade, porque a duração dos seus mandatos é breve (geralmente 3 a 5 anos) e o seu interesse principal é serem reeleitos de modo a permanecerem no poder». E continuava: «A elevada taxa preferencial temporal dos políticos faz também com que procurem apresentar como benefícios para os cidadãos obras públicas, ou outras despesas governamentais que estão a ser feitas quando, na verdade, se trata de utilizações de recursos que são desviados de outras aplicações alternativas, os quais medem, precisamente, os custos que entram nos cálculos de eficiência dos economistas» ...

Estas significativas afirmações são ainda antecidas desta tese: «Um importante factor de imperfeição do mercado político reside na possibilidade que os políticos têm de controlar a informação que fornecem aos cidadãos sobre os custos e benefícios das diferentes alternativas, exagerando-as ou escondendo-as conforme o seu interesse pessoal».

Estas extensas citações creio que são exemplares, que dão bem a ideia da orientação que é imprimida a este Governo e que dizem muito do que o Primeiro-Ministro entende dever ser o exercício das altas funções do Estado.

Neoliberalismo e desigualdades sociais

E estes critérios são também orientadores do PSD, mesmo no debate das ideias. Ainda recentemente no «Lisboa Meeting» Cavaco Silva e o PSD exaltaram a sua política e o neoliberalismo e «excomungaram» o socialis-

mo utilizando, inclusivamente, com desonestidade intelectual a última encíclica papal.

Mas o que o PSD e Cavaco Silva se esqueceram de dizer é que o thatcherismo, primo do reaganismo, que simbolizaram a vaga neoliberal nos anos 80 e que atingiu uma boa parte dos países capitalistas «industrializados» e que se impôs igualmente no Terceiro Mundo, apresenta hoje, como resultados, a recessão económica, o desemprego, a precarização do emprego e o aumento das manchas de pobreza.

O «laboratório» britânico mostrou o impasse do neoliberalismo, que desarticulou a sociedade, enfraqueceu o tecido industrial e provocou a regressão social para milhões de cidadãos ingleses. O novo Primeiro-Ministro, Sr. John Major, enfrenta hoje a recessão económica, as consequências da derrota dos conservadores nas eleições locais e o avanço do Partido Trabalhista.

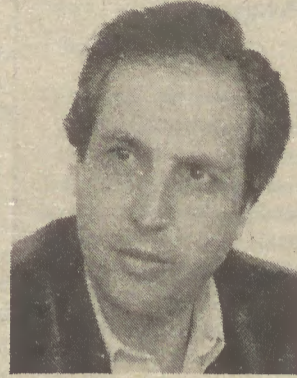
O milagre britânico, a «história de sucesso», como então se dizia, tinha pés de barro. Foi, afinal, a história dos escândalos financeiros.

Uma diminuta fracção da população encheu-se de riquezas, enquanto no outro pólo é a crise da habitação (com um milhão sem abrigo, 370 mil só em Londres), o aumento em flecha da criminalidade, a mendicidade dos centros urbanos, as revoltas raciais, os confrontos campais nos jogos de futebol. O desencantamento e as críticas são múltiplas mesmo na imprensa mais ligada aos meios de negócios.

Nos Estados Unidos, como nos revela Christian de Brieno «Le Monde Diplomatique», nunca se conheceu, salvo nos anos que antecederam a crise de 1929, uma tão formidável concentração de riqueza do que com a «revolução conservadora» da era Reagan: «a fortuna acumulada pelos 400 americanos mais ricos equivale à totalidade das poupanças colocadas nos bancos comerciais por toda a população americana»!

O capitalismo na exaltação extremada do mercado e da competição, rebaptizado de neoliberal, mais discreto, ou mais flamejante e matizado de alguma retórica nacionalista, tem servido de «pronto a vestir» à direita portuguesa... A «história do sucesso» como diz Cavaco Silva, parafraseando a Sr^a Thatcher, vai mostrando, também por cá, as suas entranhas, embora aqui a «história» tenha começado mais tarde.

Apesar de uma conjuntura externa extremamente favorável, apesar da entrada de 700 milhões de contos de



CARLOS CARVALHAS
Secretário-geral adjunto
do PCP

Mas o que o PSD e Cavaco Silva se esqueceram de dizer é que o thatcherismo apresenta hoje, como resultados, a recessão económica, o desemprego, a precarização do emprego e o aumento das manchas de pobreza.

fundos da CEE, a economia portuguesa mantém as mesmas vulnerabilidades, uma especialização produtiva desvalorizada, assente nos baixos salários, um padrão de exportações de baixa complexidade tecnológica e de baixo valor acrescentado nacional, com produtos de gama média e baixa. No mesmo período a especulação e a banalização da corrupção fizeram fortunas que permitem a uma fracção da população o luxo e até a ostentação.

O aumento do consumo é apresentado como o sucesso da política cavaquista. É o canto da cigarra. Apesar de ter aumentado o consumo, o que o Governo não diz e a televisão não mostra, é que continuamos na cauda da Europa, atrás da Grécia e um pouco acima da Turquia, na captação de frigoríficos, telefones, televisores, máquinas de lavar...

No plano social, não é só o trabalho precário, os baixos salários e o trabalho infantil. Na generalidade dos países membros da Comunidade, Portugal ocupa a última posição relativamente a salários e pensões de invalidez e velhice. Dados recentes revelaram ainda que 76% da população do continente não fez férias em 1990, sendo a escassez de recursos a causa fundamental apresentada pelos trabalhadores da indústria e da agricultura.

A acentuação das desigualdades sociais é uma realidade. No entanto, em período eleitoral, não há partido que não as condene.

Creio que o critério para a diferenciação é o da prática. Absolver as causas e condenar as consequências, vertendo lágrimas de crocodilo, é um puro jogo de hipocrisia política.

Quando se permite, estimula e facilita a concentração da riqueza pela via fiscal, pela especulação, pelos baixos salários e pensões e reformas, pela entrega do património do Estado, então está a criar-se necessariamente dificuldades, desigualdades e exclusões para outros milhares de cidadãos.

O CDS diz ser contra as desigualdades, mas o certo é que apresentou na Assembleia da República uma proposta de actualização de indemnizações aos ex-monopolistas do 24 de Abril, que somava a módica quantia de 220 milhões de contos! E esta proposta teve a abstenção do PS.

O mesmo se passou quando o PCP, na discussão do Orçamento apresentou propostas para que os ganhos especulativos fossem «taxados», o que teve a oposição do PSD e do CDS e a abstenção do PS, ou o que se passa com o leilão do Sector Empresarial do Estado com o PS «lavando as mãos como Pilatos» ...

E se olharmos para o mundo, encontraremos as mesmas contradições e os mesmos votos piedosos em relação às desigualdades.

Numa época em que o Homem obteve progressos fantásticos no domínio dos fenómenos naturais, os acontecimentos recentes vieram mostrar-nos os números sinistros e frios dos 125 000 mortos no Bangladesh, os 300 000 casos de cólera na América Latina, as centenas de milhar de africanos ameaçados de morrer de fome.

Há um obstáculo determinante que se opõe à resolução destes problemas: estes países, pilhados ontem pelo colonialismo, devastados por guerras neocoloniais e pela troca desigual hoje, afundam-se na pobreza. O dinheiro, ainda e sempre. Gasto com insolência em pura ostentação ou na ainda maior sofisticação de um míssil para alargar a morte, é contado aos tostões quando se trata de salvar vidas humanas.

Os cadáveres a boiar nas águas do Bangladesh, os doentes de cólera no Peru, os famintos em África, são sem dúvida reveladores duma certa ordem mundial de exaltação do capital, que mantém uma boa parte do planeta no subdesenvolvimento.



À conversa com Álvaro Cunhal

Um traço pode ser belo... nessa época especializei-me em constelações celestes... os livros de memórias são em geral tão aborrecidos... estive oito anos isolado numa cela...

Frases soltas numa noite em que a conversa se sentou à mesa no Martinho da Arcada à procura do caminho para novas tertúlias intelectuais. Foi na passada quinta-feira, com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, acedendo a falar do passado mas garantindo estar virado para o futuro.

Houve quem tomasse nota do que comeu e bebeu; quem lhe perguntasse o que pensava do namoro que lhe fez Esteves Cardoso; quem lhe falasse de estética; quem lhe perguntasse pelas grandes questões da política internacional.

Entre o arroz de tamboril e a salada de frutas, mais regados a água do que a vinho, Álvaro Cunhal só se furtou a fazer confidências dos seus amores e a falar das preferências no campo das artes não vá algum seguidismo confundir-las com a orientação do Partido.

Mas falou da família e da infância feliz vivida em Seia, a jogar à bilharda e a caçar pássaros com os meninos da serra, pois se não é pessoa para fazer publicar biografias com fotos de recém-nascido ou infante de fatinho à marinha, também não se furta a falar com gosto dos tempos em que teve a sorte de poder ser menino: do pai que nele

exerceu uma influência muito grande; da mãe - voluntariosa e católica - que lhe demonstrou como duas pessoas de temperamentos bem diferentes podem fazer um casal feliz; do irmão António, pioneiro nas artes do cinema; da irmã Eugénia, escritora; e até do sobrinho, Pedro Medina, recém-destacado com o Grande Prémio do Círculo de Leitores.

Uma família de rara sensibilidade artística? Álvaro Cunhal diz acreditar que essa sensibilidade existe em toda a gente, o que nem sempre encontra é forma para se exprimir. Pelo que importa estimular a necessidade de criar, já que isso se irá reflectir na forma como se enfrenta a vida e contribuir para a felicidade do ser humano.

Apaixonado confesso das artes, reconhece que um traço pode ser belo independentemente do que possa traduzir, sem no entanto perder de vista a mensagem que comporta ou a que induz. Polémica antiga que alguém repescou dos finais dos anos trinta a que, mais de quarenta anos depois, Álvaro Cunhal não se sente preso.

Solicitado a comentar o Centro Cultural de Belém, as Amoreiras e o novo edifício da Caixa Geral de Depósitos, o secretário-geral do PCP lamenta o incómodo que o primeiro provoca nos Jerónimos, desgosta-se da ruptura que o segundo provoca na beleza doce e arredondada da cidade das sete colinas vista de

Monsanto, e compara o último às obras de fachada que caracterizam os investimentos não produtivos.

Ao longo da noite houve ainda tempo para recordar a defesa da tese sobre a legalização do aborto, feita sob prisão, perante um júri formado por Marcelo Caetano, Cavaleiro Ferreira, Paulo Cunha e Jaime Gouveia que apesar dos pesares não teve outro remédio do que reconhecer o mérito da obra; o grave problema do tráfico de drogas e o drama dos jovens apanhados nas suas malhas; o fracasso que a «Mensagem» representa na obra de Pessoa, enquanto afirmação política infeliz; as preferências de Álvaro Cunhal pelo Pessoa/Álvaro de Campos; os tempos do ensino de Geografia no Colégio Moderno onde alunos vários, entre os quais Mário Soares, aprenderam as coordenadas celestes (que nas terrestres receberam lições de outros mestres...); os longos anos de isolamento na prisão a pôr à prova a resistência, a coragem, a determinação... e a dar firmeza ao traço nos desenhos com que Álvaro Cunhal dava corpo à criatividade e matava o tempo, tanto tempo, que passou encerrado entre quatro paredes.

O resto foi também política, mais impessoal mas nem por isso menos ligada à história de uma vida toda ela dedicada ao Partido e ao povo português: CEE, Anglo-

la, Timor Leste, a alternativa democrática para Portugal.

Uma conversa, enfim, com Álvaro Cunhal, de quem o anfitrião Luís Machado disse ser um singular exemplo de firmeza ideológica, um rosto político coerente, um reconhecido dirigente comunista internacional que sem abdicar do marxismo-leninismo consegue que o PCP obtenha significativos resultados eleitorais, um homem de rara vitalidade, nativo do signo Escorpião, nascido a 10 de Novembro de 1913 e que prepara com calma, modéstia e discrição a sua substituição como secretário-geral do PCP.

Ou, como diria o próprio, um homem virado para o futuro, sem propensão para escrever «memórias» e que não gostaria de deixar atrás de si, nas muitas gavetas que foi enchendo ao longo da vida, projectos inacabados.

AF



Reforma da Educação: Por quê? Para quê?

Mais um ano lectivo se aproxima rapidamente do fim. Em Junho/Julho, as escolas dos diversos graus de ensino, umas mais cedo, outras mais tarde irão terminando as actividades com os alunos e fazendo o balanço final do trabalho realizado. Balanço que para muitos milhares de alunos e de professores representa, sobretudo, frustração e desencanto na razão directa das reprovações que hão-de constar das pautas.

De há anos o PCP constatou e denunciou que o nosso sistema educativo é um sistema doente, gravemente doente, a carecer de medidas urgentes, globais e convergentes no sentido de renovar decididamente a escola enquanto espaço educativo, de proporcionar aos jovens, a todos os jovens, uma formação significativa para o mundo em que vivem, não apenas centrada na aquisição de saberes pertinentes, mas também no desenvolvimento de capacidades úteis e de atitudes e valores positivos para cada um individualmente e para a sociedade que queremos construir, mais justa, mais solidária e mais desenvolvida.

Se houve campanhas de propaganda em que o actual Governo se esmerou (e houve várias) uma delas foi, sem dúvida, a levada a cabo pelo ministro da Educação no sentido de convencer os portugueses de que as escolas iam dar um salto - para o progresso, para a modernidade, para a eficácia, para a «Europa». Dar saltos, deram. Aliás, vários. Mas não para os locais que estavam anunciados. E, no fundamental, não saltaram para melhor.

Que reforma educativa foi anunciada? Evidentemente, a que consta da Constituição da República e da Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada pelo Parlamento em 1986. Ou seja, o acesso à escolaridade obrigatória, agora de 9 anos, iria ser garantido a todas as crianças e jovens independentemente da sua origem socioeconómica e cultural. A escola iria melhorar em qualidade e conduzir ao sucesso educativo e escolar (até foi criado um Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo... que, entretanto, há muito desapareceu dos discursos ministeriais); os programas de ensino (mais: os próprios currículos) iriam ser alterados, renovados, modernizados; a formação dos professores iria ser melhorada, actualizada, reforçada; as escolas iriam deixar de estar superlotadas; o ensino superior iria ter lugar para todos os que o quisessem frequentar; os professores iriam finalmente ter um estatuto à altura das responsabilidades que lhes eram exigidas.

Mas, de facto, mudou alguma coisa nas escolas e na educação?

A resposta é sim, só que não o que foi anunciado. Con-



MANUELA ESTEVES
Professora, membro suplente do Comité Central

O Governo quis que as escolas privadas aumentassem em número e suprissem as falhas do sistema público de ensino - pagas pelos clientes que possam pagar

tinuamos a ter (de longe) as taxas mais baixas de escolarização da Europa; continuamos a ter escolas superlotadas, sem recursos educativos mínimos necessários; alguns modelos de formação de professores são hoje mais deficientes e insatisfatórios; há um novo surto de falta de professores habilitados (a profissão de professor é, aliás, pouco atraente); a penúria financeira continua a ser a realidade quotidiana nas escolas; a experiência de aplicação de novos

programas de ensino, a ter lugar em número reduzido de escolas, é realizada em condições deficientes.

O que quis, então, o actual Governo que mudasse na educação? Quis que as escolas privadas aumentassem em número e suprissem as falhas do sistema público de ensino - pagas pelos clientes que possam pagar, frequentemente de qualidade duvidosa, as Universidades particulares já absorvem mais estudantes que as Universidades e Institutos Politécnicos públicos. Quis (e para isso já fez um decreto) que as escolas dos ensinos básico e secundário passassem a ser geridas por um director nomeado, em lugar de melhorar a gestão participada por professores, alunos e funcionários e assente em órgãos de gestão colegiais e democraticamente eleitos, sistema que, apesar de todas as limitações impostas, tem feito funcionar as escolas e tem permitido uma aprendizagem da convivência democrática, da responsabilidade partilhada, da importância do esforço individual para o bem-estar colectivo.

Quis ainda este Governo dominar os professores (de quem, em geral, desconfia, mesmo quando assegura o contrário) impondo-lhes um estatuto profissional que aqueles, em larga medida, rejeitam e do qual pouco há a esperar como motivação para uma real melhoria do trabalho e do esforço que é necessário empreender para transformar a escola.

O PCP, reconhecendo à educação e ao ensino um alto valor tanto enquanto direito individual como enquanto trave do desenvolvimento da nossa sociedade, tem tido uma intervenção sistemática a favor de uma reforma educativa democrática apresentando as suas propostas para uma real melhoria qualitativa do nosso sistema educativo.

Tem necessariamente, por isso, criticado, condenado e combatido as medidas que ao longo de quase doze anos de governo do PSD na educação têm constituído formas de atrasar ou de impedir essa reforma. A luta, evidentemente, tem sido travada com armas desiguais. O PSD, sobretudo desde que detém o poder em exclusivo, teve condições para fazer quase tudo o que quis. Os militantes comunistas professores, jovens, pais e encarregados de educação, responsáveis autárquicos têm agido no sentido de, em conjunto com todos aqueles a quem a educação e o ensino interessam, fazer prevalecer orientações democráticas. Mas, neste sector (como, aliás, no conjunto dos sectores da vida nacional) as orientações de progresso e de justiça só triunfarão com um poder político diverso do actual e de facto comprometido com a efectivação da democracia política, económica, social e cultural.

Intervenção de Álvaro Cunhal na «Em Festa» «Talvez a maior mentira de Cavaco seja a sua política para a juventude...»

Camaradas:

Agradeço à JCP o convite para assistir a este magnífico debate e poder dizer-vos algumas palavras.

A situação da juventude

As numerosas intervenções ricas em factos, ideias e propostas deram um quadro rigoroso e vivo da situação da juventude e dos graves problemas resultantes da política do Governo de direita.

Mereceram particular atenção os problemas do trabalho e emprego, da educação e ensino, da habitação e da cultura, desporto e tempos livres.

No que respeita ao trabalho e emprego - os despedimentos, o desemprego, a falta de garantia de emprego certo, o trabalho à tarefa, a insuficiente e defeituosa formação profissional, a mão-de-obra quase gratuita nos chamados programas de inserção na vida activa e o «pacote laboral» com especial relevo para os conceitos de «período experimental» e da «inadaptação» que colocam ao inteiro arbítrio do patronato o despedimento do jovem trabalhador.

No que respeita à educação e ao ensino - a degradação das instalações, a superlotação, a falta de professores e de pessoal auxiliar, o insucesso escolar, o sistema de avaliação, a tentativa de liquidação da gestão democrática das escolas, a falta de cantinas, instalações desportivas, salas de convívio e bibliotecas e, no ensino superior, a exclusão de dezenas de milhares de estudantes que terminam o 12º ano com aproveitamento, a elitização, o novo e gravoso sistema de propinas, a degradação do ensino público e os apoios ao ensino privado não só de nível inferior como inacessível aos estudantes de menos recursos.

No que respeita à habitação, as rendas inacessíveis e o agravamento das condições de acesso ao crédito para aquisição de casa própria com as elevadas entradas e prestações mensais.

No que respeita à cultura, ao desporto, aos tempos livres, a escassez das estruturas, a falta de apoio a iniciativas culturais e ao associativismo.

Outros problemas foram referidos como o Serviço Militar Obrigatório, cuja duração é de exigir que diminua, e a profissionalização das Forças Armadas que é de rejeitar.

Tudo quanto foi dito pôs em evidência que, desmentindo a intensa propaganda e demagogia do Governo, os problemas fundamentais da juventude, não só não têm sido resolvidos como se têm agravado. Entre as grandes mentiras da política do Governo PSD de Cavaco Silva talvez que a maior mentira seja a sua política para a juventude.

Por uma nova política para a juventude

Um camarada citou aqueles versos célebres de antes do 25 de Abril que proclamavam que há sempre quem resista e há sempre quem diga não. Também hoje é necessário resistir e é necessário dizer não. Mas, ao mesmo tempo, há que dizer sim a uma nova política para a juventude, e não há apenas que definir e apoiar, mas que lutar por ela.

Por uma nova política de emprego e formação profissional - emprego estável, efectivo subsídio de desemprego, carreiras profissionais válidas, formação profissional ligada às necessidades do desenvolvimento do país, medidas efectivas de apoio aos deficientes, como aqui sublinhou um camarada numa intervenção que suscitou os sentimentos de profunda solidariedade da juventude.

Por uma nova política de ensino - garantia do acesso de todos os jovens à escolaridade gratuita, igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior, melhoramento dos serviços sociais, reconhecimento efectivo dos direitos dos trabalhadores-estudantes, gestão democrática das escolas com a participação dos estudantes e suas associações.

Por uma nova política de cultura, desporto e fruição dos tempos livres e uma nova política de habitação que dê solução a este grave problema que afecta a juventude (...)

A juventude em Festa na Atalaia

Este momento de reflexão útil, necessária e oportuna, inseriu-se em dois dias de confraternização e convívio da juventude nesta magnífica Festa na Atalaia.

Atalaia, terra da Festa do «Avante!» que é também uma festa da juventude. Atalaia que é do Partido, que é da JCP e que está inteiramente aberta à juventude.

Creio que estais satisfeitos com a iniciativa ontem e hoje realizada e que vos fica o gosto para novas iniciativas aqui na Atalaia que, como vêdes, se está a transformar e a enriquecer para que venha a ser um local ainda mais belo e ainda mais acolhedor.

O gosto pela vida

Aqui Festa é convívio, é confraternização, é amizade, é encontro, é desporto, é skate, é música, é baile, é luz, é sol, é pureza do ar, é alegria.

E se Festa é momento necessário a todo o ser humano, Festa - Festa que não seja concebida, como também pode ser, para amarrar, submeter e alienar a juventude - Festa como aquela que concebemos e realizamos, constitui um momento intrínseco e também essencial da vida da juventude.

Porque Festa da juventude, como desejamos que sempre seja, é afirmação da liberdade, da alegria, do amor, do movimento, da novidade e da criatividade que são elementos essenciais do gosto pela vida.

O espírito de responsabilidade e as motivações

Este intenso gosto de viver não enfraquece antes é susceptível de reforçar o espírito de responsabilidade e as motivações para a intervenção da juventude na vida do país. No trabalho, no estudo, na cultura, na arte, na política.

Passou o tempo, ou antes desejamos que passe o tempo, em que a juventude é considerada como uma imen-

sa e dócil reserva do pensamento comandado pelas classes dirigentes e instrumento obediente das ordens de comando vindas do poder.

A juventude é uma poderosa força social no mundo contemporâneo, não só porque por natureza representa o futuro, mas pela contribuição que pode dar para a solução dos problemas do presente.

Justifica-se pois que aqui, na vossa Festa, tenham sido abordados os sérios problemas que a juventude defronta, os objectivos e formas da sua intervenção, nomeadamente na acção política e na fase da vida nacional que atravessamos.

A JCP, o PCP e a juventude

A iniciativa desta Festa foi da JCP. Testemunha o carácter aberto da acção dos jovens comunistas e da sua ligação à juventude. É de desejar que essa ligação se aprofunde e há razões bastantes para que se aprofunde, porque a JCP é de facto a organização política da juventude que defende com coerência e dedicação os interesses da juventude e traduz os seus objectivos e aspirações.

A JCP afirma e é bom que afirme que a JCP é a juventude do PC. A JCP e os jovens estão também certos de que o PCP, partido da JCP, partido da juventude comunista, é também o partido que está e estará sempre com a juventude.

A JCP e a juventude na luta que continua

No debate foi abordada a necessidade da luta da juventude trabalhadora, dos estudantes para a solução dos numerosos problemas abordados.

Foi abordada a participação da juventude na próxima campanha eleitoral (...)

A JCP com o PCP intervém ao serviço do povo português, da pátria portuguesa.

E ao mesmo tempo desenvolve e estimula na juventude os sentimentos e atitudes internacionalistas, de solidariedade activa para com a juventude e os povos no mundo em luta contra o imperialismo, pela democracia, a independência nacional, o progresso social, a paz e o socialismo.

Estamos certos de que a JCP e a juventude CDU se empenharão com entusiasmo na luta que continua.

E que não se copie a forma de luta e a postura, nem no estilo, nem no andamento.

Evite-se a rotina, a repetição sem imaginação nem criatividade.

Estimule-se a imaginação, a originalidade, as formas novas de dizer as coisas, de comunicar, de estabelecer laços mais profundos com as vastas massas juvenis, de convencer das ideias e da necessidade de acção.

Ser e viver como jovens

É pecha antiga os que têm, julgam ter ou pretendem ter a suprema autoridade de comandar a conduta humana, dizerem à juventude de forma mais ou menos imperativa o que a juventude deve ser.

Se me perguntassem o que os jovens devem ser, eu diria que não podem ser nem santos nem diabos, que são e é bom que sejam essa magnífica realidade que é a de serem seres humanos e, como seres humanos, serem jovens.

E como jovens e enquanto são jovens, colhendo sem dúvida a experiência que lhes é transmitida, viverem e agirem como jovens, sem submissão, fugindo à cópia e à rotina, intervindo com a reflexão própria, a vontade própria e o estímulo à própria iniciativa, à própria afirmação e à própria criatividade (...)

E que a juventude se não deixe influenciar pela propaganda que visa roubar a confiança do homem e da juventude no seu futuro (...)

(...) O que foi sonho dos explorados e oprimidos através de milénios de história, o que de sonho se fez utopia, elevou-se de utopia a projecto político e de projecto político a acção revolucionária.

(...) Apesar das derrotas da luta libertadora neste fim de século, apesar do novo avanço do imperialismo na sua pretensão de domínio e hegemonia mundial, as grandes transformações revolucionárias alcançadas ao longo do século XX marcam a realidade mundial no limiar do século XXI.

Há razões para lutar. Há razões para confiar. (...)



Educação Pré-escolar

Um luxo? Um desafio? Uma «modernidade»? Um direito!

Longe vão os tempos em que se acreditava que a relação da criança com o mundo exterior começava muito tarde e que esta não via, não ouvia, não sentia...

O aprofundamento do estudo e investigação em ciências humanas veio provar a falsidade desta atitude e demonstrar que o relacionamento da criança com o meio se estabelece desde muito cedo, desde o período pré-natal.

Os primeiros anos de vida são «trave-mestra» para que a criança tenha um desenvolvimento harmónico e adquira «competências» que lhe permitam interagir, desenvolvendo as suas capacidades em todos os momentos da vida. A educação e a aprendizagem fazem parte de um processo contínuo e continuado em cada dia - crescer.

A Constituição da República consagra que todos os portugueses têm direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolares. Contudo, o insucesso escolar na 1ª fase do Ensino Básico atinge 30%!

Está cientificamente provado que a frequência da Educação Pré-Escolar é uma forma de obter sucesso escolar.

Face ao que ficou dito não se aceita que, para uns, a «educação sistematizada» em instituição escolar, no Jardim de Infância, se inicie aos três anos de vida e que, para outros, só seja possível aos seis anos.

Um pouco de história

A educação Pré-escolar surgiu, em Portugal, não nos dias de hoje mas no séc. XIX, em 1882. Nas Primeira e Segunda Repúblicas (1910-1926) a preocupação de desenvolvimento social e cultural dava especial atenção e relevante importância à educação como via para alcançar a igualdade através da trilogia «igualdade, liberdade, fraternidade». É com a República que se institui a educação infantil com carácter oficial.

Com a implantação do Estado Novo (1930-1974) verificou-se uma mudança significativa na filosofia do Governo. Salazar tinha como escopo a desvalorização da cultura! Assim, em 1937, por decreto, extinguiu as secções infantis nas escolas oficiais.

Uma viragem no sistema educativo

Na década de 60, as transformações económicas, sociais e demográficas obrigaram à alteração, na panorâmica

nacional, no que concerne aos serviços de protecção às crianças. Em 1970, a reforma do ensino considerava a Educação Pré-escolar como parte integrante do sistema educativo.

É, porém, a alteração do regime político português, operada em 1974, que vem pôr em evidência os problemas sociais e de entre estes ressalta à evidência o «atraso educativo» em que o País se encontra.

Entre 1974 e 1985 foram criados mais de 100 mil lugares em Jardins de Infância. A Educação Pré-escolar passou a fazer parte integrante do sistema público.

Um desafio internacional

Depois deste período, quase explosivo, vimos assistindo progressivamente à desvalorização da grande prioridade que deveria ser dada a este sector de ensino.

A taxa de cobertura da Educação Pré-escolar é em Portugal de 32% enquanto que a média europeia é de 80%, pese embora a já «famosa» Reforma Educativa de Roberto Carneiro traçar como princípios orientadores dessa reforma os seguintes:

Crianças em idade de frequentar a Educação Pré-escolar «na rua» - Educadores de Infância desempregados!

- «a educação para a liberdade e a autonomia»;
- «a educação para a democracia»;
- «a educação para o desenvolvimento»;
- «a educação para a solidariedade»;
- «a educação para a mudança».

Nada disto se conseguirá sem a Educação Pré-escolar!

Internacionalmente, o panorama da educação pré-escolar aponta para mudanças não só a nível quantitativo mas também qualitativo, no sentido de dar respostas a questões relacionadas com a participação da família (homem/mulher) no mercado do trabalho; o reconhecimento crescente da importância vital dos primeiros anos de vida, não só para o sucesso da escolaridade obrigatória, mas também para a qualidade do desenvolvimento ulterior da criança; a importância da interligação de políticas de família, saúde, habitação, com o objectivo de beneficiar crianças com dificuldades socioeconómicas, provenientes de minorias étnicas e/ou com necessidades específicas; a necessidade de pôr travão à tendência generalizada para antecipar a educação básica, com o risco de uma escolarização prematura nas crianças.



Cumprir a Lei de Bases cumprir a Constituição da República

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86 de 14 de Outubro) incumbiu o Estado de assegurar a rede Pré-escolar, enquanto confia ao Ministério da Educação a definição de normas gerais nos seus aspectos técnico-pedagógicos e o apoio e fiscalização dos mesmos.

Para fazer cumprir a lei, pôr em prática os princípios da Reforma Educativa, dar respostas às necessidades das crianças, a acção tem sido insuficiente e tem agravado substancialmente as assimetrias existentes no País. Em 1988 começou a progressiva privatização de equipamentos educativos vocacionados para este sector, aliada à insuficiente e cada vez menos numerosa abertura de lugares na rede pública.

O Ministério da Educação relegou para a iniciativa privada a responsabilidade que lhe estava incumbida por força da Lei de Bases do Ensino Educativo. Começou a privatização da Educação Pré-escolar.

A Formação de Educadores de Infância que havia sido incrementada e encarada como uma vertente, por excelência, das Escolas Superiores de Educação começa a criar excedentes na profissão. É o desajustamento! Crianças «na rua» (em idade de frequentar a Educação Pré-escolar) - Educadores de Infância desempregados!

A legislação que falta

É neste quadro que em 1989 o PCP apresenta na Assembleia da República o Projecto de Lei nº 401, que aprova medidas para o desenvolvimento da Educação Pré-escolar, que se propõe: - fazer cumprir a Constituição da República e a Lei de Bases proporcionando a frequência da Educação Pré-escolar a todas as crianças entre os 3 e os 6 anos, em regime facultativo; - fazer a cobertura, a nível nacional, de Jardins de Infância de rede pública ou, quando o número de crianças não o justifique, através de modelos alternativos; - fazer aprovar na A.R. um Plano de Desenvolvimento da rede pública de Jardins de Infância; - definir normas gerais relativamente aos aspectos técnico-pedagógicos e de conservação de instalações e equipamentos; - reservar verbas nos Orçamentos de Estado com o objectivo de dar resposta ao proposto e às transferências das verbas necessárias às Autarquias Locais para fazerem face às despesas com a conservação de construções e equipamentos para este sector de ensino.

É sabido que não basta a existência de um ou mais projectos na A.R. para que os direitos das crianças sejam salvaguardados, é preciso mais!

É preciso vontade política para os discutir, melhorar, aprovar e pôr em prática!

Como diria Agostinho da Silva:

«Isto se fará, fazendo!»



LOURDES HESPANHOL
Deputada na Assembleia da República

Patriot glória contestada

Um outro mito da guerra do Golfo afundou-se. O mito da eficácia do sistema de mísseis antimíssil Patriot.

Já anteriormente, a ilusão de um conflito cirúrgico tinha ficado seriamente abalado com as revelações dos responsáveis militares americanos; as bombas «inteligentes» representaram apenas 5 a 10 por cento do total das 89 000 toneladas de explosivos lançados sobre o Iraque, não ultrapassando a «esmagadora» maioria das armas utilizadas um nível de fiabilidade inicialmente avaliado em 50 por cento que acabou por se ficar pelos 25 por cento.

Actualmente, é a vedeta da guerra, a montra da indústria de armamento americana, que por sua vez é posta em causa. A crítica foi apresentada por Theodore Postol, professor no Instituto de Tecnologias de Massachusetts, perante a Comissão das Forças Armadas da Câmara dos Representantes. Segundo o seu testemunho, foram utilizados um total de 158 mísseis (custo por unidade: um milhão de dólares) para interceptar 47 dos 70 mísseis «Scud» lançados pelo Iraque sobre as cidades israelitas e sauditas. Segundo os números oficiais divul-

gados pelo «Washington Post», 45 foram interceptados; os que não o foram caíram em zonas desabitadas ou foram lançados antes da entrada em funcionamento das baterias de «Patriot».

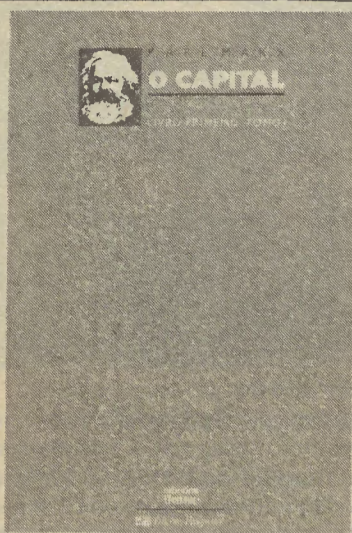
Para Postol, especialista em questões de defesa antimíssil, a intervenção dos «Patriot», de que o fulgor no momento do impacto ilumina a noite e os ecrãs de televisão do mundo inteiro, poderá na verdade ter causado mais prejuízos do que aqueles que evitou. Muitos, ou mesmo a maioria dos mísseis utilizados — sublinha — não conseguiram destruir as cabeças explosivas dos «Scud», ou seja, pô-las fora de combate.

De facto, responsáveis militares reconheceram que apenas menos de metade dos «Patriot» aniquilou o «dardo» dos «Scud». Longe de proteger os cidadãos israelitas, calcula o professor Postol, os «Patriot» limitaram-se, na maior parte das vezes, a desviar a trajetória dos «Scud» iraquianos, e não necessariamente para zonas menos habitadas, onde os fizeram explodir em fragmentos, com efeitos potencialmente tão destruidores como um míssil inteiro.

Na falta de dados oficiais, Postol apoia-se nomeadamente num balanço publicado pelo jornal israelita «Maariv», sobre as destruições provocadas por cada um dos 24 mísseis lançados contra Israel. As conclusões são, no mínimo, inesperadas: o número de vítimas e de habitações atingidas aumentou radicalmente a partir do momento em que as baterias «Patriot» ficaram operacionais... Nem o exército nem o construtor do sistema «Patriot» desmentiram a análise do professor Postol. Para os responsáveis do Pentágono, o objectivo não era tanto proteger as zonas civis mas colocar as instalações militares fora do alcance dos «Scuds». Missão cumprida.

Muito diplomaticamente, Les Aspin, presidente democrata da Comissão das forças armadas da Câmara, reconheceu que o sistema «não foi tão eficaz como pensávamos à partida». Símbolo do empenhamento dos Estados Unidos ao lado de Israel, o efeito «Patriot», conclui, terá sido mais psicológico que militar... Serviu sobretudo para dissuadir o governo israelita de responder à agressão iraquiana.

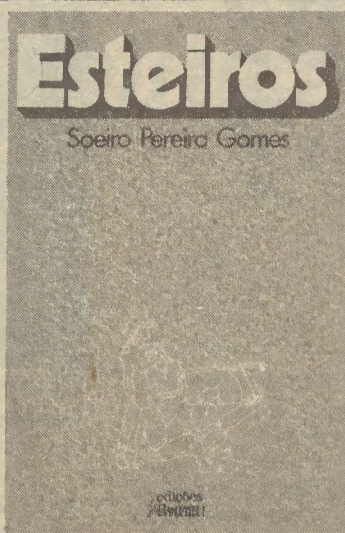
edições Avante!



O CAPITAL
Karl Marx

Agora ao dispor dos leitores portugueses uma tradução rigorosa da mais importante obra de Karl Marx e do nosso tempo. Edição dirigida por: José Barata-Moura e Francisco Melo.

ISBN 972-550-223-X 363 pp. 2200\$00



ESTEIRO

Soeiro Pereira Gomes

Há 50 anos publicava Soeiro Pereira Gomes este romance que é uma das primeiras manifestações romanescas do neo-realismo e um dos seus maiores êxitos. «Grito de denúncia. Esteiros é também um grito de esperança, esperança na libertação, no fim de uma sociedade desumana e exploradora.»

184 pp. 500\$00



COM UMA IMENSA ALEGRIA

Joaquim Pires Jorge

Estas são histórias da História de Joaquim Pires Jorge, escritas na primeira pessoa, tal como foram contadas, ao longo de entrevistas sucessivas, a um jornalista. São histórias que valem pelas lições que encerram da vida duríssima e exemplar de um revolucionário.

109 pp. 700\$00



ENGRENAGEM

Soeiro Pereira Gomes

«É em *Engrenagem* que o estudo da evolução da consciência social dentro de condições determinadas de trabalho, de relações de produção e de luta de classes, adquire proporções e uma profundidade nunca atingidas na literatura portuguesa.»

188 PP. 500\$00

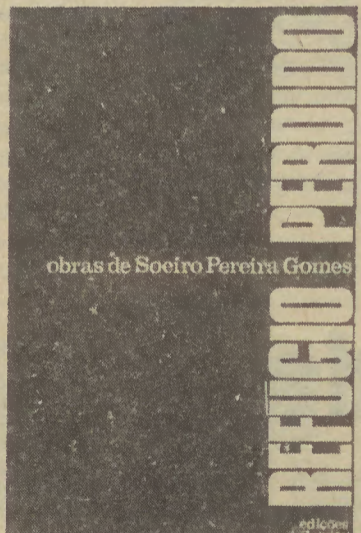


HISTÓRIAS CLANDESTINAS

Joaquim Campino

Histórias dos que amassaram esperança durante os dias negros do fascismo e vivem hoje certezas inacabadas.

234 PP. 1400\$00



REFÚGIO PERDIDO

Soeiro Pereira Gomes

Colectânea de pequenos contos e crónicas (reunidos postumamente). A beleza desta obra, o seu rigor, a sua força mobilizadora que convidam à solidariedade e à luta os que a têm, são fruto, em grande parte, de grande empenhamento e grande militância. Por isso é uma obra de liberdade e libertadora.

149 PP. 500\$00

Desejo receber à cobrança acrescidas de despesas de porte e embalagem as seguintes obras:

- O CAPITAL Livro primeiro Tomo I
 HISTÓRIAS CLANDESTINAS
 ENGRENAGEM
 COM UMA IMENSA ALEGRIA
 ESTEIRO
 REFÚGIO PERDIDO

NOME _____

MORADA _____

CÓD. POSTAL _____ TELEF. _____

Recorte e envie para: EDIÇÕES AVANTE R. de S. Bernardo, 14 2º — 1200 Lisboa

ANGARIADORES PERMANENTES DE ASSINATURAS DO Avante!

Vantagens para os angariadores:

**comissões em dinheiro de 2,5% a 10%
e ainda prémios especiais trimestrais**

A Editorial «Avante!» pretende criar uma rede nacional de angariadores permanentes de assinaturas do Avante! Esta iniciativa integra-se e complementa as medidas de remodelação em curso com vista a alargar a sua difusão e venda.

Para mobilizar as organizações e os militantes na criação de uma tal rede e para um seu funcionamento eficaz e duradouro, a Editorial «Avante!» decidiu instituir um sistema de comissões em dinheiro a dar às organizações ou militantes. Esse sistema tem por base o estabelecimento de **metas de angariação**, com uma **comissão de montante progressivo e com efeito retroactivo** (calculada sempre sobre o preço a assinatura para Portugal-Continente), e ainda com a atribuição trimestral de prémios especiais (para este efeito, proceder-se-á a um sorteio entre os angariadores, que possuirão um **cartão de angariador**). Concretamente, o sistema é o seguinte:

— o angariador põe-se ao trabalho e vai angariando assinaturas que envia imediatamente, com a importância respectiva, para a Editorial «Avante!». Quando atingir **6 assinaturas** começa por receber **675\$00** (correspondentes a **2,5%** sobre o preço da assinatura; esta comissão, assim como as a seguir indicadas, **poderá ser logo deduzida** pelo angariador no montante a enviar);

— continua o seu trabalho de angariação e logo que tiver conseguido **12 assinaturas** receberá **mais 2025\$00** (correspondentes a **mais 2,5%** sobre as primeiras 6 assinaturas e a **5%** sobre as 6 seguintes);

— como bom angariador, persiste na sua actividade de angariação e os resultados não se fazem esperar: **24 assinantes** por si angariados passam a ler regularmente o Avante! recebido em suas casas, e receberá então **mais 8100\$00** (correspondentes a **mais 5%** sobre as primeiras 12 assinaturas e a **10%** sobre as 6 seguintes). No total, terá, portanto, recebido **10 800\$00**;

— as coisas não param aqui, pois o nosso angariador continua avante. Passa a ser um **angariador permanente** e por **cada nova assinatura** enviada a partir das 24 anteriores receberá logo **450\$00** (correspondentes a **10%** sobre o preço da assinatura), além de se habilitar a **prémios especiais** que **trimestralmente** atribuiremos e que anunciaremos no Avante!.

A Editorial «Avante!», para facilitar o trabalho dos angariadores, prestar-lhes-á todo o apoio. Logo após a recepção da primeira assinatura angariada serão enviadas fichas para recolha de assinaturas com local para identificação do angariador (do tipo da ficha de assinatura abaixo apresentada), folhetos de promoção, envelopes RSF para envio grátis das fichas de assinaturas angariadas e dos cheques respectivos, listagens de eventuais assinantes a contactar, etc. E, evidentemente, consideraremos com toda a atenção as sugestões para facilitar e melhorar o seu trabalho.



FICHA DE ASSINATURA DO AVANTE!

A preencher pelo assinante

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código postal _____

Junto envio o cheque/vale do correio nº _____ sobre o Banco/Estação

do Correio _____, dirigido a Editorial «Avante!»,

Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa, no valor de _____ \$ ____.

A preencher pelo angariador

Nome (individual ou organização) _____

Morada _____

Localidade _____ Código postal _____



TABELA DE ASSINATURAS

Portugal (Continente) — 50 números: 4500\$00; 25 números: 2325\$00. Regiões Autónomas — 50 números: 5707\$50. Espanha — 50 números: 7090\$00. Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe — 50 números: 12 190\$00. Europa (e Argélia, Marrocos, Tunísia e URSS): 13 350\$00. Macau — 50 números: 11 140\$00. Extra-Europa — 50 números: 16 450\$00.

Cólera Filha da miséria

Impotente face ao avanço da cólera na América Latina, o ministro brasileiro da Saúde, Alcení Guerra, declarava recentemente: «Só nos resta rezar.»

Registou-se o primeiro caso de cólera no Chile. O Brasil anuncia quatro, dos quais um na região amazónica de Tabatinga e prepara-se para uns três milhões e meio de doentes, ou seja, 2% da população do país. Alguns médicos consideram que, numa dezena de dias, todo o Brasil pode estar atingido. O vírus instalou-se na Colômbia. No departamento de Narino passou-se de 20 para 80 casos em poucos dias. No Equador estão atingidas 7 das 21 províncias; e conta-se uma centena de mortos. Apesar disso, o presidente da República, Rodris, considera como infundadas as preocupações dos médicos, porque há medicamentos suficientes. A Argentina tenta proteger-se fechando a sua fronteira boliviana, depois que se falou de um caso em Salvador de Mazza. A Venezuela sabe que não escapará. O mal avança à media de 100 a 200 quilómetros por dia. O país não dispõe de hospitais capazes de fazer face a esta situação e será necessário recorrer às clínicas privadas, ao exército e à defesa civil.

O Peru, de onde partiu a epidemia, registou entretanto uma baixa na taxa de mortalidade mas o Nordeste do país foi declarado em estado de urgência sanitária. Trata-se da região amazónica. A situação não é melhor em Lima onde os doentes chegam em vagas a hospitais em que as enfermeiras estão em greve — e as caixas vazias, para responder às suas reivindicações. As famílias dão os cuidados primários, em qualquer sítio, porque há falta de camas, e de qualquer maneira, porque há falta de medicamentos e de pessoal hospitalar. Tudo isto em tais condições de higiene que as pessoas que tratam rapidamente ficam doentes... Segundo as estatísticas oficiais, até 16 de Abril, morreram 1087 pessoas com a epidemia, de entre os 147 980 casos detectados.

Um dos caminhos escolhidos pelo vírus da cólera para se propagar é a bacia amazónica que abarca a Bolívia, o Brasil, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela e as três Guianas.

Os ministros da Saúde dos países Andinos, reuniram-se de 20 a 22 de Abril, em Sucre, na Bolívia. Aí coordenaram o plano anticólera e simultaneamente falaram das outras doenças da região, a febre amarela, a dengue, o paludismo...

Os chefes de Estado latino-americanos que se reuniram no Panamá, em 25 e 26 de Abril, pediram ajuda ao México e aos Estados Unidos. Estes dois países têm todo o interesse em ajudar a esconjuram o mal antes que ele penetre no seu território. A Guatemala, última fronteira antes do México, está em estado de alerta. Os habitantes dos bairros de luta da capital recebem água proveniente dos esgotos, quando não as águas usadas, cheias de matéria fecal, dos hospitais da cidade de Guatemala. Na Costa Rica, a vende de peixe, por temor da cólera, baixou em 79%, lançando, tal como no Peru, dezenas de milhares de pescadores no desemprego, vítimas da suspensão das exportações.

A Nicarágua está particularmente inquieta — 70 por cento da sua população não dispõe de água potável e 72 por cento vive na extrema pobreza. Na própria cidade de Manágua, alguns bairros como o mercado oriental, são zonas propícias ao rápido desenvolvimento da doença: acumulação de lixo, falta de esgotos, de sanitários, de água potável e 40 000 moradores. Além disso, a Nicarágua vive uma situação sanitária catastrófica. Não conta com reservas de medicamentos.

Dispõe apenas de 6000 doses de soro de re-hidratação e precisa de 50 000 que deverá importar por inexistência de produção nacional.

O continente latino-americano está em estado de alerta mas os planos de urgência são caros e não servirão para grande coisa. Porque a cólera nasceu, antes do mais, da miséria.

A comercialização da emigração

Têm sido frequentes as denúncias das redes de traficantes que nos países do terceiro mundo vendem crianças, vendem sangue, organizam cobaias humanas para as experiências de laboratório, etc., toda uma gama de crimes organizados que encontra nas populações mais carentes uma oferta dócil e indefesa. No entanto tais métodos de comercialização do ser humano não existem apenas nos países pobres. Reproduz-se em todas as sociedades onde a exploração é permitida. Nos países desenvolvidos, o Terceiro Mundo está presente na massa de emigrantes ilegais. Portugal tem sido frequentado por tais agenciadores que prometem grandes salários e dispensam papéis que formalizam a emigração. A imprensa encheu-se de notícias sobre os que estavam no Iraque como reféns na altura da guerra. Tinham sido contratados verbalmente pelo capataz João Caçador encarregado pela empresa SEDES como intermediária da ETECO na Bélgica.



ZILLAH BRANCO

O Seminário do PCP sobre questões da emigração hoje, realizado em Dezembro de 1990 em Lisboa, debateu as causas e consequências da emigração à luz das realidades que a condicionam. Apesar de serem reduzidas as informações oficiais, o depoimento de emigrantes e as observações directas em Portugal tornaram possível uma análise objectiva.

Para Portugal o problema da emigração é bastante grave, pois já são perto de 4 milhões os portugueses que vivem fora do país. A imagem que se construiu do emigrante corresponde àqueles que voltaram enriquecidos para construir a sua casa ou organizar a sua empresa. Mas a realidade é mais triste. De 1964 a 1985 saíram do país um milhão e meio de trabalhadores, sendo que perto de 600 mil clandestinamente. Estarão a suportar a exploração como os turcos na RFA? Pela leitura de cartas de emigrantes que partiram em 1990 para o Canadá fugindo ao desemprego decorrente da privatização das empresas nacionais, o drama é semelhante: «Tínhamos dias de estar a descarregar vagões de cenoura congelada em sacos de 50 quilos, nos braços, ao ar livre com temperaturas negativas de 15° e às vezes mais. Estes trabalhos eram feitos por homens portugueses e polacos... «Uma fábrica que não tinha condições de trabalho embora fosse grande, sempre cheia de gases das empilhadeiras e do barulho das máquinas», «Muitas vezes as pessoas sentiam-se mal. Direitos a medicamentos e assistências várias só ao fim de um ano, coisa que a maioria não alcança pois são despedidos antes».

A questão do trabalho clandestino deve ser estudada em profundidade pois corresponde a um mecanismo próprio do sistema de exploração organizado num âmbito multinacional.

O próprio Conselho da Europa refere as «novas formas de gestão da força de trabalho» e a «flexibilidade da oferta do trabalho disponível» ou, ainda a «mobilidade internacional de mão-de-obra». Reconhecem que o patronato recorre cada vez mais à mão-de-obra precária, ao fornecimento organizado de trabalhadores estrangeiros dentro e fora das fronteiras, por empresas de trabalho temporário (ver pág. 21 Seminário do PCP).

Emigração clandestina, ilegal ou temporária

Os termos variam criando imagens diferentes. Enquanto que o «clandestino» leva a pensar em organizações políticas que apoiam a saída dos emigrantes de um país e a sua adopção em outro, o «ilegal» lembra mais o indivíduo isolado sem papéis que tenta a sua oportunidade e enfrenta a aventura. A categoria de

trabalhador «temporário» está protegida pela legislação, justificada por razões económicas das empresas ou de conveniência do próprio trabalhador. O jogo de tais termos torna ambígua a descrição da situação.

Tornou-se comum em Portugal a saída de jovens, trabalhadores ou não, durante o período das férias para servirem em hotéis ou trabalharem na agricultura dos países desenvolvidos da Europa. Permanece uma mistura entre férias no estrangeiro, oportunidade

de conhecer outro país e aprender outro idioma, com a necessidade de obter recursos para suportar o resto do ano sem trabalho ou com baixos salários em Portugal. A realidade não tem nada de bela quando analisada de vários pontos de vista: os tempos livres são passados em duros trabalhos; na qualidade de turistas só conseguem trabalho sem registo, portanto com baixos salários e sem garantias de protecção: somam-se a um exército de reserva que concorre de maneira prejudicial à organização local dos trabalhadores; mascaram a solução do problema pessoal com uma aventura casual. Os únicos beneficiados são os agenciadores e as empresas que retiram maiores lucros sobre este tipo de trabalhador.

O que parece ser uma simples aventura em tempo de férias nada mais é que uma peça importante desse puzzle multinacional de empresas e governos que se socorrem em tempo de crise. Mas a pequenina peça, o emigrante, não é considerado como um ser humano, como um cidadão, como um produtor. Ele é apenas um número, sem nome e sem direitos. Se a sua aventura não der certo ele paga o preço sozinho; é explorado, é odiado pelos companheiros de trabalho, pode ser preso, pode sofrer um acidente, pode morrer sem protecção.

Foi realizado pelo sindicato da Construção e Madeira (SICOM/FOBB), na Suíça, um inquérito sobre o trabalho clandestino. Concluíram que o principal canal que conduz ao trabalho clandestino é o estatuto de temporário. Na Suíça francesa a taxa maior de clandestinos cabe aos portugueses e jugoslavos. Os problemas detectados são verdadeiramente dramáticos, especialmente para aqueles que levam as suas famílias e estas ficam ocultas para que as autoridades não as expulsem. As crianças não podem ir à escola, não têm assistência médica e crescem absolutamente marginalizadas. Há pouco a imprensa divulgou o triste caso da morte de uma criança que na situação familiar clandestina não pôde receber tratamento médico. Quantos mais terão acontecido sem que nada se saiba?

Nesta situação de desprotecção, decorrente da condição de clandestinidade ou de trabalho temporário, os portugueses continuam a sair em grande número. Em 1985 dos 17 340 emigrantes reconhecidos oficialmente, 59% eram temporários ou clandestinos. O ritmo continuou e em 1988, dos 18 302 emigrantes registados oficialmente, 48% eram temporários.

Pertencendo à CEE, Portugal iludiu-se com o «status» de país desenvolvido esquecendo que ainda não deixou de exportar mão-de-obra barata como qualquer país do terceiro mundo. Não é nenhuma indignidade, mas indigno será encobrir tal realidade com as lantejoulas de uma elite deixando que o trabalhador forçado a emigrar suporte sozinho as consequências do subdesenvolvimento. Pior ainda será ostentar como trunfo para concorrer no mercado internacional a dócil mão-de-obra barata capaz de emigrar para a reconstrução do Kuwait sem carteira de trabalho como os antigos escravos nos tempos das descobertas. Não vamos comemorar os feitos do passado reproduzindo o sacrifício do povo.

Trabalhadores não existem para os meios de comunicação (2)

■ Quem são os desempregados nos Estados Unidos? Uma vez por mês, e em geral no mesmo dia, as três cadeias televisivas e os jornais de maior tiragem divulgam as proporções do desemprego de acordo com os números fornecidos pelos computadores do Bureau Federal de Estatísticas do Trabalho. Em 1989, a mensagem ressoou de forma estrondosa: o índice de desemprego foi baixo e os trabalhadores podiam estar orgulhosos da máquina económica do emprego nos Estados Unidos.

Mas os números utilizados pelos meios de comunicação encobrem a real dimensão da miséria nos Estados Unidos. Um antigo repórter de temas laborais do «New York Times», William Serrin, afirmou em «The National», que as estatísticas oficiais dão uma imagem muito restrita do peso das centenas de milhar de pessoas na limitada definição de «desempregado». Milhões de pessoas trabalham a tempo parcial porque não conseguem encontrar trabalho no quadro de uma jornada de trabalho completa, mas são incluídos na coluna das pessoas empregadas: qualquer pessoa, que trabalhe nem que seja uma hora por semana, é considerada um trabalhador com emprego.

Por exemplo, nos últimos 20 anos, o Sindicato da União dos Trabalhadores da Indústria Automobilística (UAW) desenvolveu um grande debate sobre estratégia. Um grupo de oposição, Novas Direcções, defendeu que a UAW deveria voltar à posição de adversário frente às companhias automobilísticas. O grupo lançou um desafio aos dirigentes sindicais, conseguindo 10 e 15 por cento dos delegados à convenção da UAW em 1989. Entretanto as reportagens sobre Novas Direcções foram vagas, irregulares e com falta de uniformidade. Quando a Junta Directiva enviou um programa de cinco pontos aos 80 maiores meios de comunicação, referente às próximas negociações sobre a indústria automóvel, «The Detroit Free Press» e «The Detroit News» referiram o acontecimento, mas a maior parte dos jornais, incluindo o «New York Times», ignoraram o assunto.

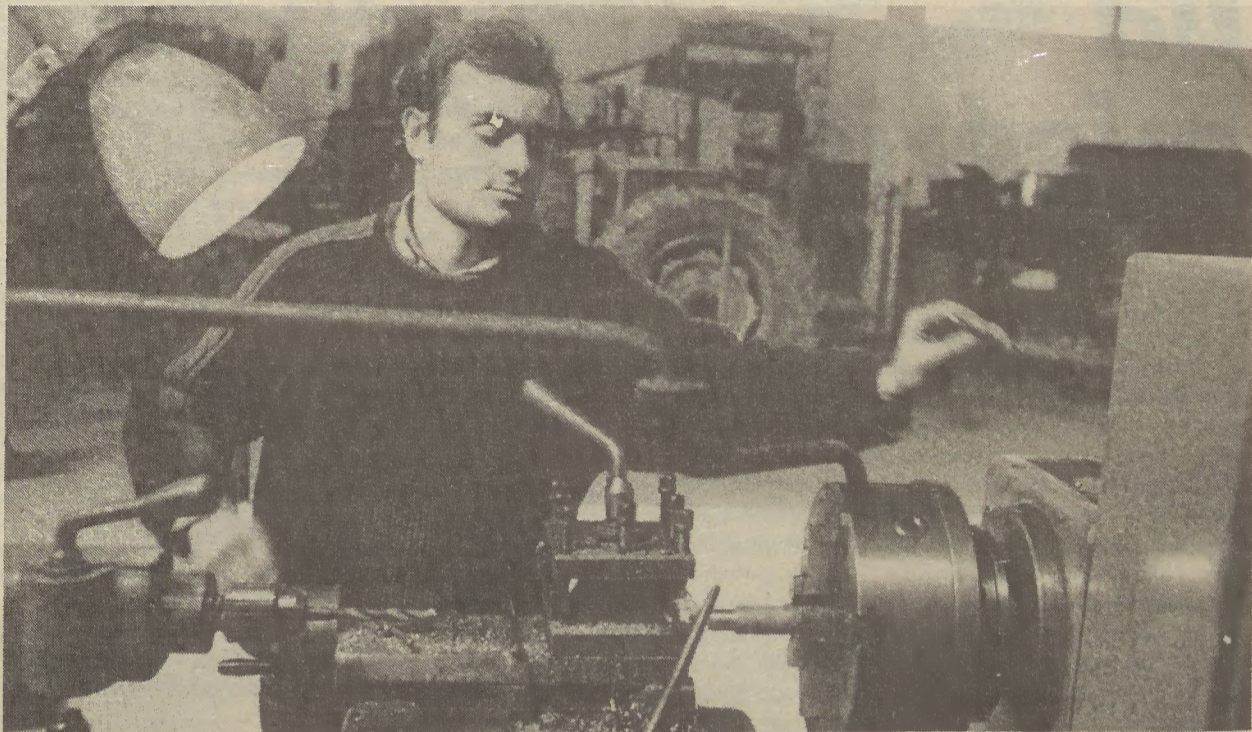
■ Estudos anteriores da FAIR tinham analisado os mais conhecidos programas noticiosos — ABC's Nightline e PBC's Nightline e PBC's McNeil/Lehrer News Hour. Nos programas sobre temas económicos, foram atribuídos aos problemas laborais apenas 7 por cento do tempo no ar da Nightline, enquanto 20 por cento foi centrado no mercado de valores. Apenas um de entre vinte convidados da Nightline nesses programas era um representante operário, enquanto um terço provinha do meio dos negócios. MacNeil Lehrer realizou 19 programas com 42 convidados sobre problemas económicos, entre Fevereiro e 5 de Agosto de 1989. Só apareceram quatro dirigentes dos trabalhadores, todos eles nos cinco programas sobre os acontecimentos da greve da Eastern.

Cable News Network (CNN) tem uma informação actualizada de Wall Street, e uma cobertura diária de meia hora do mundo dos negócios, no programa Moneyline. Nada de semelhante é feito em relação a temas laborais.

Em 5 de Abril de 1989, 1700 membros da União dos Mineiros dos Estados Unidos participaram numa luta contra a Pittston Coal Group. A greve teve importantes repercussões em todo o movimento operário. A Companhia decidiu suspender as suas contribuições para as pensões dos trabalhadores da indústria e para os fundos destinados à saúde, estabelecidos há quase 40 anos como garante de apoio aos mineiros, que muitas vezes são vítimas de doenças pulmonares e outros problemas de saúde — uma pequena contribuição para a sua Segurança. O problema apresentava-se de forma clara e dramática: se o sindicato da Pittston satsse vitorioso, os sindicatos das outras empresas iriam avançar idênticas exigências. A greve reforçou as reivindicações dos trabalhadores, em todas as indústrias dos Estados Unidos, no sentido de maiores direitos na área da saúde. A greve deu ainda novo impulso a um debate sobre as leis laborais nos EUA, e se elas ainda ofereciam alguma protecção aos trabalhadores.

Nas três cadeias de televisão, e ao longo dos nove meses de greve contra a Pittston, apenas lhe foram concedidos um total de 22 minutos e 40 segundos. As reportagens — esporádicas — não transmitiram o sentido do drama, nem a militância que enformou a greve. A primeira referência apareceu no noticiário nocturno da ABC, durante 2 minutos — num domingo, quanto a teleaudiência é mais baixa no país — 25 dias depois do início da greve. A CBS e a NBC esperaram ainda mais dez dias antes de fazer as primeiras reportagens. Na imprensa, o tipo de cobertura foi idêntico.

No Verão de 1989, os mineiros soviéticos das minas de carvão realizaram também uma série de greves. Os grevistas, apresentados pelos meios de informação como um símbolo resplandecente das mudanças democráticas no poder soviético, apareceram na televisão, nos noticiários



da noite, durante 37 minutos e 10 segundos, ao longo de oito dias de greve, de 17 a 25 de Julho. Em 28 de Julho de 1989 o «New York Times» deu um exemplo claro da forma como foram feitas as reportagens sobre a greve. O autor, Francis X. Clines, descreveu em termos elogiosos os grevistas soviéticos, apresentando um mineiro como «um exemplo do que foi alcançado pela impressionante juventude que vem à superfície exigir o seu lugar, arriscando-se na nova arte do protesto público». Na outra página é apresentado outro tipo de mineiro. Numa notícia de um parágrafo é referido um juiz que acusa o sindicato de «promoção do terror», ao justificar a aplicação de 4,5 milhões de dólares em multas por delitos de assaltos e ameaças feitas pelos mineiros. Entretanto não se fez qualquer referência à campanha de desobediência civil e pela não violência, promovida pela União dos Trabalhadores das Minas, em que milhares de homens, mulheres e crianças foram presos por causa do bloqueio pacífico aos camiões de carvão.

■ O Centro de Relações Internacionais e Públicas, uma organização de especialistas sediada em Nova York, calculava, em 1989, o número de desempregados, em cerca de 11,3 por cento, enquanto a imprensa referia apenas 5,3 por cento. Acresce que os novos empregos se situam na área de serviços de mais baixas remunerações.

Por que é que os meios de informação referem apenas as percentagens mais baixas? Por hábito? Há uma razão política por detrás desta prática: os números apresentados pelos meios de comunicação dão uma imagem mais rósea do desemprego. Para reconhecer a profundidade do desemprego e a angústia social que se vive nos Estados Unidos, seria necessário cortar pela raiz a retórica destes anos, em que quase foi aceite como um evangelho o princípio da «nossa forte economia».

A administração Bush e o Congresso degladiaram-se em 1989 sobre o incremento do salário mínimo nacional. A quantidade de informação relacionada com este debate legislativo é esmagadora. Vetaria Bush a proposta dos Democratas de elevar o mínimo para 5,5 dólares/hora? Que compromisso seria tentado?

Entretanto, toda esta informação encobre o verdadeiro problema. Que qualquer pessoa que trabalhe a tempo inteiro a 4,55 dólares por hora, obterá menos de 9300 dólares por mês. Para uma família de quatro pessoas esse quantitativo não chegará para ultrapassar o nível de pobreza oficialmente considerado.

Muito poucos artigos nos jornais referiram que os debates em torno do salário mínimo pouco iriam ajudar trabalhadores sós (na sua maioria mulheres) que têm os filhos a cargo. «The New York Times» abordou este tema na sua primeira página. Mas fê-lo cinco meses depois do assunto ser debatido, e ter sido fixado um salário mínimo de 4,25 dólares/hora para 1991 — uma verba inferior em 20 por cento ao poder de compra do salário mínimo nos anos 70, de acordo com os dados do Centro do Orçamento e Política de prioridades...

■ Centenas de notícias possíveis sobre questões de trabalhadores, no país e no estrangeiro, são literalmente ignoradas. Alguns exemplos:

• O direito à greve. Apesar de ser considerado um direito legalmente aceite, as greves de Eastern e de Greyhound indicam que os trabalhadores dos EUA — devido a uma série de mecanismos jurídicos da década passada — perderiam na prática o direito à greve. Quando entram em greve podem ser

definitivamente substituídos, e as leis relativas à bancarrota ajudam a Companhia a evitar prejuízos. Onde estão as reportagens sobre a erosão de um direito que por todo o mundo muitos trabalhadores estão finalmente a conseguir?

• A evasão aos fundos de pensão: dezenas de companhias têm vindo a embolsar milhões de dólares, participando para estes fundos com somas inferiores, de que resultam menores subsídios aos reformados. Como resultado milhares de trabalhadores receberam pensões mais baixas.

• Segurança dos trabalhadores e Comissões de Saúde: tem-se vindo a desenvolver um crescente debate em torno das propostas da Assembleia Legislativa de New Jersey, de criação de Comités de Saúde operários/comunidade, com poderes reforçados. Qualquer jornal ou estação de televisão que avançasse com reportagens de saúde, conseguiria regularmente histórias interessantes dignas de destaque.

• Comércio e direitos laborais: as guerras comerciais foram intensivamente cobertas — mas só se mencionou pela rama a exploração dos trabalhadores estrangeiros, que leva a baixos preços de importação. Na prática ninguém considerou negativo que o governo dos Estados Unidos, por razões políticas, utilize leis que retiram direitos comerciais a países com baixos índices de emprego. Um escândalo que deveria ser divulgado.

• A política externa da AFL-CIO: a AFL-CIO gasta milhões de dólares — mais do que gasta na organização dos novos trabalhadores nos EUA — para divulgar a sua doutrina anticomunista por todo o mundo. Na verdade, a AFL-CIO é uma importante arma da política externa dos EUA e muitas vezes faz directamente causa comum com regimes conservadores, anti-sindicais e repressivos, por todo o mundo. Um intenso debate no movimento operário, sobre o papel da AFL-CIO no estrangeiro, tem-se vindo a desenvolver há pelo menos cinco anos. Um interessante tema para a investigação jornalística.

• O aborto e a AFL-CIO: numa aliança não divulgada o movimento contra o aborto faz causa comum com a anti-sindicalista Fundação nacional para o Direito e a Defesa Legal do Trabalho, e com alguns dirigentes sindicais, para pressionar a federação a opôr-se a uma tomada de posição em favor do aborto. Até agora esta pressão resultou.

■ À laia de conclusão: quais as consequências da falta de informação sobre os trabalhadores e os seus sindicatos? Antes do mais, ficamos culturalmente mais pobres porque as lutas e as acções dos trabalhadores ficam arredadas do conhecimento público. Há algumas décadas atrás os trabalhadores eram saudados pelos seus contributos em prol da comunidade. Actualmente, o que eles fazem não é referido e o resultado é um empobrecimento do pulsar da vida quotidiana.

Os trabalhadores, como pessoas, sabem que as suas experiências da vida do dia-a-dia são semelhantes. Quando tais realidades não são reflectidas nos noticiários da noite ou na imprensa diária, isto tem como reflexo o aumento do nível de alienação sentido por milhões de pessoas. As pessoas passam metade das suas vidas no trabalho, e entretanto os meios de comunicação consideram o trabalho como se este não passasse de um momento fugaz em cada dia.

Paz justa passa pela Palestina independente

Há uns meses atrás, sob a batuta dos EUA, o mundo, dizia-se, avançava em direcção a uma nova ordem internacional, mais justa, mais consentânea com o direito internacional. Dizia-se. Vivia-se então o «espectáculo» da guerra do Golfo, que os EUA tinham imposto ao mundo. A CNN mostrava-nos o que dizia ser os bombardeamentos cirúrgicos. E lançava ela e as suas congéneres verdadeiros «shows» de manipulação informativa. O mundo olhava o pequeno ecrã julgando ver partir ao vivo um míssil Cruzeiro em pleno Golfo quando se tratava de uma imagem de arquivo. A consciência dos cidadãos do mundo ficava dorida quando a ave marinha supostamente saída das águas do Golfo enegrecida pela mão satânica de Saddam Hussein, saía dos arquivos, pois tratava-se de resultado de um acidente ecológico na Bretanha francesa.

Têm razão os que alertaram para a impossibilidade de por via militar resolver todos os acumulados e dramáticos problemas do Médio Oriente.

O drama dos curdos, impelidos pelos EUA e Grã-Bretanha a combater Saddam, e depois abandonados, agravou-se.

O problema central que a região enfrenta, ou seja, o problema dos direitos nacionais palestinos, não avançou rigorosamente nada, antes se adensou a tragédia.

O governo de Israel impelido pelo tradicional apoio dos EUA e do Ocidente, contra todas as resoluções da ONU, contra todo o respeito pelas normas internacionais, avançou para novos colonatos, alguns deles muito próximos de Jerusalém. É indiscutivelmente uma das mais grosseiras violações do direito internacional.

Não bastava a ocupação militar desde 1967, destes territórios árabes palestinos, a repressão que sobre os palestinos se abate, os mais de mil dias de Intifada, o desafio corajoso de todos os pequenos Davides contra o exército sionista de ocupação. Agora que se fala de uma «nova» ordem, avança Israel com a mais «velha» ordem do poderio militar para impor ao povo palestino perseguido na sua própria terra, a política suja de fazer explodir as casas antigas da civilização árabe e impor novos colonatos de judeus.

Ao falar-se de direitos nacionais de um povo se há exemplo de dignidade nacional, de amor à terra e à sua

pátria, é o que os palestinos todos os dias dão, enquanto em Washington a cumplicidade e o apoio aos algozes é o quotidiano.

Sofrem os palestinos o facto de serem cativos no seu próprio país e perseguidos em países onde deviam receber solidariedade.

No Kuwait foi desencadeada uma verdadeira caça ao palestino, como a própria Amnistia Internacional tem denunciado e apelado ao termo da sua perseguição.

Contrariando todas as promessas, no Kuwait tarda a democracia, e às mãos de um membro da família real os palestinos vivem um verdadeiro inferno.

Foram construídos no Kuwait campos de concentração para os palestinos. Centenas de palestinos são dados como desaparecidos. Há cerca de oito mil presos. Quem se lembra do que está acontecer no Kuwait? Sem dúvida que as perseguições aos kuwaitianos pelos iraquianos mereciam ser denunciadas. E agora? Quem cala? Quem tem a consciência dorida?

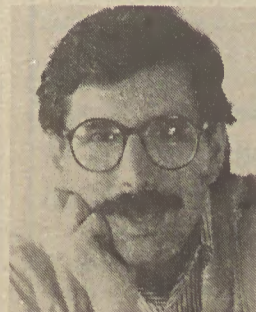
No Líbano, onde os palestinos estão acantonados e armados em campos e para se defenderem dos constantes ataques militares israelitas, há pressões e intimidações por parte do governo libanês para desarmar os palestinos e deixá-los assim à mercê da sanha do governo sionista.

Enquanto James Baker salta de capital em capital no Médio Oriente este cenário de drama para o povo palestino enegrece-se. Os EUA tentam ingloriamente atirar palestinos sejam contra a Palestina, que palestinos adversários da única organização que luta pelos direitos nacionais palestinos e que é por eles reconhecida como a única organização que os representa, a OLP.

Em 29.11.47 a ONU decidiu que na região se estabeleceriam dois Estados, um judaico e outro palestino. No entanto 43 anos depois só Israel se fundou e acabou por ocupar terras palestinas, libanesas, egípcias, jordanas e sírias, com o apoio, cumplicidade e silêncio dos EUA.

Ainda hoje nos Montes Golan da Síria, na Cisjordânia, na Faixa de Gaza, a Sul do Líbano, Israel espezinha o direito internacional.

E a Guerra do Golfo que tanto entusiasmo suscitou nalgumas mentes veio ulcerar ainda mais todo o tecido



DOMINGOS LOPES
Suplente do
Comité Central

Ainda hoje
nos Montes Golan
da Síria,
na Cisjordânia,
na Faixa de Gaza,
a Sul do Líbano,
Israel espezinha
o direito
internacional

da região. Não abriu como se vê uma nova era no Médio Oriente. Ela constituiu um pretexto para os EUA se afirmarem como polícia do mundo.

No terreno da luta pela democracia e pela liberdade o mundo árabe não avançou. Os Reinados, os Sultanatos e os Emiratos e outros em maior ou menor escala parecidos com aqueles continuam a contar como o beneplácito de Washington.

43 anos depois da fundação de Israel os homens e as mulheres livres não podem esquecer o drama que se abate sobre o povo árabe palestino.

É urgente encontrar-se uma saída e não aceitar a recusa obstinada da política israelita em encontrar uma solução para o problema palestino.

Mais do que nunca, sob os auspícios da ONU uma Conferência Internacional, com a participação dos EUA, URSS e da OLP, deve ter lugar e encontrar uma solução que se baseie na fundação do Estado Palestino livre e independente.

Na terra árabe magoada por tanta humilhação e opressão, é necessário resgatar toda a região neste fim de século para uma região de esperança e cooperação. O primeiro passo é fazer retirar os invasores, os ocupantes. É necessário que os israelitas regressem a Israel. Depois com segurança garantida para todas as partes, construir uma paz estável em toda a região, desde o Magrebe ao Machrek.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Epigrama

Ministro de argúcia rara
afirmou que o Tribunal
de Contas, servia para
só dar chatice, afinal.

Isto é, devo dizer,
assunto em que não insisto.
Mas quem quer ver, há-de ver
o que está por detrás disto...

Os três da vida airada

PSD quer ter a maioria
como da outra vez aconteceu.
Logo entra o PS na porfia:
— A maioria maior vou tê-la eu...

O CDS logo aparece
que faz e que acontece
não quer mais outra votação mesquinha:
— Terceira força é minha
corro na pista
para vencer o Partido Comunista...

Esperem lá. Não ouvem rressonar?
Há três que estão a sonhar...

Eleições? Pum!

Diz um boato
pedra no sapato
que o Governo à bolina
no alto mar
a gasolina
vai baixar...

Diz que diz que...
Vai um uísque?

Diz outro boato
ao desbarato
(não é inédito
é habituação...)
que sobe o crédito
à habitação...

Diz que diz que...
Vai um uísque?

Diz mais um boato
quente no prato
que a inflação derrete
em larga franja.
Talvez pra sete...
É canja!

Diz que diz que...
Vai um uísque?

Eleições? Pum!
Mas depois?
Se deram um
tiram-nos dois.

Promessas? Risque.
Vai outro uísque...

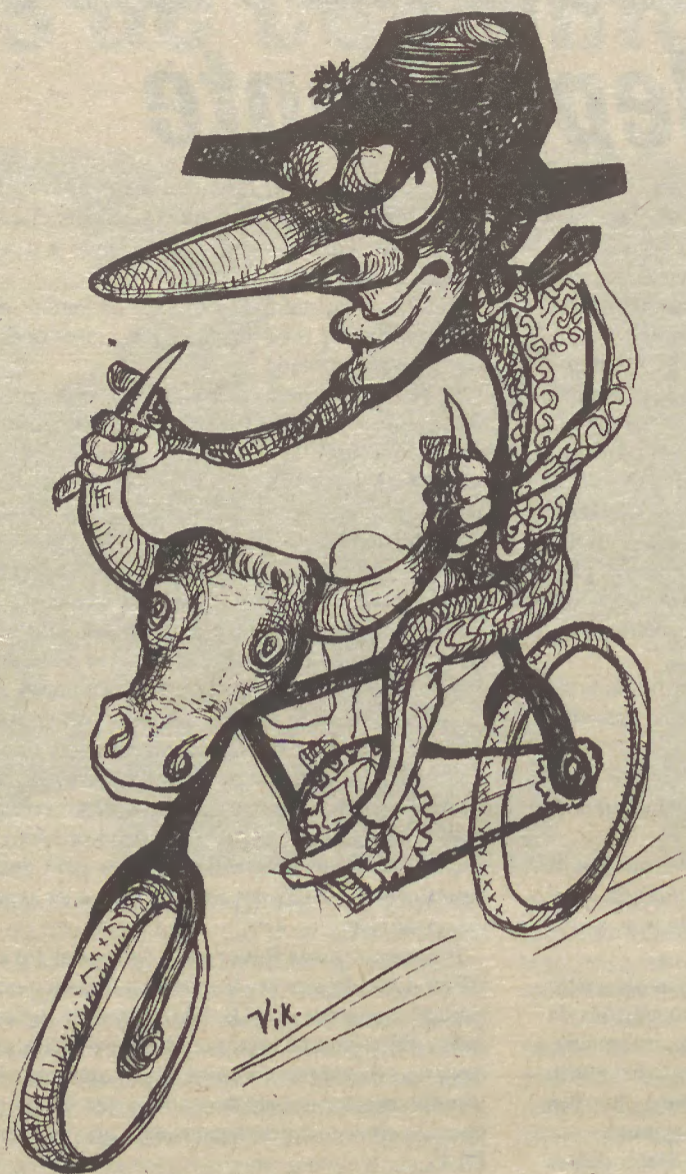
O destino deles

Era de Thatcher fulgurante admirador.
Ah, as declarações de amor!
Afinal, a tal Dama foi-se embora.
E agora? E agora?

Cavaco Silva elogiava a esgrima
da Zélia brasileira. Grande estima!
De Zélia vimos já o bota-fora.
E agora? E agora?

Dois já tiveram destino comum.
Só falta um...

Incrível!



Querido difusor

Registamos, com agrado,
que a nossa recente
campanha de assinaturas já
granjeou apoios na
Imprensa, nomeadamente
por parte de um articulista
do «Sete», Paulo Guerra de
seu nome, que, em
desenvolvida explicação
saída a lume a semana
passada, se propõe ser
«angariador permanente de
assinaturas». Advertindo
que o fará por dinheiro e
não por militância, o nosso
novel colaborador deixá
igualmente claro quer a
qualidade do seu empenho
(e para isso não hesita em
dar à prosa o título de
«Querido Avante!»), quer a
quantidade da sua ambição
(uma expectativa de 450
contos/mês, de viabilidade
laboriosamente
demonstrada).

Ao trabalho, querido
amigo, ao trabalho! E quem
sabe?!... Talvez a
experiência confirme que
pode ganhar muito melhor
a vida como angariador que
como jornalista!

Vinhos

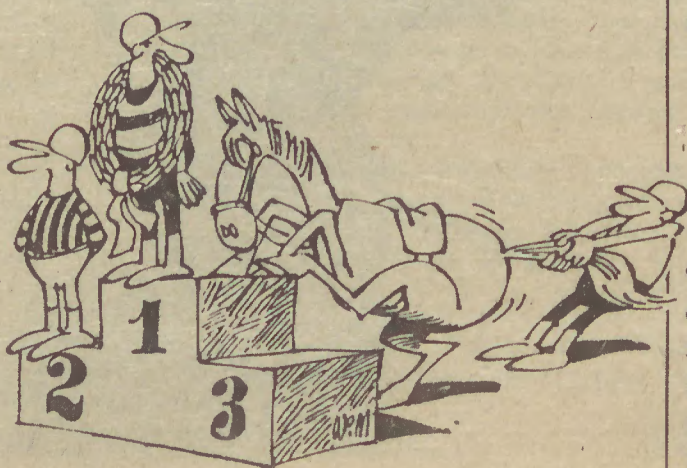
Cerca de 300 viticultores do
Concelho de Alenquer
foram chamados a tribunal
sob a acusação de «crime
contra a economia», por

terem declarado a sua
produção alguns dias depois
do prazo, segundo
denunciou a Associação dos
Agricultores do Distrito de
Lisboa (AADL), que
considerou que «este
excesso de zelo é uma
tentativa de fazer dos
viticultores o bode
expiatório do marasmo que
se instala no sector»,
penalizando de forma
desproporcionada uma
atitude que, geralmente,
apenas era sancionada com
o pagamento de uma multa.
Entretanto anunciavam
igualmente que a falta de
escoamento da produção do
vinho está a estrangular
financeiramente a
generalidade dos
agricultores, sem que se
veja, da parte do Governo,
solução à vista.

É mais fácil mandá-los para
tribunal...

Reservas

O CDS está tão difícil de
compreender que os seus
próprios dirigentes
máximos já não se
entendem uns com os
outros, o que desembocou,
para já, no bater da porta
de Basílio Horta, com tal
estrondo, aliás, que anulou
o efeito da sua bela frase
recusando «discutir os
assuntos do partido em
público». De qualquer modo está
explicado o intrigante
cartaz que o CDS andou a
espalhar pelo País
afirmando «Para já, 3.^a
força!»: estão a convocar as
reservas.

frases
da
Semana

“Neste país, infeliz-
mente, nada é uma
catástrofe. Mas será
certamente um mo-
mento que traumati-
zará milhões de por-
tugueses, que não
perceberão por que é
que o projecto não
“passa” só por estar
ligado à Igreja e aos
cristãos”

☛(D.José Policarpo, so-
bre a eventual não atribui-
ção de um canal de televi-
são à Igreja, em entrevista
ao Expresso)

“Saber as conse-
quências que isso te-
ria no voto desses
milhões de portugue-
ses é um problema
para os analistas
políticos”

☛(Idem)

“A Igreja nunca ab-
dica de nada, sobre-
tudo quando se trata
de direitos”

☛(Idem)

“Contenho-me bas-
tante para evitar
conflitos com Mário
Soares, apesar de
algumas situações
difíceis criadas por
pessoas que o ro-
deiam”

☛(Cavaco Silva, em en-
trevista à Lusa)

“Já perdi vários mi-
nistros, inclusivamen-
te das Finanças,
e nem por isso as coi-
sas pioraram em
Portugal”

☛(Cavaco Silva a jorna-
listas brasileiros, sobre a
demissão da ministra Zé-
lia Cardoso)

“A polícia deve ser
controlada porque
dentro dela há gru-
pos mafiosos”

☛(Marques Vidal, direc-
tor-geral da Polícia Judi-
ciária, à Comissão de Di-
reitos Liberdades e Garan-
tias da AR, segundo O
Independente)

“Em suma, a PJ tem
deficiências mas,
apesar de muitos pa-
tifes que tem, é gente
séria que trabalha e
se empenha”

☛(Idem)



Álvaro Cunhal
3.ª feira
na
1.ª Página/RTP



Álvaro Cunhal no distrito de Beja

No próximo domingo o camarada Álvaro Cunhal visita localidades do distrito de Beja, numa jornada que começa às 11.00 em **Montes Velhos** com um encontro com a população, junto ao Centro de Trabalho do PCP, que o camarada visitará em seguida.

Às 12.00 o encontro é com a população de **Aljustrel**, frente à Câmara Municipal, onde o secretário-geral do PCP

BALEIZÃO

Comício de Homenagem
a Catarina Eufémia
com a presença de
Álvaro Cunhal
domingo às 16 h

será mais tarde recebido. É ainda em Aljustrel que se realiza a partir das 13.00 um almoço-convívio.

Após uma passagem em **Ervidel**, o camarada Álvaro Cunhal participa, em **Baleizão**, no comício de homenagem a **Catarina Eufémia** que ali terá lugar às 16.00.

Álvaro Cunhal será acompanhado em todas estas iniciativas pelos candidatos da CDU pelo distrito de Beja às eleições legislativas próximas.

Carlos Carvalhas em Aveiro

Para participar em iniciativas promovidas pela Direcção Regional na cidade de Aveiro, em Espinho e Oliveira de Azeméis, o camarada Carlos Carvalhas estará no próximo sábado no distrito de Aveiro.

Cerca das 10.30 terá um encontro com a população de **Silvalde** (Espinho), seguido de visita aos bairros populares da freguesia.

À tarde (a partir das 15.00), em Aveiro, realiza-se com a sua participação, no Hotel Imperial, um debate sobre «O PCP, a Intelectualidade e a Cultura»; à noite, com início às 20.00, em Oliveira de Azeméis, o camarada Carlos Carvalhas intervirá num outro debate: «O processo de integração europeia e a preparação da economia portuguesa».

PCP debate questões nacionais

«Para uma reflexão aberta sobre problemas nacionais» é nesse ciclo que se integra o colóquio que hoje às 21.30 se realiza no Hotel Roma (Sala Roma), tendo como tema «Direitos económicos, sociais e culturais e a responsabilidade do Estado». Participam os camaradas Luís Sá e João Amaral.

Núcleos Históricos de Lisboa

A Reabilitação dos Bairros e Núcleos Históricos de Lisboa é objecto de uma **Jornada de reflexão e debate** promovida pela DORL do PCP, que decorrerá sábado durante todo o dia no Ritz Clube (R. da Glória, 57), ordenada em quatro pontos: 1. A Reabilitação Urbana e o planeamento estratégico; 2. As tipologias arquitectónicas e as técnicas construtivas; 3. O quadro jurídico nacional e internacional da Reabilitação Urbana; 4. A participação das comunidades locais e da população.

Jornadas CDU da Guarda

Com a participação dos eleitos da CDU nas autarquias do distrito, de militantes do Partido e de democratas independentes e ainda do camarada Luís Sá, realiza-se no próximo domingo a partir das 15.00 na Escola Secundária Afonso de Albuquerque, na Guarda, um Encontro CDU para discutir os problemas do distrito na perspectiva das eleições legislativas.

Problemas da Agricultura no Douro

A Direcção da Organização Regional de Bragança promove no próximo domingo, a partir das 15.00, na Casa do Povo de **Carrazada de Ansiães**, um debate sobre **Os problemas da Agricultura na Região Demarcada do Douro**. Participa no debate o camarada **Agostinho Lopes**.

Santo Tirso: que desenvolvimento?

Este é o tema do encontro promovido pela Comissão Concelhia do PCP e que decorrerá no sábado, a partir das 14.30, no salão nobre da Câmara Municipal de **Sto. Tirso**, com a participação de vários especialistas, entre os quais os camaradas **Luís Sá** e **Sérgio Ribeiro**.

Encontro sobre a Terceira Idade

Por iniciativa da Direcção da Organização Regional de Portalegre realiza-se no próximo domingo em **Nisa** - na Casa do Povo, entre as 10.00 e as 17.00 - um Encontro do PCP sobre a Terceira Idade, que se debruçará sobre os grandes problemas dos Idosos no distrito e sobre a actividade do respectivo Movimento Associativo e do Partido.

No final haverá um convívio em que participam poetas populares e grupos culturais.

Plenários de Reformados

No Centro de Trabalho Vitória realiza-se na próxima terça-feira um plenário de militantes da organização dos Reformados, Pensionistas e Idosos da **cidade de Lisboa**, para discussão da situação política e social e da participação da organização nas tarefas eleitorais.

Este plenário contará com a presença do camarada **Domingos Abrantes**.

Também no **Couço** a célula dos Reformados se reúne com idêntico objectivo. No domingo, às 17.00, com a participação do camarada **António Orcinha**.

Jornadas Parlamentares em Setúbal

A decorrer desde 6 de Maio, terminam no próximo sábado as **Jornadas Parlamentares do PCP** no distrito de Setúbal, que englobaram mais de uma centena de contactos de deputados com a população, entidades e instituições em todos os concelhos. Hoje e amanhã realizam-se ainda visitas aos concelhos de Moita, Barreiro, Setúbal e Palmela, e sessões públicas - hoje, às 21.30 - com a participação de deputados: no **Barreiro** sobre associativismo; em **Palmela** sobre o projecto Ford/Volkswagen, com **Octávio Teixeira**; na **Baixa da Banheira** sobre condições de vida das populações, com **Domingos Abrantes**.

Debates em Almada e no Barreiro

No âmbito de uma série de iniciativas denominada «O PCP e as Eleições Legislativas», organizada pela Comissão Concelhia de Almada, realizam-se no sábado os seguintes debates: no CT da **Trafaria** com **Apolónia Teixeira** e no CT da **Charneca** com **Odete Santos** - ambos às 16.30. Para domingo está a ser organizado um almoço-convívio no CT da **Costa da Caparica** em que participa o camarada **Rogério Brito**. Nesse mesmo dia, às 16.00, realiza-se um plenário da organização do **Monte da Caparica**.

Quanto ao **Barreiro**, em debate vão estar os **transportes urbanos**; no sábado a partir das 15.00, no Centro de Reformados do Barreiro (1º andar das Piscinas), em sessão pública promovida pela Comissão Concelhia do PCP.

Outras actividades:

- Debate com jovens de Loures: no CT de Loures, sexta-feira, às 21.30, com a participação do camarada **Francisco Lopes**.

- Encontro de **José Goulão** com jovens do concelho de **Oeiras** sobre a situação internacional: sábado, às 15.00, no CT de Algés.

- Plenário de activistas da CDU da freguesia de **Oeiras**: segunda, às 15.00, no CT de Sto. Amaro.

Assembleias

2ª Assembleia Regional de Coimbra

É no domingo, com início às 9.30, que tem lugar na Sala Paulo Quintela da Faculdade de Letras a 2ª Assembleia Regional de Coimbra do PCP.

Nos trabalhos participa o camarada **Carlos Carvalhas**.

6ª Assembleia da Organização Concelhia de Sesimbra

Está marcada para domingo a 6ª Assembleia da Organização Concelhia de Sesimbra.

Sob o lema «Com o PCP, Sesimbra tem mais futuro!», terá início às 9.30 no Externato Sta. Joana, e nela participa o camarada **José Soeiro**.

5ª Assembleia da Organização de Freguesia de Almada

Sob o lema «Preparar o futuro reforçando o Partido», a 5ª Assembleia da Organização de Freguesia de Almada decorre no sábado a partir das 15.00 no Cine-Teatro da Academia Almadense.

Participa o camarada **Manuel Sobral**.

4ª Assembleia da Célula da Mague

A célula da Mague reúne-se na sua 4ª Assembleia da Organização no próximo sábado, às 14.30, no Auditório Scala (R. da Estação), em **Alverca do Ribatejo**.

Participa o camarada **Álvaro Cunhal**.

4ª Assembleia da Organização dos Comunistas da Parede

Com o objectivo de preparar a próxima batalha eleitoral e eleger a nova Comissão de Freguesia, os camaradas da Parede realizam a sua 4ª Assembleia no sábado, com início às 14.30, na Cooperativa da Linha do Estoril.

Assembleia da Célula da CP do Entroncamento

A célula da CP do Entroncamento reúne-se em Assembleia no próximo domingo, a partir das 10.00, no Centro de Trabalho local.

Participa o camarada **António Orcinha**.

Assembleia da Organização de Gaia

Sob o tema «Reforçar o Partido, intervir no futuro de Gaia» realiza-se no próximo sábado, a partir das 14.30, na Biblioteca Municipal de Gaia, a Assembleia da Organização Concelhia. No encerramento intervém o camarada **Emídio Ribeiro**.

Plenários no distrito de Lisboa

Quinta, 16

- da organização da freguesia de **Penha de França**

- no CT de Arroios, às 21.30;

- da freguesia de **Alverca**, com a participação do camarada **Dias Lourenço** - no salão da Misericórdia de Alverca, às 21.30.

Sexta, 17

- das freguesias de **Mouraria, Anjos e Pena**, com o camarada **Marques Lopes** - no CT da Graça, às 21.30;

- da freguesia do **Cacém**, com **Marques dos Santos** - no CT do Cacém, às 21.30;

- da **Póvoa de Sta. Iria**, com **José Gouveia Monteiro** - no CT da Póvoa, às 21.30;

- da freguesia de **Alhandra**, com **Daniel Branco** - no CT de Alhandra, às 21.30.

- de **Vila Franca de Xira**, com **Euclides Pereira** - no CT de Vila Franca, às 21.30.

Sábado, 18

- da freguesia de **Campolide** - no CT Vitória, às 15.00;

- da freguesia de **Alfragide** - no CT de Alfragide, às 21.30.

Domingo, 19

- da célula da CM da **Amadora** - no CT da Amadora, às 18.00;

- da célula do Bairro da **Venda Nova** - na delegação da Junta de Freguesia, às 21.30;

- da freguesia do **Cacém**, com **Ruben de Carvalho** - no CT, às 21.30;

- de **Mira Sintra** - no Coop. de Mira Sintra, às 21.30;

- de **Carnaxide**, com **Carlos Chaparro** - no CT, às 21.30.

Segunda, 20

- de **Queijas/Linda-a-Velha** - no CT de Queijas, às 15.30;

- da freguesia da **Buraca** - no salão da JF, às 15.30.

Quarta, 22

- da célula da **Heska** - no Clube Sorefame, às 18.00.

Televisão

Quinta, 16

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.35 A Dádiva da Vida
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.50 Eternos Novatos
21.50 Twin Peaks
22.40 Crônicas do Sobrenatural
23.10 24 Horas
23.45 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis Show
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Aventura
16.15 O Homem da Carabina
16.40 Recreio do 2
17.10 Tudo Menos Isso
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Palco de Estrelas
21.55 Fora de Jogo
22.55 Alemanha, Ano Zero
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 17

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
15.15 O Papá das Pernas Altas
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.20 Morto à Chegada
(ver «Filmes na TV»)
23.10 Querido John
23.40 24 Horas
00.15 Remate
00.35 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Médico Amigo
16.20 É já Amanhã
16.45 Recreio do 2
17.20 Stan Laurel
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Desejo
22.15 Rotações
23.15 Os Mistérios de Dorothy
24.00 Roseanne

Sábado, 18

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Operação Mozart
14.20 Belinda Carlisle

16.00 O Grande Zorro
(ver «Filmes na TV»)
17.35 T & T
18.00 Clive James
18.50 A Ilha do Sol
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.30 Claxón
22.00 Casa Cheia
22.40 Um Verão Inesquecível
00.15 Sangue por Sangue
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
10.50 O Anel de Fogo
11.50 Forum Musical
13.10 A Princesa e o Pirata
(ver «Filmes na TV»)
14.45 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.50 Outras Músicas
21.15 Estádio
23.35 O Mundo é Pequeno
00.25 Concerto - Veronique Sanson

Domingo, 19

Canal 1

09.00 Bairros Populares de Lisboa
09.30 70 x 7
10.00 Missa
11.00 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo Animal
14.30 Mapa Cor de Rock
15.35 O Gato Que Veio do Espaço
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Mãe à Força
17.45 Regresso ao Passado
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.55 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.30 Competir
13.00 Troféu
18.00 Vida Nova
19.00 Nós 2
20.00 Ana Karenina
20.50 Palavra Puxa Palavra
21.55 Evocação de David Lean

Segunda, 20

Canal 1

9.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Vida Selvagem
14.00 Sem Legendas
15.40 Encarcerada
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.20 O Preço Certo
22.45 Praia da China
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
13.00 Músicas de África
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 A Natureza das Coisas
16.40 Recreio do 2
17.30 O Livro dos Recordes

Tempo

No fim-de-semana o céu estará pouco nublado ou limpo, o vento soprará fraco e a temperatura não terá alteração, de acordo com a previsão do INMG.



Filmes na TV

18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.45 Circo
19.55 Pelé
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Acerto de Contas
22.30 Teatro - «Anatol»

Terça, 21

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Estilos de Vida
14.00 Sem Legendas
15.35 A Um Passo do Fim
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 A Lei das Ruas
22.40 1ª Página com Álvaro Cunhal
23.40 A Mansão dos Marblehead
00.15 24 Horas
00.50 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades no Apollo
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Os Três Ciclos da Lua
16.20 A Minha Avó Yaya
16.40 Recreio do 2
17.10 Tribunal de Juri
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 Com Toda a Inocência
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Universidade Aberta

Quarta, 22

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
14.35 Ponto Por Ponto
15.15 Missão no Ártico
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.30 Plenty, Uma História de Mulher
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Açores - Gente Nossa
16.40 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
18.00 Eterno Feminino
19.00 Via Rápida
19.15 Futebol - Final da Taça UEFA
21.20 Que é Feito de Si?
21.30 Jornal das Nove
22.00 Direito de Amar
22.30 Joaquim Letria
24.00 Pop-Off



Papá Astaire

Em semana francamente parda em termos de longas metragens na televisão, *O Papá das Pernas Altas*, embora não seja considerado um dos momentos altos na carreira de Fred Astaire nem do filme musical americano, acaba por merecer referência especial. Confirma o talento desse grande bailarino e coreógrafo do cinema, justamente referenciado como um dos que mais contribuíram para a afirmação do filme musical como género respeitável e para o lugar incomparável que este ocupa na «fábrica de sonhos» que foi durante décadas o cinema americano.

Quando foi *Papá*, Fred Astaire tinha quase 60 anos... Mantinha aparentemente a perfeição técnica, a elegância e a alegria que três décadas antes fizeram a sua glória entre as plateias de todo o mundo.

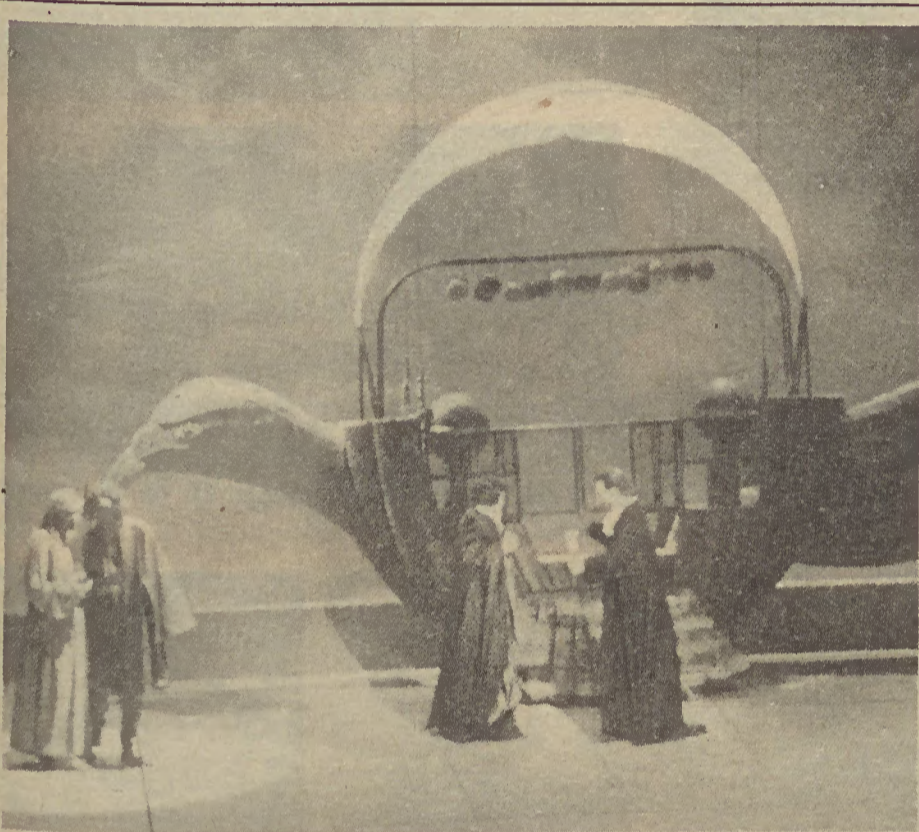
AGENDA

Cinema

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Alice	—	★★★★	—	★★★★
B	Um Coração Selvagem	—	★★★	★★★★	★★★
C	Danças com Lobos	—	★★★	★★★	★★★
D	Ju Dou	—	★★★★★	—	★★★★
E	O Padrinho III	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★
F	Sentimento	—	★★★★★	—	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Woody Allen — King Triplex/2 (14.15, 16.45, 19.30, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. David Lynch — Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00), — Lisboa.
- C — Real. Kevin Costner — Alfa/2 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Amoreiras/1 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Fonte Nova/3 (14.30, 17.45, 21.00), Quarteto/4 (15.00, 18.30, 22.00), São Jorge/1 (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- D — Real. Zhang Yimou — Forum Picoas/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- E — Real. Francis Ford Coppola — Cine Portela/Sheza (15.15, 21.15), Estúdio (15.00, 18.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. Luchino Visconti — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 20.00, 22.00) — Lisboa.



«Blimunda» estreia adiada?

Estava prevista para ontem a estreia da ópera «Blimunda», embora a greve convocada pelo Sindicato dos Músicos da Orquestra do Teatro Nacional de São Carlos possa ter posto em risco a apresentação do espectáculo. «Blimunda» é a primeira ópera inspirada num livro português, desde o século XVIII, e foi estreada em Milão há cerca de um ano. Recorde-se que o libreto é uma adaptação do romance de José Saramago «Memorial do Convento», feita pelo compositor Azio Corghi. A ópera, cuja história se situa no século XVIII, no reinado de D. João V, foi encenada por Jerome Savary e conta com a direcção musical de Will Humburg.

Pressentimentos... Amores... de Tchekov no São Luís

A partir de hoje às 21.30, o Grupo de Teatro Intervalo passará a apresentar todas as quintas e sextas-feiras, a convite do Teatro do Chiado, na Sala Estúdio do São Luís, **Pressentimentos... Amores... de Tchekov**. A peça partiu de uma colagem de textos de Tchekov, e tem como fio condutor a própria história biográfica do autor, contada por «ele» próprio e sublinhada com slides. O «Intervalo - Grupo de Tea-

tro» pegou em textos como «Os malefícios do tabaco», «O canto do cisne», «Um pedido de casamento» e excertos da «A gaivota». A encenação é de Armando Caldas e a interpretação de Diogo Duarte, F. Tavares Marques, Filipe Almeida, Filipe Bregante, Helder Anacleto, Odete Neves, Ricardo Pargana, Susana Cabela, Teresa Neves e Vasco Raimundo.

O Império da Paixão

Ai No Borei, Japão, 1978
Realização e argumento de Nagisa Oshima
Interpretações de Kazuko Yoshiyuki, Tatsuya Fuji, Takahiro Tamura, Takuzo Kawatani.
Reposição pelo ABC Cine-club de Lisboa, terça-feira no Cinema Londres às 19 horas.

O cinema de Nagisa Oshima volta a estar em exibição nos ecrãs da capital, desta feita por iniciativa do ABC. Depois da reposi-

ção de «Feliz Natal, Mr. Lawrence», exibido na passada terça-feira na Sociedade Portuguesa de Autores, é a vez do «Império da Paixão», filme que sucede na carreira de Oshima a «O Império dos Sentidos» cuja passagem na televisão tanta polémica gerou entre nós. Nagisa Oshima é considerado como o mais original e importante realizador japonês que emergiu na cena internacional desde Kurosawa.

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30. dom. às 17.30. **O ESPELHO DE DOIS REFLEXOS**, de Arthur Miller. Encenação de Fernanda Lapa, interpretação de João D'Ávila e Sara Lima.

CINEARTE

Largo de Santos, 2. Tel. 3965360. Bilhetes: 1000\$00. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **LIBERDADE EM BREMEN**, de R. W. Fassbinder. Encenação de Helder Costa, música de A. Vitorino de Almeida, interpretação de Maria do Céu Guerra e Rui Pisco, entre outros

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16. **CORAÇÃO A BOCA**, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. **TERRA**, de Abel Neves. Encenação de João Mota (Sala 1, de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17). **A GRANDE ÁREA**, de Raymond Duthèque. Encenação de Almeno Gonçalves, interpretação de José Meireles e Jorge Estreia (Sala 2, de 3ª a 6ª às 19, sáb. e dom. às 16). **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30).

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **O SUICIDÁRIO**, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Canto e Castro, Irene Cruz, Fernanda Montemor, entre outros.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **COMÉDIA DE RUBENA**, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Comucópia.

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto, Loures. Tel. 9873299. Bilhetes: 700\$00. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **CONFISSÃO AO LUAR**, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O PECADO DE JOÃO AGONIA**, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. **AS SUPPLICANTES**, de Fonseca Lobo. Encenação de Joaquim Benite, música de Amador Cortés-Medina, cenografia de Vasco Eloy, interpretação da Companhia de Teatro de Almada e do Coro Polifónico de Almada.

Para crianças

TIL

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 339974. Bilhetes: 750\$00. Sáb. às 16 e 21.30, dom. e fer. às 16. **A GRANDE AVENTURA**, de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO DO BANDO

Rua Sto. António à Estrela, 60. Sab. e dom. às 16.00, sáb., 5ª e 6ª às 21.30. **VI-VIRIATO**, dramaturgia e encenação de João Brites, interpretação de O Bando.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais 1-Entregava; político francês assassinado por Carlota Corday; deus do vinho; 2- armadilha; corrente de água doce; filósofo e historiador francês do séc. XIX; 3- desmentia; camarote; 4- um dos apóstolos; desgraça; carimbar; 5- apelido do 3º governador do Brasil; grosseiro; letra grega; 6- despido; ressoa; uma das mulheres de Henrique VIII; prep.; 7- poeira; pref. significando anteriormente; nome de mulher; art. árabe; 8- neste instante; oceano; grande quantidade; Európio (simb.); 9- cont. prep. e art.; denuncia; prep.; 10- principiante; nome de letra; sacrifica matando; 11- executas; idolatrar; 12- patetas; costume; ligava; 13- lavras; ilha Jónia onde Ulisses reinava; partes laterais das ventas.

Verticais 1-Político francês guilhotinado por acusação de Robespierre; catita; 2- lavrei; corcovo; impugnar; 3- navegas; fruto da aveleira; 4- inundas; trituraras; 5- antepassado; capa de irmandade; pêlos de certos animais; 6- entrada do porto; 7- brisa; pedra de amolar; aqui; antiga nota musical; 8- muito rico; engelhada; 9- cont. prep. e art.; nota musical; saudável; sim no dialecto provençal; 10- gatuna; 11- chefe etíope; negativa; jornada; 12- absorvera; longínqua; 13- tinjo de azul; resides; 14- instrumento de pesca; pron. pess.; matéria expelida pelos vulcões; 15- sobrecarregar; costumaras.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

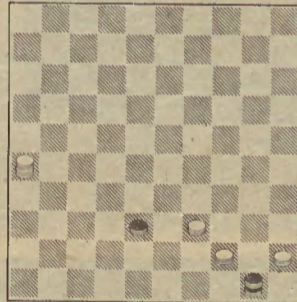
Horizontais 1- Avós; rafar; remo; 2- cafés; dou; rugas; 3- limos; Tomar; 4- mor; bacocos; sai; 5- ar; laca; ocas; Ur; 6- fi; Átila; ao; 7- coita; aro; alvas; 8- ar; tramo; tá; 9- te; oior; bula; ar; 10- eis; amorosa; opa; 11- Dário; atura; 12- tolos; más; âmago; 13- usas; fazem; amas.

Verticais 1- Ac.; mascote; tu; 2- valor; eidos; 3- Ofir; fia; sala; 4- sem; litro; rós; 5- soba; lais; 6- saca; tomo; 7- ad; catarro; má; 8- foco; ira; roaz; 9- Au.; Colombo; sé; 10- toca; ousa; 11- rosa; lata; 12- rum; salta; uma; 13- Egas; ova; oram; 14- marau; apaga; 15- os; irisara; Os.

DAMAS

CCCIV - 16 de Maio de 1991
Proposição nº 304
Por: Henri Chiland

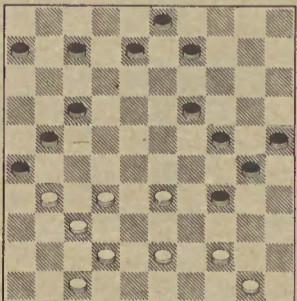
Pr.: [2]: 38-(50)
Br.: [4]: (26)-39-44-45



Branças jogam e ganham

Golpe Nº 304
Por: J. Bergier
- Abril, 1934

Pr.: [13]: 3-6-7-8-9-17-19-21-24-25-26-30-34
Br.: [9]: 31-32-33-37-42-43-44-47-50



Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCCIV

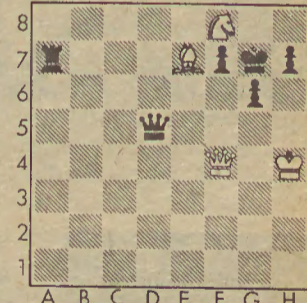
Nº 304 (H. Ch.): 1. 26-48!(,38-43*); 2. 45-40!; (38x40); 3. 48-39+
Golpe Nº 304 (J.B.): 1. 43-39, (34x43); 2. 33-29, (24x33); 3. 42-38, (33x42); 4. 37x39, (26x28); 5. 39-34, (30x39); 6. 44x4=D+

A. de M. M.

XADREZ

CCCIV - 16 de Maio de 1991
Proposição nº 304/A
Por: Domenico Ponziani
- Modena, 1769 (1)

Pr.: [6]: Ps.f7, g6, h7-Ta7-Dd5-Rg7
Br.: [4]: C8-B67-D4-Rh4

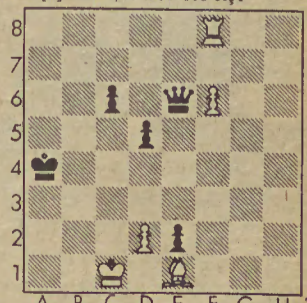


Mate em 3 lances

Proposição Nº 304/B

Por: V. & M. Platov

Menção: Sydsv. Dagbl. Snallposten. 1911
Pr.: [5]: Ps.c6, d5, e2-D66-Ra4
Br.: [5]: Ps.d2, f6-B61-Tf8-Rc1



Branças jogam e ganham

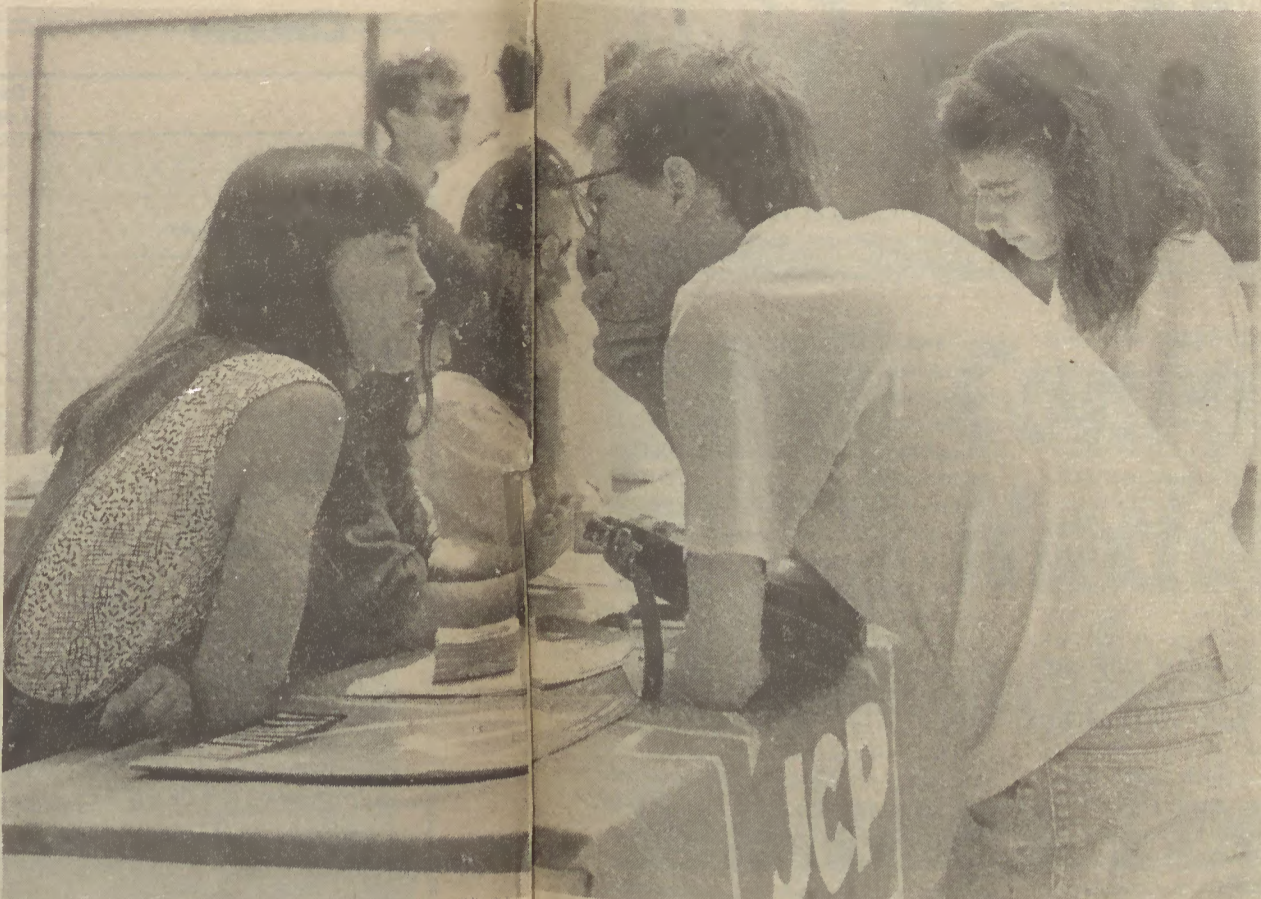
Soluções do Nº CCCIV

Nº 304/A (D.P.): 1. C6+, D:66; 2. Dh6+ e 3. Bf8/Df8++
Nº 304/B (V. & M.P.): 1. f7, Dc5; 2. Ta8+, Rb3; 3. Ta3+, Ra3; 4. f8=D+, Rb3; 5. Db4+, R:b4; 6. d4+ e g.

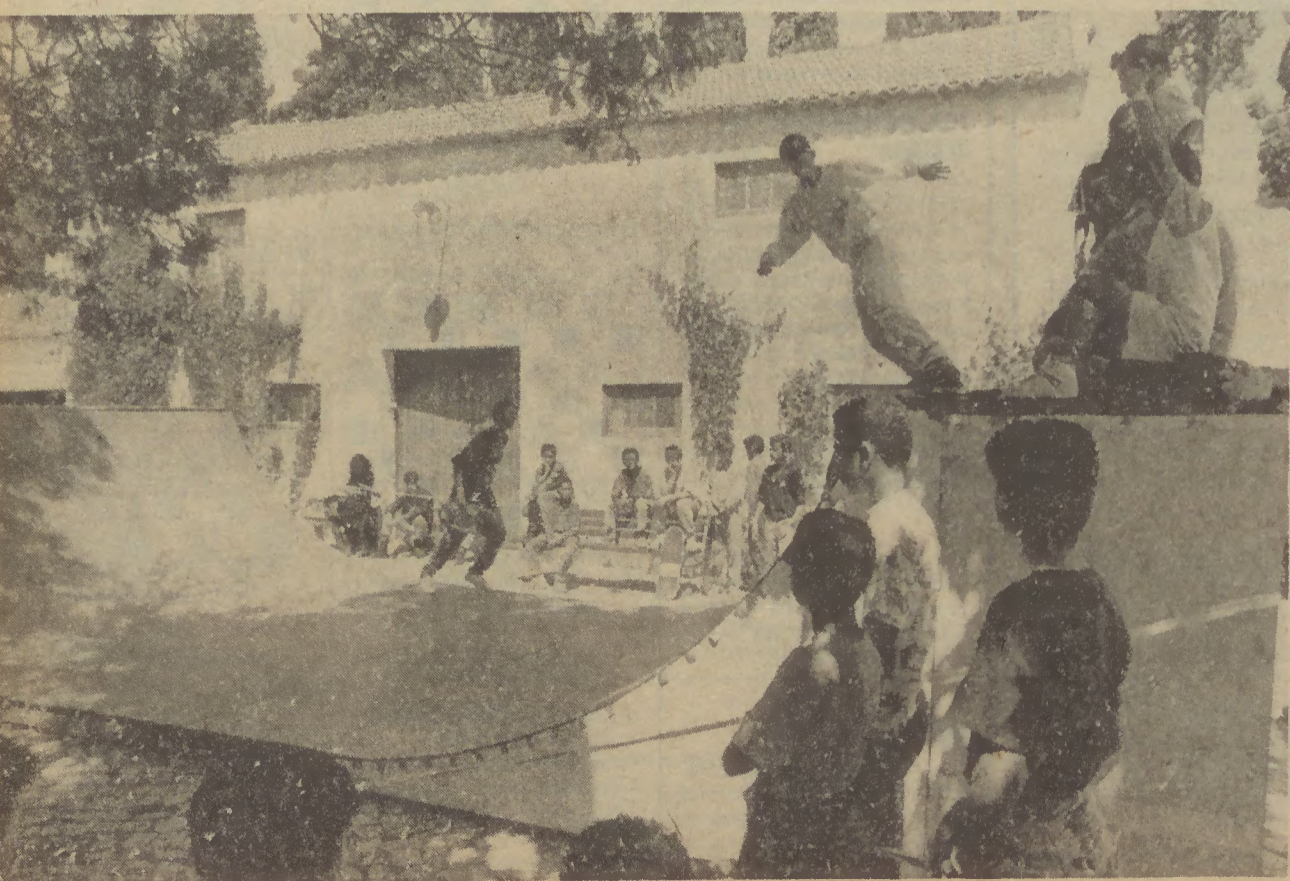
(1) In: Il Givoco Incomparabile degli Scacchi.

A. de M. M.

Reportagem de HENRIQUE CUSTÓDIO
Fotos de JORGE CARIA



Só vista, uma força assim!



Quando os jovens tomam a iniciativa de se juntar aos milhares, o que resulta não é apenas uma multidão que ondula ao seu próprio respirar; a vida corre ali aos borbotões, vagueando em explosões de energia e realizando formas e conteúdos de inconfundível identidade. Dizê-lo, tem a facilidade da constatação do óbvio. Apreciá-lo, é um prazer em estado puro. Foi o que fizemos no passado fim-de-semana ao acompanharmos o Encontro-Festa promovido pela JCP na Quinta da Atalaia, que levou milhares de jovens ao belo recinto da Festa do «Avante!» para participar num diversificado leque de iniciativas. O desporto esteve naturalmente em foco, exprimindo-se em lances para todos os ritmos — desde os de xadrez e damas em quieta concentração à mesa, aos do futebol de pulmão fresco e pé ligeiro que desembocou, está bem de ver, na emoção de um campeonato inventado na hora para consumo imediatamente fraterno; pelo meio trautearam sem cessar as bolas de ping-pong frequentemente cortadas por raquetes com estojo-de-pó-talco-e-tudo, assim como zuniu a emoção dos «skates» a rolar lutos malabarismos numa pista construída de propósito e a preceito. Quanto aos espetáculos, fluíram com intérpretes identificados (concertos de bandas jovens, vídeo gigante e exibição dos «Quadragesíma Vez» e «Rádio Macau») para desembocarem no espetáculo maior da juventude em movimento. A dança, pois claro, que na noite de sábado se formalizou no grande improvisado de um baile popular arrematado num fogo de campo que só visto. E a reflexão mais o debate de ideias, ora brotando do convívio e do encontro das muitas gentes que vieram do Minho ao Algarve, ora afirmando-se em duas iniciativas organizadas a propósito, uma para afirmar «Em Festa a Solidariedade com a Palestina», outra para discutir os problemas e anseios da juventude — dois debates onde a voz clara dos jovens se ergueu na primeira pessoa apontando a dedo problemas e soluções. Só vista, uma força assim. Por isso a fotografámos o melhor que pudemos.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Iluminados

Se em Portugal toda a gente tem a mania que tem razão, os governantes portugueses e políticos afins não têm dúvidas em apresentar-se-nos como donos dela. As suas certezas são mais completas e as verdades mais absolutas que as obtidas numa discussão entre dois automobilistas — onde, como se sabe, cada um possui a razão em concentrações tão elevadas que ao adversário não resta outro papel senão ser uma realíssima besta. Talvez seja por isso que todos rolam por aí em magníficos automóveis: quem possui veículos daqueles, merece ter razão logo à partida.

As certezas e verdades dos nossos governantes e políticos afins caem-nos tanto em cima e a todo o momento, que chega a ser vertiginoso viver entre tanta omnisciência. Ovi-los e acreditá-los são dois actos que, praticados em simultâneo, constituem sério risco à sanidade do cidadão. É por isso que muitas pessoas, quando os ouvem, não os acreditam, e quando os acreditam é porque não os ouvem. São instintos de sobrevivência deste velho povo.

Dado estarmos em proximidade de eleições, o prodígio ameaça soterrar-nos, como o prova uma breve e avulsa viagem pelas últimas omnisciências vindas a lume.

Mal nos desembaraçamos da demonstração proporcionada pelo ministro da Educação de que o ensino se pode fazer com a desqualificação dos professores e o desprezo pelas escolas, já o da Saúde nos garantia que a extinção do Serviço Nacional de Saúde se cura com a privatização dos hospitais, enquanto o do Trabalho aguardava, de números em punho, a oportunidade de mostrar como o desemprego baixou e a produtividade aumentou em percentagens tão boas que até a CEE nos dá os parabéns, enquanto nos inunda de produtos que cada vez produzimos menos e nos chuta os emigrantes que cada vez enviamos mais.

Isto numa área, digamos, mais interna, que igualmente contempla os reformados e pensionistas, a cultura e o desporto, os transportes e o ambiente, a habitação e as obras públicas e etc. por aí fora, já protegidos ou a proteger, desenvolvidos ou a desenvolver, implementados ou a implementar num quadro balizado por muitos «efectivamente» e «factores endógenos», quando não «exógenos».

Externamente, as certezas e verdades dos nossos governantes e políticos afins inundam-nos de outras coisas também necessárias, como «o papel de Portugal no mundo», «o prestígio das nossas instituições» e a «capacidade mediadora do Governo», o que, apreciado globalmente pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva, nos dá a certeza de alcançarmos um dia destes «o pelotão da frente da CEE», verdade tão à vista que até dispensa demonstração.

Como o papa se deslocou há dias a Portugal, os nossos governantes e políticos afins foram acometidos pelos fervores da fé, como todo o País viu e a televisão registou com igual unção. E ainda bem. Assim vimos, claramente visto, que tanta certeza e verdade emergem igualmente duma inesperada iluminação.

H.C.

PCP reclama baixa dos combustíveis e opõe-se à privatização dos transportes

Na sua reunião de 13.5.91, a Comissão Política do PCP apreciou o desenvolvimento do trabalho e tarefas do Partido e aspectos da actualidade política nacional, designadamente respeitantes à política governamental.

1. A Comissão Política do PCP manifesta a sua crítica à política monetária que o Governo de Cavaco Silva prossegue.

Tal política está a gerar elevadíssimos níveis de taxas de juro, tornando o crédito inoportável para a generalidade das PME's e dos agricultores portugueses, e bem assim dos cidadãos que pretendem recorrer à aquisição de habitação própria.

Por outro lado, essa mesma política está a promover enormes distorções no processo de acumulação, transferindo elevadas mais-valias do sector produtivo para o sector financeiro, com manifesto prejuízo para o investimento e actividade produtiva nacionais.

O autêntico escândalo da duplicação dos lucros do sector bancário entre 1989 e 1990, para além do mais beneficiando de injustos e inaceitáveis benefícios fiscais, é uma clara demonstração da «política de casino» do Governo do PSD contrária às necessidades de desenvolvimento da economia portuguesa.

2. Do mesmo modo é contrária aos interesses dos cidadãos e da economia nacional a política especulativa que o Governo prossegue no âmbito dos impostos (e dos preços) sobre os combustíveis líquidos.

O Governo que foi tão lesto a aproveitar-se do pretexto da «crise do Golfo» para decretar aumentos injustificados dos preços, não se mostra agora disposto a acompanhar a baixa dos preços do petróleo bruto e dos refinados do petróleo no mercado internacional.

Esta situação, autenticamente especulativa, é manifesta quer na gasolina quer no gasóleo, assumindo incidência especial no fuel consumido pela indústria nacional: há dois meses consecutivos que o imposto sobre o fuel ultrapassa o próprio máximo estabelecido na lei!

A Comissão Política do PCP reclama, de novo, a baixa dos preços dos combustíveis, nomeadamente do fuel industrial e do gasóleo utilizado na agricultura, e exige que as dezenas de milhões de contos de receitas suplementares que o Governo já cobrou neste imposto sejam canalizados para o aumento das prestações sociais.

3. A Comissão Política do PCP exprime a sua frontal oposição à proposta de lei do Governo que visa a abertura ao sector privado das actividades de transportes aéreos regulares internacionais, dos transportes ferroviários explorados em regime de interesse público e dos aeroportos, e que hoje mesmo será objecto de votação na Assembleia da República.

Com esta proposta, assente em razões de natureza ideológica como o afirmou o ministro dos Transportes na Assembleia da República, o Governo, por um lado, esvazia de conteúdo a imposição constitucional de vedar o acesso das empresas privadas a sectores básicos da economia e, por outro lado, visa expressamente abrir a porta à privatização dos transportes ferroviários que podem gerar lucro (linha de Cascais, travessia ferroviária do Tejo, etc.), da TAP e do aeroporto de Monte Real.

Mais uma vez se manifesta o sofisma governamental de «menos Estado». O Governo pratica a política de «menos Estado» quando se trata de reduzir a função social do Estado, mas aumenta a intervenção do Estado em tudo o que tenha a ver com a transferência de património público para o grande capital ou com a diminuição dos direitos dos trabalhadores.

4. Neste quadro, o processo de transformação da EPAL em sociedade anónima decidido pelo Governo não pode

deixar de suscitar legítima e fundamental apreensão. Fase de transição para uma eventual futura privatização, a transformação da EPAL em S.A. traduz-se no imediato num conjunto de graves consequências na relação da empresa, enquanto adutora, com os 19 municípios por si abastecidos e onde vivem mais de 2 milhões de habitantes.

As alterações ao estatuto da empresa que a transformação em S.A. introduz, eliminam a fase de diálogo da empresa com os municípios até agora institucionalmente realizado através do conselho de representantes dos municípios; apontam para a imposição da figura do contrato na sua relação com os municípios com a possibilidade de tratamentos discriminatórios; perspectivam de imediato a institucionalização de uma prática de preços assente numa filosofia marcadamente economicista e gravosa para os interesses da população e das autarquias.

A água constitui um bem essencial a exigir uma gestão assumidamente de serviço público, recusando concepções mercantilistas que tendem a reduzi-la a mera mercadoria capaz de gerar mais e maior lucro.

O interesse da população e do país exige, na opinião do PCP, a manutenção da EPAL enquanto empresa pública, apetrechada com os meios técnicos e financeiros capazes de ampliar a sua capacidade de intervenção e qualidade de serviços e de aprofundar as formas de cooperação com as próprias autarquias locais.

5. Empenhado numa revisão generalizada da legislação laboral, que seiva os interesses do grande patronato, o Governo acaba de anunciar a aprovação do Decreto sobre as Pré-reformas. O sistema de pré-reformas, tal como as chamadas reformas antecipadas, mais não visa do que alterar os vínculos laborais e facilitar a reestruturação de sectores à custa das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, pressionando uma mão-de-obra ainda em pleno gozo das suas capacidades a abandonar os seus postos de trabalho.

O objectivo fixado pelo Governo de, por esta via, favorecer o «rejuvenescimento da mão-de-obra», inculca manifestamente a esperança de criar uma oposição de interesses entre trabalhadores novos e idosos e de conduzir sobretudo à marginalização destes.

Sabendo-se que Portugal é o país da CEE onde os sectores sensíveis ao impacto do mercado único representam maior volume de emprego e que existem mais de 700 mil trabalhadores potencialmente abrangidos por este decreto, facilmente se pode ver os graves problemas sociais que se poderão criar para milhares de trabalhadores, considerados apenas como um objecto de trabalho que deve ser sacrificado no altar da chamada modernidade, da concorrência e da competitividade das empresas.

6. A Comissão Política chama a atenção da opinião pública para as consequências da aplicação do Dec. Lei 90/88 de 10 de Março que, ao estipular o princípio da quebra do vínculo à Função Pública dos especialistas de clínica geral e saúde pública, está a levar à notificação de centenas de médicos para despedimento até final do corrente ano.

Tudo parece indicar que o Governo do PSD procura criar uma reserva de «mão-de-obra» para as privatizações no sector de saúde e para as convenções, empurrando os médicos atingidos pelo desemprego para estas soluções.

Esta orientação é tanto mais condenável quanto é sabido que um milhão de portugueses não tem acesso a um médico de família; que só nos distritos de Lisboa e Setúbal há cerca de 400 mil pessoas sem médico de família; que existem centros de saúde (Seixal e Loures, por exemplo) em

que há médicos de clínica geral/médico de família que têm mais de 2000 utentes por lista, quando a lei só prevê 1500; que alguns dos projectos de convenções surgem em unidades de cuidados diferenciados, sendo um dos suportes de viabilização destes e não uma alternativa válida à rede pública dos cuidados primários de saúde.

7. A Comissão Política congratula-se com a importante vitória das forças democráticas que constitui o facto de o Governo ter sido obrigado a eliminar a pseudo-rectificação ao diploma que regula o regime jurídico das Assembleias Distritais e que tinha sido denunciada pelo PCP em conferência de imprensa realizada em 22 de Abril passado. Dessa pseudo-rectificação tinha resultado a alteração de um decreto-lei já depois de promulgado pelo Presidente da República, violando os princípios estabelecidos pela Assembleia da República na lei de autorização legislativa e expropriando as Assembleias Distritais do seu património, penalizando-as assim por terem passado a ser presididas por eleitos autárquicos e não pelos governadores civis.

A grosseira fraude que foi tentada pelo Governo constituiu uma ostensiva falta de respeito pelo Presidente da República, pelo Poder Local e pela legalidade democrática e fica como mais um exemplo de métodos condenáveis e da falta de escrúpulos que o PSD projecta no exercício de funções governativas e de cargos públicos.

8. A Comissão Política salienta o êxito de importantes iniciativas realizadas no passado fim-de-semana com destaque para várias Assembleias de Organização (do distrito de Viana do Castelo, do concelho da Amadora) que, como tantas outras anteriormente promovidas, se caracterizam pela importância das suas conclusões e pelo impulso e dinamização da actividade partidária; para o Seminário sobre «A participação das Mulheres em Igualdade»; para o Encontro Juvenil «Em Festa» promovido pela JCP na Atalaia e para o 1º Encontro Nacional do PCP sobre os Problemas dos Deficientes.

A Comissão Política apreciou favoravelmente a proposta de Lei-Quadro de Higiene e Segurança no Trabalho anunciada no Encontro Nacional do PCP sobre os Problemas dos Deficientes, tendo decidido recomendar ao Grupo Parlamentar do PCP a sua imediata apresentação na Assembleia da República, considerando a importância daquela proposta para o combate que urge travar contra a crescente sinistralidade de trabalho que se verifica no País.

9. A Comissão Política saúda as organizações e militantes do Partido que, com grande dinamismo, aguda compreensão das responsabilidades nacionais do PCP e trabalho abnegado, estão dando uma contribuição decisiva para o elevado nível de intervenção do PCP na vida nacional.

Nas próximas semanas, novas iniciativas, com destaque para a Conferência Nacional do PCP sobre as eleições no dia 26 de Maio, a realização de numerosas Assembleias de organização regionais, concelhias, de freguesia e de célula, a promoção de Encontros e Seminários sobre os problemas da área metropolitana de Lisboa, sobre habitação, sobre justiça, sobre integração na CEE, sobre Administração e Função Pública; o prosseguimento dos debates públicos com vista à elaboração do programa eleitoral, bem como a permanente actividade do PCP nas mais diversas frentes de intervenção institucional e social, confirmarão o PCP como uma activa e sólida força política, inteiramente dedicada à defesa dos interesses populares e à construção de um Portugal melhor profundamente confiante na possibilidade de derrotar o PSD nas próximas eleições legislativas e de assegurar para a CDU um êxito eleitoral de relevantes e positivas consequências. 14.5.91

A Comissão Política do CC do PCP